



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**

RELATÓRIO ANUAL 2021

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Estrutura

Secretário Bel. Rogério Nejar

Oficial de Gabinete Bel. Administração Jose Carlos Albino

Assessor Militar TC Gilson Wagner

Assessor de Comunicação Jornalista Marcelo Nepomuceno

O presente relatório tem por finalidade dar cumprimento às exigências regimentais e proporcionar, de forma transparente e eficaz, uma visão completa do funcionamento do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça Militar do Estado, durante o ano de 2021.

A Secretaria da Presidência do Tribunal de Justiça Militar, de acordo com o art. 2º do Regulamento de Serviços Gerais, compreende:

I – Secretaria da Presidência

a) Assessoria de Comunicação Social

b) Assessoria Jurídica

c) Assessoria Militar

1) Serviço de Segurança e Núcleo de Inteligência

2) Serviço de Portaria

3) Serviço de Transporte

Competência

O Gabinete da Presidência é dirigido pelo Secretário do Presidente, privativo de bacharel em direito, é o órgão incumbido de prestar colaboração e assistência ao Presidente do Tribunal de Justiça Militar.

Auxiliar o expediente do Presidente, preparar atos de sua competência exclusiva, comunicar-se com os serviços do Tribunal e órgãos ou entidades, acompanhar o Presidente

externamente e nas audiências, organizar registros e expedientes administrativos que se tornarem necessários, estudar e minutar temas atinentes a problemas jurídicos administrativos, bem como desempenhar outros serviços determinados pelo Presidente, são as atribuições do cargo.

Secretaria da Presidência

Ao Secretário da Presidência, compete assessorar o Presidente do Tribunal nos trabalhos que lhe estão afetos e coordenar os serviços do Gabinete, devendo para tanto:

- a) minutar ou redigir a correspondência da Presidência;
- b) preparar os expedientes encaminhados ao Gabinete para serem submetidos a despacho do Presidente;
- c) preparar despachos ordenados pelo Presidente;
- d) orientar os serviços dos Oficiais de Gabinete e do Pessoal Auxiliar do Gabinete, distribuindo e fiscalizando a sua execução;
- e) assinar a correspondência comum do Gabinete;
- f) promover diligências e solicitar informações necessárias ao encaminhamento ou solução dos assuntos de competência do Gabinete;
- g) auxiliar na recepção de pessoas que tenham assuntos a tratar com o Presidente do Tribunal;
- h) dirigir e coordenar as atividades protocolares, segundo as normas em vigor;
- i) providenciar no convite e recepção de autoridades federais, estaduais e municipais, civis, militares, diplomáticas ou eclesiásticas, quando das cerimônias oficiais;
- j) dar conhecimento prévio ao Presidente do programa de solenidades e recepções a que tiver de comparecer;
- l) executar e fazer executar outras funções que lhe forem cometidas pelo Presidente, dentro da competência e finalidade do Gabinete.

Durante o decurso do ano de 2021, o Gabinete da Presidência trabalhou no gerenciamento e nas atividades jurídicas e administrativas que chegaram a presidência as organizando e assessorando o Presidente em suas decisões administrativas e jurisdicionais, minutando os atos do Presidente e organizando a gestão dos expedientes administrativos internos da instituição.

Avulta-se no transcurso do ano de 2021, a nefasta ocorrência da pandemia global que impôs a necessidade de um papel proativo nas demandas internas, com celeridade na implementação de mecanismos que permitiram meios internos de atendimento as demandas cotidianas, seja do público interno, seja do público externo, como na atuação deste Gabinete no

favorecimento do projeto-piloto da Justiça 100% Digital e o Balcão-Virtual¹.

Além disso, o Gabinete da Presidência teve um papel relevante na interface com os demais poderes instituídos estaduais e nacionais, especialmente na relação com a Assembleia Legislativa, Executivo Estadual e Poder Judiciário Nacional, onde se destacam as relações com o TJRS, TJMMG, TJMSP, STM, STJ, STF e CNJ, em especial com a honrosa visita em nossa Corte, do Ministro Presidente do STJ, Humberto Martins², além de outras instituições públicas, operadores do direito e usuários da Justiça Militar em geral.

Ressalta-se a participação ativa nas demandas oriundas do Conselho Nacional de Justiça, através dos acompanhamentos de cumprimentos de decisões das resoluções instituídas pelo CNJ.

Ademais, os contatos de agendas institucionais e aproximação dos órgãos, resultaram no aprimoramento das relações desta Corte Castrense com os mais diversos setores da sociedade, como nos protocolos de intenções firmados com o Tribunal de Justiça e Secretaria de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Neste aspecto, forçoso gizar a assinatura do Protocolo de Cooperação Interpoderes visando o desenvolvimento colaborativo de uma Política de Estado para a Justiça Restaurativa e da Construção de Paz³, seleção de estagiários com cota racial, protocolo e tramitação do Plano de Carreiras dos servidores da JME⁴, entre outras.

No pertinente ao assessoramento dos atos expedidos diretamente pela Presidência ou em conjunto com a Vice-Presidência, Corregedoria e o Colegiado do Pleno, inúmeros atos normativos foram editados, em consonância com as ordens do Tribunal Pleno e norteados pelas recomendações do CNJ. Tal medida permitiu a manutenção do serviço forense e a preservação da higidez física de nossos servidores. Diversas comissões foram executadas, ações controladas de auditoria, auditoria interna, de acordo com PAA2021 e um canal franco de diálogo com todos os setores da Corte Castrense, visando uma interconexão com as pessoas.

¹ <https://www.tjms.jus.br/noticia/tjms-lanca-balcao-virtual-14-05-2021>



³ <https://sjsps.rs.gov.br/secretario-hauschild-participa-de-reuniao-sobre-justica-restaurativa-no-estado>

Assembleia Legislativa
Estado do Rio Grande do Sul

Institucional Legislativo Comunicação Deputados O RS

Detalhes da Proposição

Proposição: PL 481/2021
Proponente: Poder Judiciário
Situação: Autuado(a) em 20/12/2021
Tramitação:
Legislação Tipo:
Número do processo: 20714.01.00/21-0

Assunto: unificação primeiro segundo grau quadro pessoal funcional servidor efetivo cargo comissão função gratificada poder judiciário justiça militar estado ponto carreira cargo função remuneração serviço auxiliar oficial ajudante extintivo auditoria resolução conselho nacional

EMENTA: Dispõe sobre a unificação dos quadros de pessoal dos servidores efetivos, dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Poder Judiciário - Justiça Militar do Estado e a instituição do Plano de Carreira, Cargos, Funções e Remunerações dos Servidores do Poder Judiciário - Justiça Militar do Estado, e dá outras providências.

Com efeito, a execução das tarefas se deu em conformidade com as determinações da Presidência, logrando o Tribunal de Justiça Militar, através do esforço de todos os setores com a obtenção do Selo Diamante do CNJ, pelo segundo ano consecutivo, no Premio Qualidade do CNJ⁵, destacando-se o papel de cada assessoria desta secretaria, conforme se passa a expor de forma individual:

RELATÓRIO ANUAL DA ASSESSORIA MILITAR – 2021

Período: 01 de Janeiro a 31 de dezembro de 2021.

À Assessoria Militar incumbe assessorar o Presidente do Tribunal no que se refere a assuntos militares e de serviços de segurança, inteligência, portaria e transporte.

1) Funções exercidas:

- Assessoria Militar do Tribunal de Justiça Militar do RS
- Chefia do Setor de Segurança e Transportes do TJM/RS
- Coordenador do Núcleo de Inteligência
- Integrante do Núcleo de Governança Colaborativa
- Integrante da Comissão Permanente de Segurança
- Integrante da Comissão de prevenção de incêndios
- Integrante da Unidade socioambiental
- Assessoramento da Direção Geral do TJM RS em demandas administrativas

deliberadas à Assessoria Militar.

2) Ordens de Serviço

01/AssMil/2018	16/04/2021	Regular as atividades dos servidores Paulo Ricardo Machado Campos e Luciano Silva da Silva, para deslocarem a Auditoria Militar de Passo Fundo a fim de substituir computadores e efetuar recolhimento de material bélico apreendido para destruição.
02/AssMil/2018	01/06/2020	Regular as atividades dos servidores João Gilberto Arbogast Fontoura e Julio Cesar da Silva Santos, com relação a deslocamento às Auditoria Militares de Passo Fundo e Santa Maria, a fim de efetuarem vistoria e manutenção predial, bem como substituição e manutenção de equipamentos de informática.

⁵ <https://www.cnj.jus.br/justica-militar-gaucha-conquista-selo-diamante-do-cnj-pelo-2o-ano-consecutivo/>

03/AssMil/2021	21/09/2021	Regular as atividades dos servidores João Fernando Xavier e Marcos Hiroto Takeda, para deslocarem as Auditorias Militares de Passo Fundo e Santa Maria a fim de substituir e manter computadores.
04/AssMil/2020	02/09/2021	Regular as atividades do servidor Luciano Silva da Silva (motorista) por ocasião do traslado (previsão de embarque e retorno) da Servidora Adriana Deise Andrade de Araújo Id Func 3365441 da 3ª Auditoria Militar de Santa Maria, participar de uma Junta Médica nas dependências do Departamento Médico Judiciário do TJRS em Porto Alegre.
001 Presidência	31/08/21	Regular a Viagem Presidente a Brasília recebimento da Ordem do Mérito Judiciário do STM- Brasília
002 Presidência	16/set/21	Regular a viagem do Presidente para a Cerimônia de Posse do exmo. Juiz de Direito Enio Luiz Rosseto no TJMSP
003 Presidência	21/set/21	Regular a viagem do Presidente para participação no Seminário de Direito e Justiça Militar no Brasil- Brasília
004 Presidência	04/11/21	Regular a viagem do Presidente para o Aniversário do TJMMG e recebimento do Colar do Mérito Judiciário Militar.
005 Presidência	24/ 11/ 21	Regular a viagem do Presidente para o recebimento da Comenda do Mérito Judiciário Ministério Público Militar - Brasília

A partir de 19 de março do ano de 2020 o TJMRS passou a executar atividades remotas, em razão da situação mundial imposta pela pandemia COVID-19, restando impossibilitadas as atividades presenciais e viagens.

3) Ações realizadas

- Visita as Assessorias Militares do Tribunal de Justiça do RS, Tribunal Regional do Estado do Rio Grande do Sul, Ministério Público, Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul ao Comando Geral da Brigada Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul

- Verificação dos itens de segurança do TJM e segunda Auditoria de Porto Alegre.
- Participação nas reuniões da Comissão de Segurança.

- Emissão de pareceres para aquisição de itens ao setor de segurança e transportes.
- **Controle dos Programas de Viagens aéreas dos Magistrados.**
- **Controle de reservas, emissões e cancelamentos de passagens aéreas da JME/RS.**
- **Acompanhamento do Processo de expedição de Alvara de prevenção de incêndio da 3ª auditoria.**
- Confecção e execução do Plano de cursos e treinamentos da JME/RS, para os servidores da segurança.
- Treinamento de primeiros socorros e combate a incêndio organizada pela Comissão Permanente de Segurança do TJMRS, com participação de servidores, ministrada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul.
- Aquisição, através de termo de cessão de uso do TJRS, de um automóvel Cadenza, para o transporte de Magistrados e servidores.
- Renovação e acompanhamento das assinaturas de periódicos do TJMRS.
- Elaboração do Termo de Referência para contratação de Análise Ergonômica do Trabalho no TJMRS.
- Renovação do contrato de prestação de serviço de compra e emissão de passagens aéreas executado pela empresa SXCorp.
- Renovação do termo de cooperação das atividades técnicas de guarda e vigilância das instalações físicas da JMERS.

GILSON WAGNER DE OLIVEIRA ALVES
Coronel QOEM - Assessor Militar

Relatório Anual das
Atividades do
Núcleo de Auditoria Interna 2021



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
MILITAR**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

***RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES
DO NÚCLEO DE AUDITORIA INTERNA – 2021***

I. NÚCLEO DE AUDITORIA INTERNA – NAI

O **Núcleo de Auditoria Interna** foi criado em atendimento ao previsto na **Constituição Federal no Artigo 74**, também através das Resoluções do CNJ: nº **086 de 08 de setembro de 2009**, nº **171 de 01 de março de 2013**, agora norteado pelas Resoluções **308 e 309 de 11/03/2020**, por extensão a **Resolução nº 138** de 14 de julho de 2014 que deve ser reformulada em 2022, deste Tribunal de Justiça Militar – que instituiu e delegou competências ao Núcleo de Auditoria Interna, conforme o Regulamento dos Serviços Auxiliares no seu capítulo **VIII**.

A finalidade do Núcleo de Auditoria Interna é propiciar ações preventivas e orientar as unidades administrativas da Justiça Militar Estadual, com o intuito de colaborar para assegurar à legalidade, a legitimidade, a economicidade, a eficiência, a publicidade e a transparência nas gestões administrativa, orçamentária, financeira, patrimonial e da tecnologia da informação, proporcionando apoio às Auditorias Coordenadas pelo CNJ.

II. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

As atividades realizadas pelo Núcleo de Auditoria Interna foram planejadas e inseridas no Plano Anual de Auditorias de 2021, levando-se em consideração os artigos dispostos na Resolução nº 138/2014 do TJM e, no Regulamento dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça Militar, Capítulo III Art. 55, com determinações e prioridades definidas pela Presidência do

Tribunal de Justiça Militar, com Ações Coordenadas em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ e Auditorias Internas com análises, pesquisas e recomendações apresentadas pelo Núcleo de Auditoria Interna. Devido à declaração de pandemia mundial da OMS, também das novas regulamentações do CNJ e TJMRS, o Núcleo de Auditoria Interna cancelou a Auditoria Interna da TIC que estava prevista conforme PAA 2020, logo incluída no PAA de 2021, o qual culminou com as Auditorias concomitantes com a Coordenada do CNJ.

Da mesma forma, a Secretaria de Auditoria do CNJ efetuou o cancelamento da Ação Coordenada prevista para o ano de 2020, transferindo o mesmo tema para ser realizado no terceiro trimestre de 2021.

O ano que se encerra foi atípico, momento em que todos os Órgãos Públicos criaram uma estrutura de trabalho para alcançarem os seus objetivos previstos, assim a Auditoria Coordenada em Acessibilidade Digital do CNJ foi ampliada na Coordenadoria da Tecnologia da Informação e Comunicação para concomitantemente atender a Auditoria Interna Prevista no PAA-2021, e assim não onerar a TIC com duas Auditorias no mesmo ano, tendo em vista a exigência dos serviços diante da atual Pandemia Mundial.

III. ESTRUTURA FUNCIONAL

Para bem realizar esta função, quantitativa e qualitativamente, faz-se necessário dotar o Núcleo de Auditoria Interna com pessoal qualificado e em número correspondente às obrigações a eles inerentes, os quais permanecem à disposição da Presidência do TJM/RS, para bem realizar as atividades ordinárias e extraordinárias.

Por outro lado, é também fundamental que seus integrantes entendam seu trabalho como uma oportunidade incomum de contribuir para a evolução deste Tribunal de Justiça Militar - RS, inserindo-o em um contexto moderno, de gestão exemplar, estabelecendo parâmetros de excelência, passíveis de serem alcançados.

Diante disso, o Núcleo de Auditoria Interna pode e deve consolidar-se como um setor que trará para a Administração do Tribunal de Justiça Militar, o entendimento de que a base do sistema deve ser o planejamento, a boa administração e a transparência dos procedimentos, conduzidos por servidores cada vez mais qualificados.

Atualmente o Núcleo de Auditoria Interna é composto pelos servidores Elisabete Simões e Paulo Cezar.

IV. AUDITORIAS REALIZADAS EM 2021:

1) Ação Coordenada de Auditoria do CNJ em Acessibilidade Digital nos Setores da Coordenadoria da Informação e Comunicação, Planejamento Estratégico e Coordenadoria Administrativa da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul;

2) Auditoria Interna Operacional específica na Coordenadoria da Informação e Comunicação concomitante com a Ação Coordenada do CNJ acima, sendo que o Núcleo de Auditoria Interna procedeu tal Auditoria em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria 2021 do TJMRS, assim como o Plano de Trabalho do CNJ e de acordo com as competências previstas no Capítulo III Art.55, Incisos de I a VIII do Regulamento dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar do Estado, Processo SEI nº: **9.2021.0700.000813-0**, com a participação em campo dos servidores: Elisabete Simões e Paulo Cezar, que desenvolveram as atividades conforme segue:

- a. **Nos meses de maio e junho de 2021**, foram criadas as matrizes de planejamento e definição do universo das Auditorias, assim como os calendários de trabalhos, bem como a documentação inerente aos trabalhos de **Auditoria Interna e Coordenada com o CNJ**, bem como os estudos para aplicação das Técnicas de Auditoria de observação, análise documental, exames de registros, correlação de informações obtidas e avaliações tecnológicas o qual a equipe do Núcleo de Auditoria Interna teve que fazer uma preparação e estudo nas formas de aplicação.

- b. **Em 23 de julho de 2021:** Ofício nº 0002/NAI/Aud/Coor/CNJ 2021. solicitando a autorização do presidente para o início a Ação Coordenada de Auditoria do CNJ em Acessibilidade Digital, envolvendo os Setores da Coordenadoria da Informação e Comunicação, Planejamento Estratégico e Coordenadoria Administrativa do TJMRS no período de 09 de julho de 2021 a 30 de setembro de 2021.
- c. **Em 03 de agosto de 2021:** Reunião inicial com a Unidade de TIC e Planejamento Estratégico com definição e realização do ensaio e problemas gerados:
- d. **Em 06 de agosto de 2021:** Reunião técnica com o CNJ para correção e orientação quanto à aplicação dos testes.
- e. **Em 10 de setembro de 2021:** Realização dos exames de auditoria na amostra total selecionada.
- f. **Em 17 de setembro de 2021:** Reunião de apresentação dos achados de auditoria com a Coordenadoria Administrativa, Planejamento Estratégico e Coordenadoria da Informação e Comunicação;
- g. **Em 25 de setembro de 2021:** Conclusão e definição das recomendações de Auditoria Interna e Coordenada, assim como a comunicação ao Presidente:
- h. **Em 30 de setembro de 2021:** Envio das conclusões de auditoria ao CNJ, com preenchimento das respostas do questionário com as conclusões dos testes gerados na auditoria;
- i. **Em outubro de 2021:** Análise, conclusões e recomendações da Auditoria Interna na Coordenadoria da Tecnologia da Informação e Comunicação referente a Acessibilidade Digital no TJMRS;
- j. **Em 25 de novembro de 2021:** Conclusão das recomendações de Auditoria Interna, bem como encaminhamento para o Presidente do TJMRS com vista ao Pleno;

IV. OUTRAS ATIVIDADES:

1. **Demandas, referente às atualizações das senhas dos Magistrados no Sistema Bacem-Jud, Portaria nº 54/TJMRS/2017:**

- a) **Em 05 de fevereiro de 2021:** Renovação da senha do Bacenjud da magistrada, Karina Dibi Krueel do Nascimento;
- b) **Em 05 de fevereiro de 2021:** Renovação da senha do Bacenjud do magistrado, FRANCISCO JOSÉ DE MOURA MULLER;
- c) **Em 20 de fevereiro de 2021:** Envio do Manual Simplificado do SISBAJUD para a Primeira Auditoria deste Tribunal, a fim de que os Magistrados tenham acesso ao novo sistema de busca de ativos do Poder Judiciário,
- d) **Em 20 de fevereiro de 2021:** Orientações de acesso de Magistrado o qual será enviado automaticamente a senha para o e-mail do Juiz que já está cadastrado no SISBAJUD, sendo que a partir desta data o Núcleo de Auditoria Interna não procederá mais a intermediação de senha do SISBAJUD;
- e) **Em 22 de fevereiro de 2021:** Correção com alteração de E-mail nos dados de credenciamento no SISBAJUD da Exma. Dra. Karina Dibi Krueel do Nascimento que encontrava dificuldade de acesso no novo sistema.

2. Demandas referente ao PAA e PALP:

- a) **Em novembro de 2021:** Confecção do Plano de Auditoria de Longo Prazo 2022-2025(PALP);
- b) **Em novembro de 2021:** Confecção do Plano Anual de Auditoria 2022(PAA);
- c) **Em dezembro de 2021:** Confecção e entrega do Relatório Anual das Atividades do Núcleo de Auditoria Interna;

3. Demandas do Relatório Anual, escalas de serviço, eventos e providências:

- a) **Em 26 de fevereiro de 2021:** Envio de Relatório Anual do Núcleo de Auditoria Interna do TJM ao Gabinete da Presidência;
- b) Cumprimento de escalas de serviço, referente à motorista, segurança e plantão do TJM, ligados a Assessoria Militar;
- c) Participação em eventos formais na plataforma digital do TJM e educativos;
- d) **Em 09 de abril de 2021:** Informação ao Presidente sobre a Auditoria "Gestão Documental" coordenada pelo CNJ do ano de 2019, com link de acesso ao ranking, o Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul no ranking nacional após a contagem final da pontuação, na área Gestão Documental - Processos Judiciais, o Tribunal ficou na 2ª colocação com 17,5 pontos, atrás apenas do TJ Alagoas, e na Gestão Documental - Processos Administrativos, ficamos na 15ª colocação com a pontuação de 26,5, sendo que a eficiência do Núcleo de Auditoria Interna nessa Auditoria Documental contribuiu muito com o mérito do Selo Diamante;
- e) **Em 04 de maio de 2021:** padronização do E-mail do Núcleo de Auditoria Interna, conforme e-mail infra, solicitado a criação e/ou alteração do endereço eletrônico do "Setor de Auditoria Interna", para ficar em conformidade e padronizado pela orientação CNJ/Sec Auditoria, passa de "controlinterno@", para "auditoria@tjmrs.jus.br", e solicitar o redirecionamento das mensagens enviadas ao endereço antigo para o novo;
- f) **Em 13 de maio de 2021:** Encaminhamento das Portarias à presidência: **112** sobre o Estatuto do Núcleo de Auditoria Interna e **115** sobre o Código de Ética do Núcleo de Auditoria Interna;
- g) **Em 31 de maio de 2021:** Proposta de *revogação da Res. 138/2014 TJMRS referente ao NAI*;

VI-CURSOS DE CAPACITAÇÃO, CONGRESSOS E SEMINÁRIOS.

Título	Organizador/Data	Participantes
Normas Internacionais de Auditoria Financeira – NIA 13/07/2021 a 12/08/2021	ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ELISABETE SIMÕES DA CRUZ
Auditoria e Controle Para Estatais 13/07/2021 a 02/08/2021	ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ELISABETE SIMÕES DA CRUZ
Controles na Administração Pública 13/07/2021 a 12/08/2021	ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ELISABETE SIMÕES DA CRUZ
1º Fórum de Governança das Contratações - 27 e 28 set 21	REDE GOVERNANÇA BRASIL	ELISABETE SIMÕES DA CRUZ
Palestra - Impactos na Auditoria Interna com a Nova Lei de Licitações – 15/04/21	UNAMEC - União Nacional dos Auditores do Ministério da Educação	ELISABETE SIMÕES DA CRUZ
Auditoria e Controle Para Estatais (Turma JUN/2021)	ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PAULO CEZAR OLIVEIRA DE LIMA

VII-CONCLUSÃO

As atividades realizadas referem-se às Auditorias Coordenadas e Internas, acompanhamento da gestão e ao cumprimento da Legislação e das Resoluções do Conselho Nacional de Justiça, que foram desenvolvidas junto aos setores auditados com livre desempenho das funções previstas nas atribuições do Núcleo de Auditoria Interna e com o apoio da Alta Administração desta Corte Castrense, cumprindo as Auditorias Coordenadas e os prazos determinados pelo Conselho Nacional de Justiça.

Em atendimento ao disposto no artigo 9º, XXXI, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça Militar, encaminhamos o relatório descritivo das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Auditoria Interna – NAI, no período de **janeiro a dezembro de 2021**, para fins de apreciação e avaliações do ofício.

Porto Alegre, RS, 14 dezembro 2021.

Elisabete Simões da Cruz
Dirigente – NAI

Paulo Cezar Oliveira de Lima
Servidor – NAI

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Na área de Comunicação Social, o Gabinete desenvolveu as atividades de assessoria de imprensa, cerimonial e protocolo e de produção gráfica e audiovisual, com a coordenação, execução e controle das atividades relativas à divulgação, à comunicação social, relações públicas internas e externas ao Tribunal, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Presidente.

À Comunicação coube ainda a coordenação operacional da equipe responsável pela compilação e sistematização dos dados do TJM referente ao Ranking Transparência do CNJ.

Produção de Conteúdo

Foram produzidas e/ou publicadas 114 matérias/notas e/ou artigos no site e/ou intranet entre os dias 1º de janeiro de 2021 a 10 de dezembro de 2021:

Lista de publicações (www.tjmrs.jus.br)

Janeiro (4)

07/01/2021 - Justiça Militar Estadual retorna às atividades

18/01/2021 - Magistrados e servidores participam de treinamento para nova ferramenta de videoconferência

20/01/2021 - NOTA DE PESAR - Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul

29/01/2021 - JME retoma dinâmica de reuniões do Planejamento Estratégico

Fevereiro (6)

11/02/2021 - Jme terá plantão no carnaval e expediente a partir das 9 horas no dia 17

17/02/2021 - Justiça Militar Estadual promove palestra para discutir o Fevereiro Laranja

21/02/2021 - Justiça Militar Estadual suspende atividades presenciais a partir do dia 22 de fevereiro

24/02/2021 - TJM apoiará campanhas de doação de medula óssea

26/02/2021 - Corregedoria da JME realiza reunião de avaliação estratégica

com 1º grau

Março (15)

- 01/03/2021 - Justiça Militar prorroga suspensão de atividades presenciais até 15 de março
- 04/03/2021 - Justiça Militar integra Comissão que discutirá padronização mínima em sites do Judiciário
- 08/03/2021 - TJMRS promove palestra sobre acessibilidade no Judiciário
- 08/03/2021 - Programação Mês da Mulher - Justiça Militar Estadual
- 11/03/2021 - Desembargador Maciel se aposenta após 27 anos de atuação no TJMRS
- 12/03/2021 - Nota de Pesar – falecimento do ex-presidente do TJM João Carlos Bona Garcia
- 12/03/2021 - Justiça Militar prorroga suspensão de atividades presenciais até 15 de abril
- 15/03/2021 - Live do TJM debateu acessibilidade no judiciário
- 18/03/2021 - Desembargador Militar Fernando Lemos é eleito vice-presidente do TJM
- 22/03/2021 - CNJ destaca ação afirmativa da Justiça Militar Gaúcha
- 23/03/2021 - Live do TJM discute Violência Doméstica na programação do mês da mulher
- 23/03/2021 - TJMRS participa de encontro para discutir o sistema Eproc nacional
- 25/03/2021 - Live do TJM discute protagonismo feminino e desafios da mulher nas instituições militares
- 26/03/2021 - Escola Judicial do TJM promove painel sobre gênero e violência
- 30/03/2021 - Violência doméstica e familiar em pauta no TJM
- 30/03/2021 - Live do TJM debateu o protagonismo feminino e os desafios da mulher nas instituições militares

Abril (10)

- 06/04/2021 - Justiça Militar do Rio Grande do Sul adota “Juízo 100% Digital”
- 06/04/2021 - TJMRS empossa novo desembargador militar
- 07/04/2021 - Anteprojeto de Lei do Plano de Carreira dos Servidores da JME é aprovado por unanimidade no COJE
- 07/04/2021 - Coronel Rodrigo Mohr assume como desembargador militar no TJMRS
- 14/04/2021 - Comissão de Acessibilidade discute iniciativas para a JME
- 15/04/2021 - Justiça Militar Estadual prorroga suspensão das atividades presenciais até o dia 17 de maio
- 15/04/2021 - TJM apoia divulgação do Encontro Melhores Práticas do Instituto Lixo Zero
- 15/04/2021 - Live do TJM discutirá o Acordo de Não Persecução Penal na Justiça Militar
- 18/04/2021 - Desembargador Militar Sergio Brum recebe comenda do 1º batalhão da Polícia Militar
- 20/04/2021 - Planejamento Estratégico da JME entra em fase decisiva
- 24/04/2021 - Abril Verde: Live do TJM discute saúde e direitos do trabalhador

Maio (7)

02/05/2021 - Live do TJM discute o Transtorno do Espectro Autista
14/05/2021 - TJMRS lança Balcão Virtual
18/05/2021 - Justiça Militar prorroga trabalho remoto até 18 de junho
20/05/2021 - Corregedorias discutem aprimoramento de sistemas
24/05/2021 - 1º Encontro dos Corregedores de Justiças Militares
27/05/2021 - Presidente do TJM visita comando da BM e direção da ASOF
28/05/2021 - Presidente do TJM discute investimentos nas auditorias com magistrados do 1º grau

Junho (12)

01/06/2021 - Presidente do TJM faz reunião de acolhida a novos servidores
01/06/2021 - Grupo de Trabalho aprova minuta do Planejamento Estratégico da JME
01/06/2021 - Corregedoria: encontro discute Metas Nacionais do Judiciário e LGPD
02/06/2021 - Juiz das Garantias na Justiça Militar é tema de live do TJMRS
08/06/2021 - Justiça Restaurativa é tema de live do TJM
09/06/2021 - Planejamento Estratégico de TIC 2021/2026 em debate no TJMRS
10/06/2021 - JME integra GT que discutirá Plano Nacional de Geração de Trabalho e Renda no Sistema Prisional
10/06/2021 - Anteprojeto do Plano de Carreiras na JME é aprovado no Conselho da Magistratura do TJRS
14/06/2021 - Justiça Militar do Rio Grande do Sul participa da Campanha do Agasalho
19/06/2021 - 103 anos do TJMRS
22/06/2021 - JMERS presente no V Fórum Nacional das Corregedorias
26/06/2021 - Nota de Pesar – falecimento do ex-secretário José Paulo Bisol
29/06/2021 - Reunião discute aprimoramentos do Serviço de Informação ao Cidadão da JME

Julho (7)

06/07/2021 - Presidente do TJM recebe convite para formatura do Espadim Tiradentes da BM
06/07/2021 - Sustentabilidade em pauta no TJM
08/07/2021 - Planejamento Estratégico é aprovado no pleno do TJM
15/07/2021 - NOTA DE SOLIDARIEDADE
15/07/2021 - JME prorroga suspensão de atividades presenciais até 31 de agosto
19/07/2021 - Criação de Fórum de Encarregados de Proteção de Dados permitirá troca de ideias e compartilhamento de projetos
23/07/2021 - Artigo - Presidente do TJM Fábio Duarte Fernandes

Agosto (11)

02/08/2021 - PE 2021/2026: JME realiza 1ª reunião de Análise Estratégica
05/08/2021 - AMB: Coordenadoria da Justiça Militar debate mudança de gênero e perda de graduação
16/08/2021 - JME instala Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação
19/08/2021 - Aprovado Projeto de Justiça Restaurativa na JME

20/08/2021 - Live do TJM traz a ministra do STM Maria Elizabeth Rocha
25/08/2021 - Justiça Militar do RS alcança 96% dos pontos do Ranking da Transparência do Judiciário
26/08/2021 - TJMRS participa das celebrações do Dia do Soldado no Comando Militar do Sul
26/08/2021 - Presidente do TJMRS discute ações de inclusão com a APAE de Porto Alegre
27/08/2021 - JME disponibiliza Espaço Sinal Vermelho voltado à vítimas de violência doméstica
27/08/2021 - Justiça Militar estabelece medidas para a retomada gradual ao trabalho presencial
31/08/2021 - Planejamento Estratégico: JME realiza 2ª Reunião de Análise Estratégica

Setembro (13)

02/09/2021 - Presidente do TJM recebe a Ordem do Mérito Judiciário Militar
03/09/2021 - SINAL VERMELHO: JME é destaque no site da Associação dos Magistrados do Brasil
12/09/2021 - Presidentes do TRT4 e TJM realizam encontro por videoconferência
12/09/2021 - Presidente do TJM reúne-se com a Coordenação da ABERGS
14/09/2021 - Superior Tribunal Militar em visita institucional ao TJMRS
17/09/2021 - Presidente do TJM prestigia posse do juiz Enio Rossetto à corte do TJMSP
17/09/2021 - I Seminário sobre o Direito e a Justiça Militar no Brasil
18/09/2021 - Planejamento Estratégico de TIC em debate na JME
21/09/2021 - Presidente do TJM reúne-se com o Prefeito de Porto Alegre
24/09/2021 - Seminário reforçou a importância do papel das justiças militares no país
24/09/2021 - Live do TJM sobre o Setembro Amarelo
29/09/2021 - Valorização da vida foi tema de palestra no TJM
30/09/2021 - Justiça Restaurativa: JME realiza primeira atividade dos círculos de construção de paz
30/09/2021 - Supremo define percentual para progressão de regime em crime hediondo no caso de reincidência por crime comum

Outubro (11)

04/10/2021 - Outubro Rosa
04/12/2021 - Live do TJM discutirá inclusão e mercado para a pessoa com deficiência
06/10/2021 - Presidente do TJM recebe convite para o 1º encontro da Federação das Associações das Carreiras do Estado
07/10/2021 - Magistrados da JME agraciados com a Medalha de Polícia Judiciária Militar
08/10/2021 - Presidente Fábio realiza visita institucional ao Presidente do TJ
08/10/2021 - Magistrados do TJM recebem o Medalhão do Centenário das Circunscrições Judiciárias Militares
08/10/2021 - TJMRS entrega brinquedos em Ação Integrada Solidária do Dia das Crianças
14/10/2021 - Magistradas da JME recebem comenda do Comando Ambiental da BM

18/10/ 2021 - Anteprojeto do Plano de Carreira da JME é aprovado no Órgão Especial do TJ

18/10/2021 - “Práticas Restaurativas: um olhar neurocientífico” é tema da Live do TJM

21/10/2021 - XVII CONGRESSO NACIONAL DAS JUSTIÇAS MILITARES

Novembro (14)

01/11/2021 - XVII Congresso Nacional das Justiças Militares é realizado no TJMSP

06/11/2021 - Presidente Fábio é agraciado com o Colar do Mérito Judiciário do TJM de Minas Gerais

11/11/2021 - Presidente do STJ recebe homenagem da Justiça Militar do Rio Grande do Sul

13/11/2021 - JME participa da Semana Restaurativa do Brasil 2021

19/11/2021 - Divulgação STM: Enajum promove Webinar sobre Crimes Cibernéticos

19/11/2021 - Primeiras Reuniões com Práticas Restaurativas da JMERS

22/11/2021 - Presidente Fábio recebe Comenda do Mérito Judiciário do TRT4

22/11/2021 - Comitê de Saúde da JME inicia discussões sobre Planos de Ação para 2022

22/11/2021 - Comissão de Segurança do TJMRS realiza sua última reunião em 2021

25/11/2021 - Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher

25/11/2021 - Presidente Fábio recebe a Ordem do Mérito Ministério Público Militar

25/11/2021 - Assinado Termo de Cooperação que cria o Fórum dos Encarregados da Proteção de Dados do RS

26/11/2021 - Presidente do STM receberá a Ordem do Mérito da Justiça Militar Estadual

29/11/2021 - Divulgação TJM Minas Gerais

30/11/2021 - O Garantismo Penal de Luigi Ferrajoli é tema de live da Escola Judicial Militar do TJMRS

Dezembro (4)

01/12/2021 - Encontro Nacional do Poder Judiciário começa nesta quinta

01/12/2021 - Presidente do TJM recebe convite para a posse da nova administração do TCE

03/12/2021 - TJMRS conquista Selo Diamante do CNJ pelo 2º ano consecutivo

06/12/2021 - Eleita a administração do TJMRS para o biênio 2022/2023

09/12/2021 - TJMRS realiza solenidade de entrega de medalhas por Tempo de Serviço

REDES SOCIAIS

A Assessoria de Comunicação coordena o planejamento e a produção de conteúdo para os perfis das redes sociais do Tribunal de Justiça Militar. É responsável ainda pela produção e organização dos eventos virtuais realizados pelo TJMRS.

O Tribunal possui perfis nas seguintes redes:

Twitter : @tjmrsoficial
Instagram: @tjmrsoficial
Facebook: /tjmrsoficial
Youtube: /tjmrsoficial

Entre os dias 1º de janeiro de 2021 e 10 de dezembro de 2021, foram realizadas 325 publicações nas redes sociais do Tribunal somando todas as plataformas disponíveis.

O TJM utiliza a sua página no Facebook como canal prioritário de transmissão das suas atividades. Ao longo de 2021, foram mais de 250 horas de conteúdo ao vivo, levando em conta sessões de julgamento por videoconferência, solenidades, seminários e palestras.

tjmrsoficial

0:54

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
EM VISITA INSTITUCIONAL AO TJMRS

Ver insights

Turbinar publicação

84 visualizações • Curtido por fernandesdfabio

tjmrsoficial Visita do @stm_oficial ao Tribunal de Justiça Militar do RS



Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul - TJMRS fez uma transmissão ao vivo.

24 de nov. · 🌐



tjmrsoficial



CNJ DESTACA AÇÃO AFIRMATIVA DA JUSTIÇA MILITAR GAÚCHA

WWW.TJMRS.JUS.BR

Tribunais aderem a ações em prol da igualdade racial

22 de março de 2021 - Notícias CNJ / Agência CNJ de Notícias



Prevista no Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.228/2010), a adoção de programas de ação afirmativa pelo poder público repercute no Judiciário, que se dedica a implementar medidas para atendimento do dispositivo legal. Recém-contratada pelo Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul (TJMRS), a aluna do 7º período do curso de políticas

[Ver insights](#)

[Turbinar publicação](#)



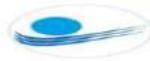
Curtido por **marcelonepomu** e outras **17** pessoas
tjmrsoficial TJM em destaque

O Conselho Nacional de Justiça destacou, em seu site oficial, o recém concluído edital de estágio do TJMRS que previu a disponibilização de 30% das vagas a candidatos negros ou pardos.

A iniciativa, inédita no âmbito da Justiça Militar, já permitiu o ingresso de dois estudantes por meio desse instrumento.

Justiça Militar

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul

INSCRITO 🔔

332 inscritos · 145 vídeos

Canal oficial do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, com vídeos recentes da Justiça Militar Estadual gaúcha.



Institucional da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul

Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul · 485



Tribunal de Justiça Militar ... - 19 mar

✓ TJMRS em Destaque

A coordenação de acessibilidade da Câmara dos Deputados reproduziu, em seus canais nas redes sociais, a íntegra da live sobre judiciário acessível, promovida pelo TJMRS no dia 12 de março.

TJM EM DESTAQUE

A coordenação de acessibilidade da Câmara dos Deputados reproduziu, em seus canais nas redes sociais, a íntegra da live sobre judiciário acessível, promovida pelo TJMRS no dia 12 de março.

WWW.TJMRS.JUS.BR

Coordenação de Acessibilidade da Câmara dos Deputados

Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul - TJMRS debateu sobre Judiciário acessível, efeitos da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU e da Lei Brasileira de Inclusão dos Pessoas com Deficiência.

Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul - TJMRS fez uma transmissão ao vivo.

Judiciário acessível: efeitos da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU e da Lei Brasileira de Inclusão no Poder Judiciário.



Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul - TJMRS fez uma

transmissão ao vivo.

27 de ago. · 🌐

Assédio Moral, Sexual e Discriminação: Prevenção e enfrentamento a partir de uma perspectiva institucional... Ver mais



👍❤️ 21

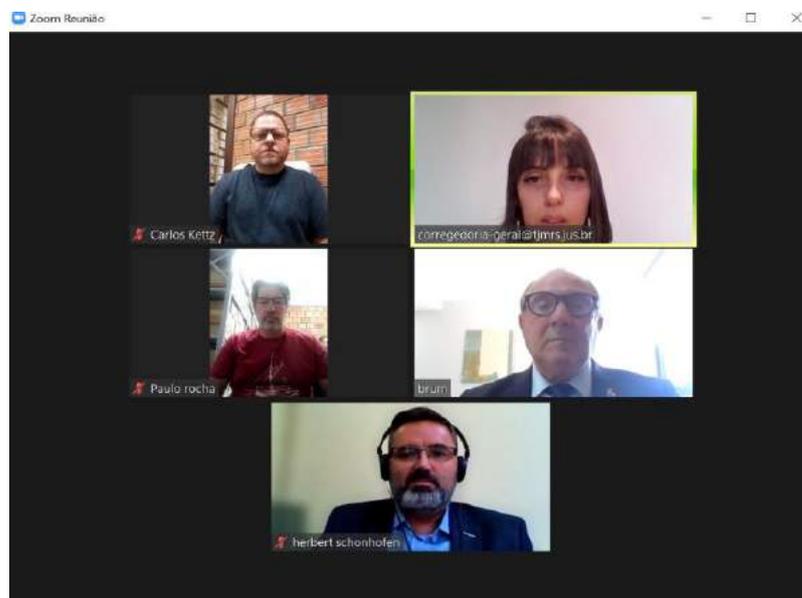
11 comentários 4 compartilhamentos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR
CORREGEDORIA - GERAL



CORREGEDORIA-GERAL
JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL
RELATÓRIO DAS ATIVIDADES - 2021



INTEGRANTES

Desembargador Militar Sergio Antonio Berni de Brum
Corregedor-Geral da Justiça Militar Estadual - Biênio 2020-2021

Herbert Schonhofen
Assessor de Desembargador - Secretário da Corregedoria - Biênio 2020-2021

Luciana Busin do Amaral de Carvalho
Oficial de Gabinete – Secretaria da Corregedoria - Biênio 2020-2021

Ricardo Tofani Santanna
Assessor Judiciário – Secretaria da Corregedoria

Paulo Roberto Prates da Rocha
Gratificação Especial – Arquivo Judiciário

Carlos Roberto Teixeira Ketz
Gratificação Especial – Secretaria da Corregedoria

1. APRESENTAÇÃO

Como sabemos, a atividade correcional representa uma importante parcela nos resultados da atividade jurisdicional. Desta forma, pautamos nossa gestão no princípio da governança colaborativa, prestigiando o trabalho em equipe em todas as ações da corregedoria e ouvidoria. Além de dar continuidade aos trabalhos de anteriores administrações, buscamos adequar a corregedoria/ouvidoria, notadamente frente às determinações da Corregedoria Nacional – CNJ.

Logo no início da nossa gestão, março do ano de 2020, ainda no início da pandemia, preocupados com a situação de emergência em saúde pública e o estabelecimento do Plantão Extraordinário do Poder Judiciário instituído pela Resolução nº 313, do CNJ, propusemos a edição de ato normativo visando à utilização de videoconferência nas sessões de julgamento presencial à similitude do disposto na Resolução nº 672, do STF.

Considerando a situação de emergência em saúde pública e as consequentes prorrogações do Plantão Extraordinário do Poder Judiciário e a vedação de designação de atos presenciais em virtude da Pandemia do COVID-19, a corregedoria construiu, com a participação efetiva e importante dos(as) magistrados(as) de 1º grau, Coordenadoria de TIC e demais setores, ato que dispôs sobre as sessões virtuais (presencial por videoconferência) durante o plantão extraordinário junto às Auditorias Militares. Assim, publicamos em 27/05/2020 o Ofício-Circular nº 41/2020-CGJME, que autorizou e orientou sobre a realização de sessões virtuais (presencial por videoconferência) durante o plantão extraordinário, em face do disposto na Portaria nº 61/2020 do CNJ. Nesse marco histórico, destaco que a primeira sessão de julgamento por videoconferência foi realizada de forma célere aos quatro dias do mês de junho de 2020, na Auditoria Militar de Santa Maria. Não estávamos preparados, tanto para o trabalho remoto quanto para a realização das sessões por videoconferência, mas como o apoio dos nossos servidores e magistrados, abraçamos este necessário e inevitável desafio.

Durante o biênio, sempre tivemos atentos às Metas Nacionais do CNJ e trabalhamos em conjunto com a presidência e demais setores para atendê-las e cumpri-las. Nesse tópico, trilhando o caminho de gestões anteriores, conseguimos obter nesses dois anos o Selo Diamante do CNJ – TJM alcançou, na avaliação

específica do segmento das justiças militares, a maior pontuação. Vale destacar que o primeiro grau de jurisdição tem forte participação na obtenção dessa importante premiação, pois obteve índices de produtividade invejáveis, especialmente devido ao trabalho e apoio dos(as) magistrados(as) e servidores(as).

Ou seja, apesar da grande dificuldade inerente à impossibilidade do trabalho presencial durante quase a totalidade da gestão, a corregedoria se adaptou e exerceu suas atividades de maneira célere e proativa. Essa dinâmica de trabalho, que reflete nos resultados, só foi possível devido ao empenho e dedicação dos nossos servidores(as) e colaboradores(as), sem os quais não teríamos conduzidos a corregedoria.

Por fim, pautamos o final dos trabalhos a fim de possibilitar uma transição aos novos gestores e equipe, que não se encerra ao final do período, já que estaremos sempre à disposição para contribuir com a corregedoria, sempre buscando o aperfeiçoamento da nossa JME.

2. ATRIBUIÇÕES DA CORREGEDORIA-GERAL

A Corregedoria-Geral da Justiça Militar, órgão do Tribunal Militar do Estado do Rio Grande do Sul, tem a função de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, com jurisdição em todo o Estado, sendo exercida por um Desembargador Militar, denominado Corregedor-Geral, eleito para um mandato de dois anos e tem por objetivo principal alcançar maior efetividade na prestação jurisdicional.

Nos termos do art. 15 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça Militar compete ao Corregedor-Geral:

I – proceder à correição:

a) nos autos de inquérito policial militar, quando não se tenha apurado a existência de crime ou transgressão disciplinar, desde que entenda haver crime a punir e indícios de sua autoria;

b) nos processos findos arquivados pelo Juiz-Auditor;

c) nos autos em andamento nas Auditorias, de ofício ou por determinação do Tribunal Militar;

II – submeter ao Tribunal de Justiça Militar, dentro de cinco (5) dias após a correição, os casos de arquivamento que considere infundados;

III – verificar, em processos em andamento ou findos, se foram tomadas às providências relativas a medidas preventivas e assecuratórias previstas em lei, para o resguardo de bens da Fazenda Pública sob a Administração Militar;

IV – determinar, mediante provimento, as providências ou instruções que entender convenientes ao regular funcionamento dos serviços que lhe incumbe fiscalizar;

V – requisitar das autoridades judiciárias e administrativas, civis ou militares, os esclarecimentos e as informações que julgar necessários ao exercício de suas funções;

VI – percorrer as Auditorias para exame dos processos em andamento e dos livros e documentos existentes em Secretarias de Juízo das Auditorias, de modo que tenham, pelo menos, uma inspeção em cada ano;

VII – receber e apurar representação a respeito de irregularidade atribuída a servidor de Auditoria;

VIII – comunicar, imediatamente, ao Presidente do Tribunal a existência de fato grave que exija pronta solução, verificado durante inspeção às Secretarias de Juízo das Auditorias, independentemente das providências que, desde logo, possa tomar;

IX – elaborar, quando não estabelecidos em lei, os modelos de livros necessários aos registros nas Secretarias de Juízo das Auditorias e nos Conselhos de Justiça das Unidades;

X – apresentar ao Tribunal, anualmente, até o dia 15 de fevereiro, relatório circunstanciado das atividades da Corregedoria-Geral;

XI – representar o Tribunal, por delegação do Presidente, em solenidades e atos públicos;

XII – solicitar ao Presidente do Tribunal a designação de funcionários para servirem no Gabinete da Vice-Presidência ou no da Corregedoria-Geral;

XIII – exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas em lei ou neste Regimento Interno.

3. DESTAQUES DA GESTÃO E PRINCIPAIS ATIVIDADES

3.1. SEEU – SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO

Em atenção ao princípio da governança colaborativa, assumimos junto à presidência o desafio de implantar o SEEU - SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - sistema de exigência do CNJ (Resolução 223/2016 e pela Resolução 280/2019) e adotado como política nacional no ano de 2016. A pretensão inicial da equipe do CNJ era realizar a fase operacional da implantação - que incluía a capacitação - de forma presencial. O CNJ chegou a autorizar o deslocamento da equipe ao Estado, mas com o recrudescimento dos efeitos da pandemia, tiveram de cancelar todos os deslocamentos no país. Assim, as fases pré-operacional e operacional foram realizadas à distância, via remota, impondo uma série de medidas para o pleno êxito, como digitalização de alguns processos físicos pendentes, extração de peças de todos os PECs das auditorias do e-proc, fragmentação de acordo com os requisitos técnicos exigidos pelo CNJ, entre outras, todas realizadas pela equipe da corregedoria, com apoio da TIC. Após, seguiram-se as capacitações dos magistrados, servidores, advogados e MP. Hoje o SEEU é uma realidade na JME e encontra-se regulamentado pelo Provimento nº 45/2020 – CGJME.

3.2. PJeCor

No ano de 2020 implantamos o PJeCor, que é o sistema do Processo Judicial Eletrônico nas Corregedorias. O PJECOR é um sistema informatizado único para todas as corregedorias, que tem por objetivo unificar e padronizar a tramitação dos procedimentos administrativos, garantindo maior eficiência, transparência e economia na atuação dos órgãos correccionais. Trata-se de outra exigência do CNJ, forte na Resolução 320/2020 e Provimento nº 102/2020 – CNJ. A Meta 1 das Corregedorias prevê que o recebimento de todos os novos pedidos de providências, atos normativos, representações por excesso de prazo, bem como todos os procedimentos de natureza disciplinar contra magistrados tramitem no PJeCor. O PJeCor está regulamentado no tribunal por meio do Provimento nº 002/2020 – CGJME.

3.3. SESSÕES VIRTUAIS

Como já referido, autorizamos e orientamos, forte no Ofício Circular 41/2020-CGJME, publicado em 27/05/2020, sobre a realização de sessões virtuais (presencial por videoconferência) durante o plantão extraordinário, em face do disposto na Portaria nº 61/2020 do CNJ. De forma célere a proativa, a primeira sessão de julgamento por videoconferência ocorreu aos quatro dias do mês de junho de 2020, na Auditoria Militar de Santa Maria. Pela importância histórica, segue respectivo termo de audiência.



Poder Judiciário
JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Auditoria de Santa Maria

Av. N. Sra. das Dores, 437, Residencial Tecinta Y Três - Bairro: Nossa Sra. das Dores - CEP: 97050-530 - Fone: (55) 3222-3330 - Email: audsma@tjrs.jus.br

AÇÃO PENAL MILITAR - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO Nº 1000052-97.2018.9.21.0003/RS

AUTOR: RIO GRANDE DO SUL PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RÉU: MARLISE SONZA ELY

TERMO DE AUDIÊNCIA

SESSÃO DE JULGAMENTO POR VIDEOCONFERENCIA

CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA

PROCESSO CRIMINAL Nº 1000052-97.2018.9.21.0003

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte (04/06/2020), nesta Cidade de Santa Maria/RS, às 14 horas, em atendimento às Resoluções 313 e 314/2020 do CNJ, ao Decreto Estadual n. 55.128/2020, e às Portarias n. 87, 91 e 101/2020 do Tribunal de Justiça Militar, editadas em virtude da Pandemia causada pelo vírus COVID-19, a **presente Sessão de Julgamento será realizada, com anuência das partes, por videoconferência** mediante a plataforma virtual CISCO Webex (cedida gratuitamente por força de convênio celebrado entre a Empresa CISCO Brasil e o Conselho Nacional de Justiça). Participam do ato, a Exma. Sra. Dra. Eliane Almeida Soares, Juíza de Direito Titular; os Senhores Juizes do Conselho Permanente de Justiça; a Escrivã Designada Quizide de Alves Lima; as Oficialas Escreventes Lisiane Godoi e Eliane Balcemão, bem como a Promotora de Justiça, Dra. Rosimari Meller Antonello, e a Defensora Dra. Shaianne De Gregori – OAB/RS 92.465, tendo sido dispensada a acusada MARLISE SONZA ELY (evento 195, com anuência da sua Advogada constituída e do MP). **Aberta a sessão**, após testados os microfones e imagens de todos presentes, confirmadas nitidez e clareza dos equipamentos dos participantes, e em não havendo outros esclarecimentos ou problemas a serem sanados, todos conscientes sobre as funcionalidades do sistema virtual, passou-se à leitura da denúncia, sendo dispensada pelas Partes a de outras peças, bem assim a exposição de méritos do feito. Após, deu-se início à gravação da sessão, sendo **DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO que**, feitas as saudações cordiais, manifestou-se pela procedência total da denúncia, por entender que autoria e materialidade do crime estão comprovadas. Embora a ré tenha admitido que não se recorda de ter agredido o Sargento, e que não teria sido essa sua intenção, admitiu que, quando agredia Sandra, poderia ter atingido o graduado quando a puxava pelos cabelos. Para o MP, o fato é grave porque denigre a imagem da Corporação, sendo incompatível com a imagem do policial militar que tem o dever de pacificação social e precisa pautar sua vida particular de forma correta. Como vítima, o graduado, desde o IPM, sempre sustentou as agressões sofridas, conforme ata da fl. 17 do Evento 1, e assim se manteve uniforme não havendo contradições nos depoimentos que se sucederam, sendo confirmadas no exame de corpo de delito as lesões corporais produzidas, fl. 34. Assim, tendo sido denunciado pelo art. 157, §3º, do CPM, e consumadas as lesões, pediu a condenação daré nos exatos termos da denúncia. **PELA DEFESA**, após saudações, referiu que não vai arguir a preliminar de incompetência porque tem conhecimento das decisões do Tribunal entendendo que crime

1000052-97.2018.9.21.0003

710006072549_V22

https://eproc.tjrs.jus.br/eproc/controlador.php?acao=minuta_imprimir&acao_origem=acessar_documento&hash=47714092798ba2621785724... 1/2



Poder Judiciário
JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Auditoria de Santa Maria

cometido por militar contra militar é da competência da JME. Passando ao mérito, argumentou, em síntese, que as lesões materializadas na vítima são mínimas e não constaram mencionadas na Parte n. 10 que deu início ao processo. Salientou que o Sgt vítima puxou a ré Marlise para afastá-la de Sandra, quando das agressões. Desse modo, naquele instante, o graduado pode ter sido atingido pela ré, a qual admite que tal pode ter ocorrido, mas não era a sua intenção, ou seja, ela não agiu com dolo de agredir o Sgt Ederson. Para a Defesa, a ré não agiu com a intenção necessária ao crime pelo qual ora denunciada, ela visava Sandra. Ainda, citou o fato de o Sgt Ederson ter histórico de violência física contra a ora acusada, inclusive tendo respondido por isso. Para a Defesa, Marlise queria apenas escapar da contenção do Sgt Ederson que a impedia de continuar agredindo Sandra e, naquele contexto, pode ter atingido o graduado, ou talvez porque ele a estava machucando, já que lesionou seu seio. Desse modo, refere inexistir dolo na ação. Pede absolvição com base no art. 439, letra e, do CPPM, pois não tinha dolo de praticar violência contra superior. **Não houve réplica.** A seguir, **o Conselho Permanente de Justiça, à unanimidade, julga totalmente procedente a denúncia para condenar a Ré Marlise Sonza Ely pelo delito do art. 157, §3º, c/c o art. 209, caput, e 79 (concurso formal), todos do CPM, aplicando-lhe a pena final de 06 (seis) meses de detenção, com direito a sursis bienal, mediante condições a serem fixadas na sentença.** Em que pese a vedação da concessão do sursis, o CPJ, à unanimidade, entende por conceder o benefício dadas as circunstâncias do cometimento do crime. **Ficam todos cientes de que a sentença será publicada em data a ser marcada, virtualmente caso não tenha sido retomado o expediente presencial, devendo ser dada ciência pessoal à ré porquanto ausente nesta data.** Estiveram presentes ao ato, compondo o CONSELHO PERMANENTE DE JUSTIÇA, Maj. Rodrigo Becker; Cap. Edimilson André Carvalho Pereira; Cap. Anderson Luiz Menezes da Silva, 1º Ten. Edgar da Rosa Spode, ASSIM COMO a Defesa Dra. Shaianne De Gregori e a Promotora de Justiça, Dra. Rosimari Meller Antonello, bem como a Sra. Quize de Alves Lima, Escrivã designada, e as as Oficialas Escreventes Lisiane Godoi e Eliane Balcemão. **Registre-se a presença de membros do Setor de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça Militar, dando integral suporte técnico à realização da presente sessão.** Nada mais havendo a constar, foi encerrada a sessão, a presente ata que vai devidamente assinada por mim, Dra. Eliane Almeida Soares, Juíza de Direito Titular.

Documento eletrônico assinado por ELIANE ALMEIDA SOARES, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TJM/RS nº 204, de 6 de Junho de 2018. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico https://eproc1g.tjms.jus.br/eproc/externo/controlador.php?acao=consulta_autenticidade_documentos, mediante o preenchimento do código verificador 710006072549v22 e do código CRC e2c8bcb3.

Informações adicionais da assinatura:
 Signatário (a): ELIANE ALMEIDA SOARES
 Data e Hora: 4/6/2020, às 17:21:25

1000052-97.2018.9.21.0003

710006072549.V22

Logo após, em 31 de julho de 2020, a Auditoria de Passo Fundo realiza primeira sessão por videoconferência durante o plantão extraordinário, em face do disposto na Portaria nº 61/2020 do CNJ, forte na orientação da Corregedoria-Geral da JME/RS – Ofício-Circular nº 41/2020-CGJME – 31 de julho de 2020. Os atos foram coordenados pela Juíza de Direito Mariluce Dias Mandeira.



<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/auditoria-de-passo-fundo-realiza-interrogatorio-por-videoconferencia--04-08-2020>

3.4. CARTAS PRECATÓRIAS

A dificuldade e demora no cumprimento das cartas precatórias era outra demanda antiga da JME. Assim, trabalhamos junto à Corregedoria-Geral da Justiça - TJRS, culminando com ato da Corregedora-Geral, Desembargadora Vanderlei Terezinha Kubiak, que acatou nosso pedido e autorizou o compartilhamento do uso das salas físicas de vídeoconferência dos foros do Estado, desde que previamente agendadas pelo SASV. Com tal autorização, a JME pode utilizar a estrutura das salas multiuso dos Fóruns para realizar atos processuais, oitivas, etc, notadamente naqueles casos que as testemunhas e vítimas ouvidas não dispõem de equipamentos adequados e/ou sinal de internet. O agendamento ocorre pelo sistema SASV (sistema de agendamento de salas), até para evitar colidência de pautas ou, ainda, excepcionalmente, via contato com a direção do respectivo Foro.

3.5. INSPEÇÕES

Mantivemos as inspeções virtuais, que são devidamente publicadas no site e no portal transparência do tribunal e instituímos, forte no Provimento nº 44/2020 – CGJME, a Autoinspeção ordinária dos gabinetes judiciais, no âmbito do 1º grau, nos termos da Diretriz Estratégica 1 da Corregedoria Nacional de Justiça.

3.6. ESTÁGIOS PROBATÓRIOS E PROMOÇÕES

Na qualidade de presidente da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, atribuição do Corregedor-Geral nos termos da Resolução TJM 206/2018, desempenhamos as funções de orientação, coordenação e controle das avaliações probatórias, sempre observando os requisitos da eficiência, responsabilidade, produtividade, assiduidade e disciplina e emitimos pareceres conclusivos, confirmando-os nos respectivos cargos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar do Estado, contribuindo com aperfeiçoamento funcional e promoção de servidores na carreira.

3.7. NÚCLEO DE COOPERAÇÃO

A Resolução CNJ nº 350/2020 estabelece uma série de diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades. Na qualidade de Coordenador do Núcleo de Cooperação, atribuição do Corregedor-Geral nos termos da Resolução TJM 258/2021, buscamos atender à exigência do CNJ, assim como ao previsto no Código de Processo Civil, que consagra princípios da cooperação e da eficiência no processo civil e prevê os mecanismos de cooperação entre órgãos do Poder Judiciário para a realização de atividades administrativas e para o exercício das funções jurisdicionais. Assim, trabalhamos de forma a atender o dever de recíproca cooperação, por meio de seus magistrados e servidores, a fim de incrementar mutuamente a eficiência de suas atividades.

3.8. BALCÃO VIRTUAL

Cumprindo o regulamentado pela Resolução CNJ nº 372/2021, instituímos, forte no Provimento nº 48/2021-CGJME, o Balcão Virtual no âmbito do 1º Grau de Jurisdição. O Balcão Virtual é a modalidade de atendimento telepresencial ao público externo e utiliza ferramenta tecnológica de videoconferência e/ou videochamada que possibilita a comunicação entre o solicitante e a auditoria militar, em tempo real, bastando acessar o link da respectiva auditoria militar.

3.9. AUXÍLIO EMERGENCIAL

A Corregedoria-Geral da JME, em atenção à comunicação recebida da Controladoria-Geral da União (CGU), de forma preventiva enviou dados sobre os servidores da JME para cruzamento com as bases de pagamento do Programa Auxílio Emergencial – instituído como proteção no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus – COVID 19.

Conforme despacho da Auditoria de Previdência e Benefícios, o cruzamento de informações não retornou resultados, não tendo sido identificados pagamentos aos servidores constantes da lista encaminhada.

3.10. PRESÍDIO MILITAR

No uso das atribuições fiscalizatórias, desempenhamos ações, em conjunto com os gestores da casa prisional, visando à preservação da saúde dos apenados, assim como dos servidores e colaboradores. Para tanto, entre outras informações, coletamos dados sobre o quantitativos de presos e respectivos regimes prisionais e varas responsáveis, assim como dados relacionados as medidas preventivas de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (Covid-19),

equipamentos de proteção individual, limpeza, higienização e protocolos, inclusive nos casos de suspeitos de contaminação, assim como quantitativos da vacinação.

3.11. PRECATÓRIO

A Corregedoria-Geral da JME, em atenção ao solicitado pelo juízo da 2ª Auditoria Militar de Porto Alegre nos autos de um processo de cumprimento de sentença, atuou junto ao Serviço de Processamento de Precatórios (SPP) do TJ/RS, a fim de possibilitar o processamento do precatório em consonância com a Resolução 303/2019 CNJ e atos regimentais do TJRS, como o Ato 23/2017 e Ato 19/2019 do TJRS.

3.12. CONVÊNIO IBAMA

Em continuidade e em conjunto com a presidência, assessoria jurídica e Auditoria de Santa Maria, construímos minuta de Termo de Cooperação **com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis – IBAMA e o Estado do Rio Grande do Sul, através do Tribunal de Justiça Militar, com a finalidade de apoio por parte dos apenados do Presídio Policial Militar na prestação de serviços gerais e administrativos.**

3.13. COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - TIC

A Resolução CNJ nº 370/2021 estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder judiciário – ENTIC-JUD. Na qualidade de Presidente do Comitê de TIC, atribuição do Corregedor-Geral nos termos da Portaria nº 044/2020, buscamos atender às exigências do CNJ. Assim, trabalhamos de forma a aperfeiçoar a infraestrutura e a governança de Tecnologia

da Informação e Comunicação da Justiça Militar do estado do RS, visando à prestação jurisdicional.

3.14. GRUPO COORDENADOR DO PRÊMIO QUALIDADE CNJ 2020 E 2021

A Portaria CNJ nº 88/2020 estabelece o regulamento para concessão do Prêmio CNJ de Qualidade, referente ao ano de 2020; e a Portaria CNJ nº 135/2021 estabelece o regulamento para concessão do Prêmio CNJ de Qualidade, referente ao ano de 2021. Na qualidade de Coordenador-Geral, atribuição do Corregedor-Geral nos termos das Portarias nºs 108/2020, 112/2020 e 029/2021, buscamos atender às exigências do CNJ. Assim, trabalhamos de forma colaborativa a fim de desenvolver trabalhos e ações relativos aos eixos e indicadores do Prêmio Qualidade objetivando atingir a pontuação máxima estabelecida pelo CNJ. O grupo finalizou os trabalhos de forma excepcional e o tribunal conquistou o Prêmio CNJ Qualidade na modalidade Diamante, nos anos de 2020 e 2021.

3.15. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GESTÃO DE METAS

Nos termos da Portaria nº 96/2020, coordenamos os trabalhos que elaborou o Planejamento Estratégico da JME para o sexênio 2021-2026, nos termos da Resolução nº 325, de 20 de junho de 2020 do Conselho Nacional de Justiça. Após amplos e profundos estudos e debates, o grupo aprovou a proposta do Planejamento Estratégico 2021/2026, que foi aprovada, à unanimidade, pelo pleno. Ainda, nos termos da Portaria nº 95/2020, trabalhamos como gestor estratégico e de metas da JME, em substituição ao Presidente do Tribunal.

4. EXECUÇÃO DE ATIVIDADES

Na seara administrativa da Corregedoria-Geral, trabalhamos de forma ágil nas questões administrativas referentes ao 1º grau de jurisdição, tais como: escala de plantão dos juízes do 1º grau; plano de férias dos juízes do 1º grau; reuniões técnicas; efetividades; inspeções virtuais; elaboração e encaminhamentos de ordem pagamento RPV; precatórios; sucumbência advocatícia; atos normativos; arquivamentos e desarquivamentos; orientações jurisdicionais, convênios, relatórios e as demandas gerais relativas às Auditorias 1º grau, entre outras atividades de rotina da Corregedoria Geral.

No âmbito da transparência, a Corregedoria-Geral contribui, na medida em que por meio das publicações no site do tribunal divulga suas atividades específicas, tais como as elaborações de: atos normativos, relatórios virtuais, relatórios anuais, inspeções ordinárias, escala de plantão, publicação das certidões arquivamento, dando visibilidade ao processo de transparência das atividades da Justiça Militar, prestando contas e informação à sociedade.

Objetivando a transparência e gestão das informações, a página do TJMRS na internet vem sendo modernizada e constantemente atualizada, o que tem proporcionado maior visibilidade, com a inserção dos trabalhos realizados, divulgação dos serviços disponíveis no Portal da Transparência, onde são postados os trabalhos e dados da Corregedoria.

Os relatórios anuais e inspeções realizadas pela Corregedoria são publicadas no *site* do tribunal – Corregedoria Geral.

<https://www.tjmrs.jus.br/conheca/corregedoria/publicacoes/relatorios-tab>

<https://www.tjmrs.jus.br/conheca/corregedoria/publicacoes/inspecoes-tab>

Como forma de controle e necessidade de atender à Diretriz Estratégica 1 - Desenvolver projeto de trabalho junto às unidades Jurisdicionais com maior dificuldade em atingir as Metas Nacionais 1 e 2 do CNJ ou com recorrente excesso de prazo de conclusão, estabelecida no glossário das metas e diretrizes

nacionais das corregedorias para 2021 – implementamos o plano de trabalho e ações permanente junto às Auditorias Militares da JME, forte no Provimento nº 49/2021-CGJME.

As inspeções virtuais, o seu alcance e a sua extensão, foram executadas em sintonia com as anteriores gestões, merecendo destaque que as consultas às diversas fontes (Sistema Eletrônico de Gestão Administrativa – SEGA – e Sistema e-proc), possibilitaram em curto intervalo de tempo conferir o trabalho realizado pelas auditorias, essencialmente no sentido de assessorar os magistrados quanto à situação dos feitos e processos em curso, visando à razoável duração do processo.

Logo no início da gestão, a fim de cumprir demandas externas, inclusive do CNJ, reativamos o malote digital.

Requisições de Pequeno Valor – RPV.

Nas atividades de rotina, destacamos os procedimentos inerentes às RPV. Após a expedição e protocolização na SEFAZ, os pagamentos são efetivados pela Corregedoria-Geral da JME. No ano de 2020 foram geradas ordem de pagamento em 16 (dezesesseis) processos de execução de sentença, sendo que em 2021 foram geradas ordens de pagamentos em 17 (dezesete) processos de execução de sentença. Ainda, no ano de 2021, foi protocolado um precatório no Setor de Processamento de Precatórios do TJRS.

SEI – SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES

No ano de 2020 a corregedoria **gerou 71 processos e 484 documentos**, entre atas, certidões, declarações, encaminhamentos, informações, notificações, ofícios, ordem de serviço, portaria, publicações, requerimentos. Tramitaram, ainda, **319 expedientes**;

No ano de 2021 a corregedoria gerou **51 processos e 534 documentos**, entre atas, boletins, certidões, encaminhamentos, informações, ofícios, pareceres e publicações. Tramitaram, ainda, 550 expedientes.

Arquivo Judiciário

O arquivo Judiciário desempenha as suas tarefas com o apoio do Sistema SEGA, onde realiza todos os arquivamentos de processos físicos que tramitaram em período anterior ao ano de 2019, com etiquetas abertas no sistema. A partir do ano de 2020 o arquivo utiliza etiquetas no sistema digital no sistema eproc. O arquivo utiliza, ainda, o sistema EAdmin, sendo criado o arquivo de guarda permanente. Foram realizados arquivamentos dos processos físicos baixados para o arquivo de 2020/2021 e de feitos encaminhados pelas Auditorias e pelo Tribunal no sistema SEGA. Foram atendidas demandas das auditorias referentes aos desarquivamentos de processos físicos e cópias digitalizadas de processos arquivados anteriores ao ano de 2020. Foi criado o arquivo dos documentos oriundos do sistema eproc e que não retornaram à origem e foi dado endereço de arquivo no sistema EAdmin.

Ainda sobre o arquivo judiciário, instauramos um expediente SEI postulando a “cessão de uso” de imóvel localizado na Rua Baronesa do Gravataí, de posse da Brigada Militar, que proporcionaria, entre outros, a alocação do arquivo judicial e administrativo, assim como do projeto memória, sanando uma carência histórica da corte, além de facultar espaços físicos destinados à sala de estudos e reuniões. Referido pedido conta com parecer jurídico pela possibilidade jurídica de cessão de uso de bem imóvel, a ser celebrada através de termo de cessão de uso de bem imóvel não oneroso entre o Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul e a Brigada Militar. Destaco, ao final, que foi confeccionada minuta de termo de cessão de uso, que se encontra concluso com a presidência.

5. ATOS NORMATIVOS

Nos anos de 2020 e 2021 foram publicados (7 provimentos, 4 ofícios de orientações, 3 ordens de serviço, 3 ofícios, 1 ofício-circular e 4 portarias), além de inúmeras orientações e determinações via processo eletrônico processado junto ao Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Nº	ASSUNTO	DATA
Provimento	INSTITUI A AUTOINSPEÇÃO NO ÂMBITO	30 DE JUNHO DE 2020

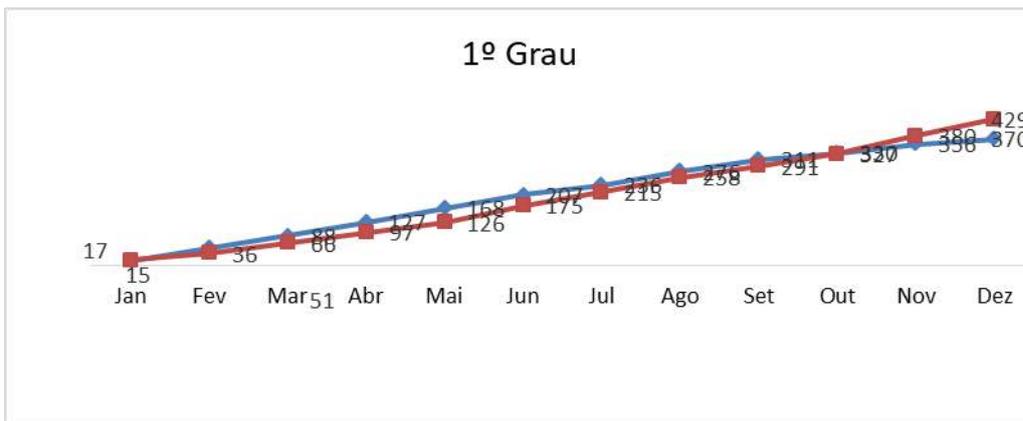
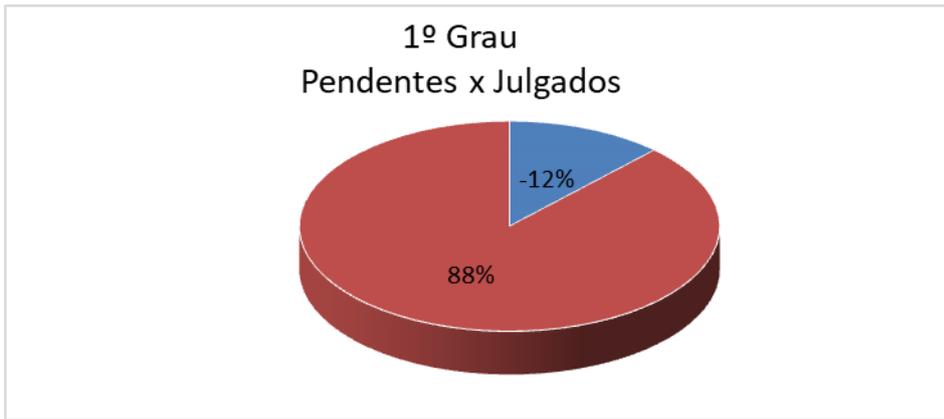
nº 44/2020	DO 1º GRAU	
Provimento nº 45/2020	REGULAMENTA O SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADA - SEEU	10 DE NOVEMBRO DE 2020
Provimento nº 46/2020	ALTERA O PROVIMENTO Nº 45/2020	14 DE DEZEMBRO DE 2020
Provimento nº 47/2021	REVOGA O PROVIMENTO Nº 04/2015-CGJME	22 DE JANEIRO DE 2021
Provimento nº 48/2021	REGULAMENTA O BALCÃO VIRTUAL	26 DE ABRIL DE 2021
Provimento nº 49/2021	IMPLEMENTA O PLANO DE TRABALHO JUUNTO ÀS AUDITORIAS MILITARES DA JME	11 DE MAIO DE 2021
Provimento nº 50/2021	DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 4º DO PROVIMENTO Nº 44/2020-CGJME	09 DE SETEMBRO DE 2021
Portaria nº 001/2020	DELEGA SERVIDORA PARA EFETUAR TRANSAÇÃO FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DAS REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR	20 DE MARÇO DE 2020
Portaria nº 002/2020	DESIGNA SERVIDORES PARA ELABORAÇÃO DO MANUAL DAS SESSÕES VIRTUAIS	29 DE MAIO DE 2020
Portaria nº 003/2020	MENÇÃO ELOGIOSA SERVIDORES	12 DE AGOSTO DE 2020
Portaria nº 004/2020	MENÇÃO ELOGIOSA MAGISTRADAS	12 DE AGOSTO DE 2020
Ordem de Serviço nº 001/2020	ESTABELECE O FLUXO INTERNO PARA A REALIZAÇÃO DAS INSPEÇÕES, PRESENCIAIS E/OU VIRTUAIS	15 DE JUNHO DE 2020
Ordem de Serviço nº 002/2020	DESIGNA SERVIDORES PARA DIGITALIZAÇÃO DOS PECS FÍSICOS PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO	20 DE OUTUBRO DE 2020

	UNIFICADO - SEEU	
Ordem de Serviço nº 003/2020	FORÇA TAREFA PARA CAPACITAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU	25 DE NOVEMBRO DE 2020
Ofício nº 24/2020	RECOMENDAÇÃO Nº 62/2020-CNJ. PRISÃO DOMICILAR. COVID-19. NECESSIDADE DE PROLAÇÃO DE DECISÃO INDIVIDUAL EM CADA PROCESSO DE EXECUÇÃO CRIMINAL	27 DE MARÇO DE 2020
Ofício nº 26/2020	RECOMENDAÇÃO AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	30 DE MARÇO DE 2020
Ofício nº 30/2020	DETERMINA A OBSERVÂNCIA DE REGRAS ESTABELECIDAS PELO CNJ E TJM ENQUANTO PERDURAR O REGIME DE PLANTÃO EXTRAORDINÁRIO	29 DE ABRIL DE 2020
Ofício-Circular nº 41/2020	ORIENTA SOBRE A REALIZAÇÃO DE SESSÕES VISTUAIS (PRESENCIAL POR VIDEOCONFERÊNCIA) DURANTE O PLANTÃO EXTRAORDINÁRIO, EM FACE DO DISPOSTO NA PORTARIA Nº 61/2020 DO CNJ	27 DE MAIO DE 2020

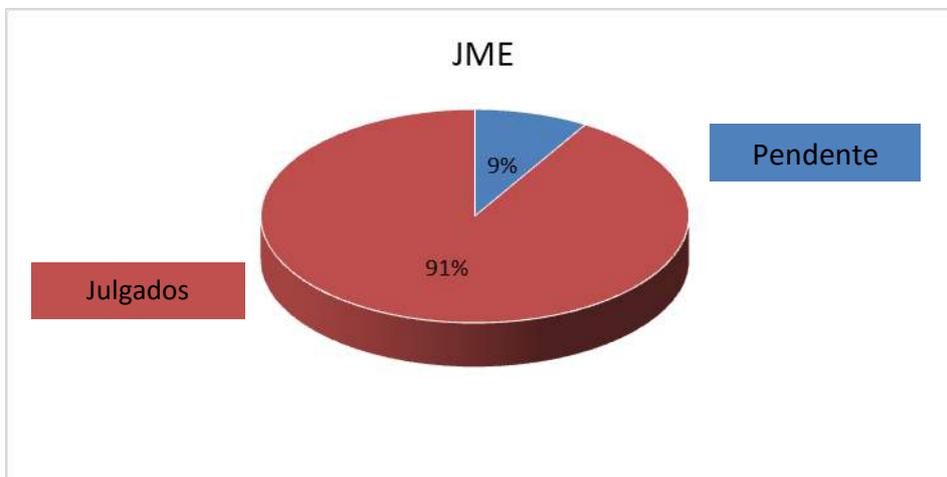
6. METAS – CNJ

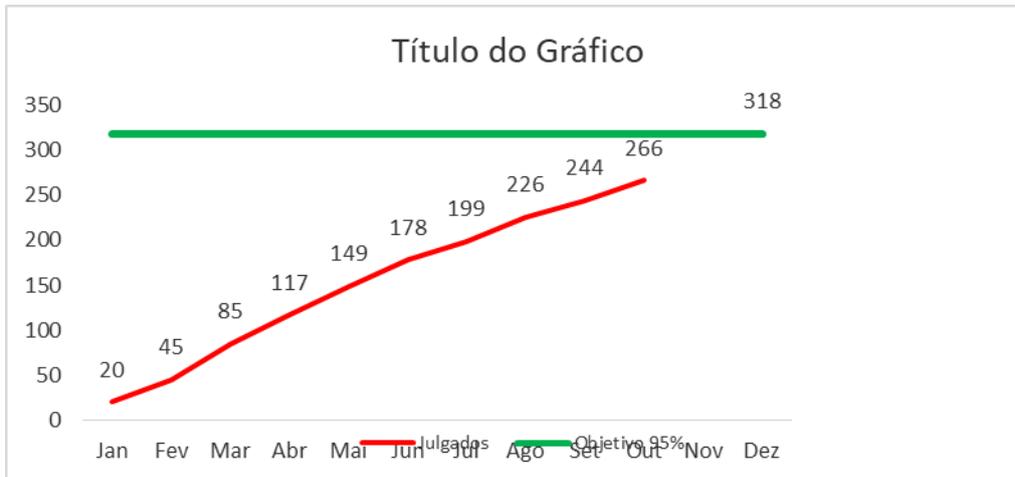
6.1 Metas Nacionais

META 1 - Julgar em 2021 quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos ou sobrestados - Meta 1 da JME atingida 109 %

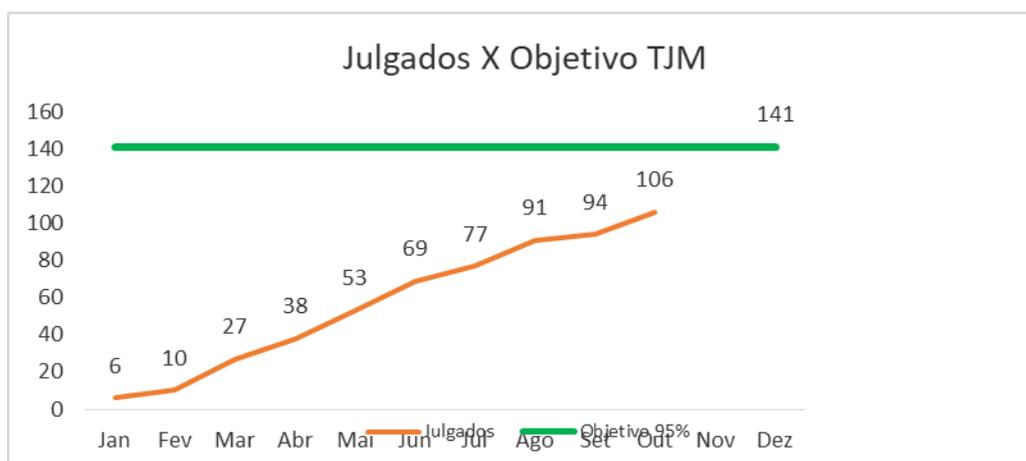
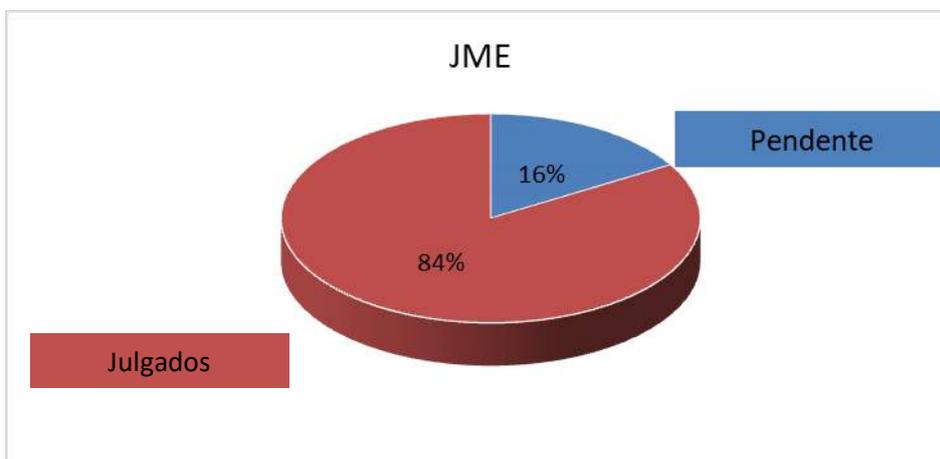


META 2 – Julgar, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nas Auditorias





META 4 - Julgar pelo menos 95% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive, a Lei 13.491/17, distribuídas até 31/12/2019 no 1º grau.



META 5 - Reduzir a Taxa de Congestionamento: Reduzir, no mínimo, em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida na fase de conhecimento no 1º grau, em relação à 2019 que foi de 67,59%.



6.2. METAS E DIRETRIZES NACIONAIS DAS CORREGEDORIAS - 2021

META 1 – Baixar quantidade maior de procedimentos disciplinares do que os distribuídos no ano corrente.

META 2 – Identificar e decidir 100% dos procedimentos disciplinares em face de magistrados, em curso nas Corregedorias, que tenham sido autuados até 31/12/2019.

META 3 – Identificar e decidir 80% dos procedimentos disciplinares em face de magistrados no prazo de 140 (cento e quarenta) dias a partir da autuação.

Diretriz Estratégica 1 – Desenvolver projeto de trabalho junto às Unidades Jurisdicionais com maior dificuldade em atingir as Metas Nacionais 1 e 2 ou com recorrente excesso de prazo de conclusão.

Diretriz Estratégica 2 – Receber todos as novas representações por excesso de prazo e os novos procedimentos de natureza disciplinar por meio do PJeCor.

Durante o biênio 2020/2021 respondemos todos os formulários para acompanhamento das Metas e Diretrizes das Corregedorias dentro dos prazos estabelecidos e cumprimos o exigido pelo CNJ nos glossários.

7. PRINCIPAIS COMISSÕES E REUNIÕES

- III FONACOR – Fórum Nacional das Corregedorias - 08 de junho de 2020. Teve por objetivo discutir o aprimoramento de atuação dos órgãos correicionais do Poder Judiciário. O evento, que ocorreu de forma remota em razão das restrições estabelecidas pela pandemia da COVID-19 e reuniu mais de 400 pessoas, entre corregedores e servidores do Judiciário de todo o país. A Justiça Militar do Rio Grande do Sul foi representada pelo desembargador militar Sergio Antônio Berni de Brum, corregedor da JME.



<https://www.tjms.jus.br/noticia/justica-militar-do-rs-participa-do-iii-forum-nacional-das-corregedorias-09-06-2020>

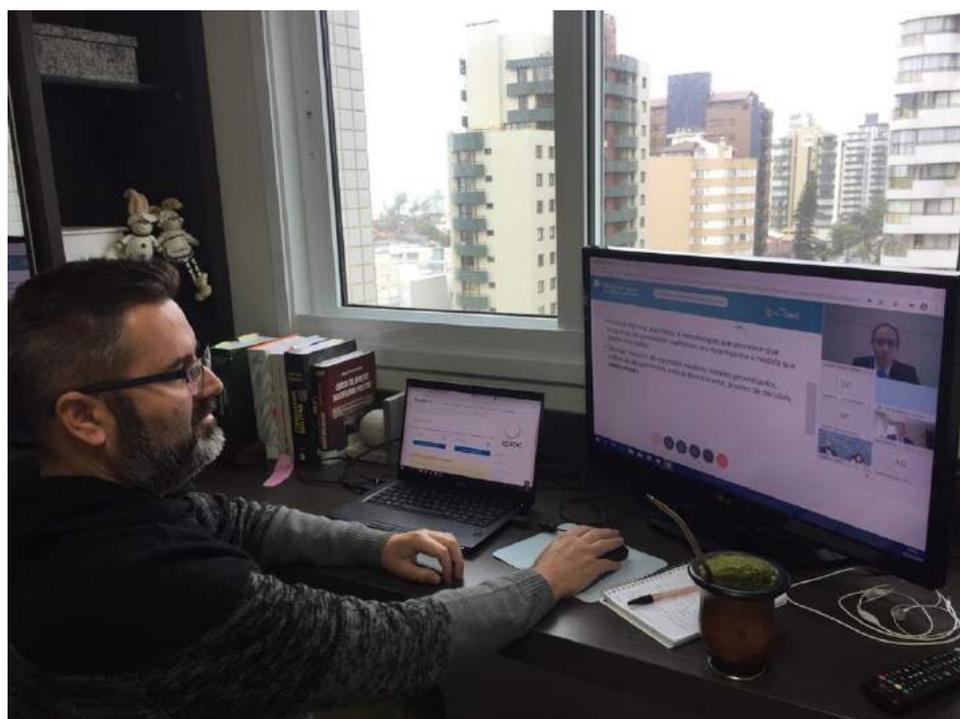
- 4º FONACOR – Fórum Nacional das Corregedorias - 26 de outubro de 2020. Teve por objetivo discutir a Estratégia Nacional das Corregedorias para o ano de 2021. A Justiça Militar do Rio Grande do Sul foi

representada pelo desembargador militar Sergio Antônio Berni de Brum, corregedor da JME.



<https://www.tjms.rs.br/noticia/justica-militar-do-rs-presente-no-4-forum-nacional-das-corregedorias-29-10-2020>

- **Workshop sobre ciência de dados do Poder Judiciário – 12 de junho de 2020. Teve por objetivo o aprimoramento das políticas judiciárias com base na ciência de dados do poder judiciário aplicando ao direito as estatísticas.** A Corregedoria-Geral da Justiça Militar do Rio Grande do Sul foi representada pelo assessor de desembargador – Herbert Schonhofen.



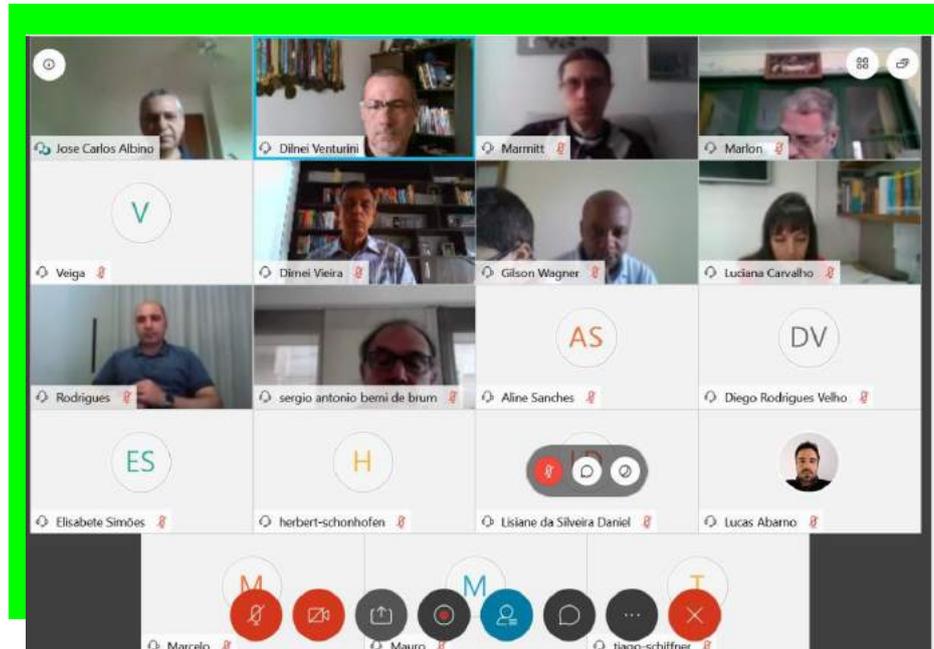
<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/servidores-da-jme-participam-de-workshop-sobre-ciencia-de-dados-do-poder-judiciario-12-06-2020>

- **Workshop das Corregedorias das Justiças Militares Estaduais – 22 de junho de 2020.** Teve por objetivo discutir os desafios enfrentados na gestão das Corregedorias Estaduais, bem como a implantação do Sistema do Processo Judicial Eletrônico (PjeCOR). A Corregedoria-Geral da JME foi representada pelo Desembargador Militar Sergio Antônio Berni de Brum, Corregedor da JME e contou com a participação de servidores da corregedoria.



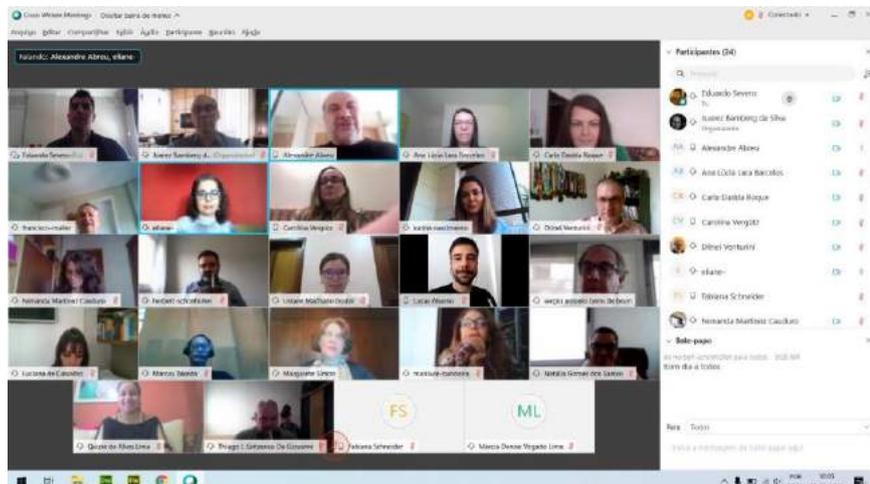
<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/workshop-integra-corregedorias-das-justicas-militares-estaduais-na-implantacao-do-pjecor-23-06-2020>

- **Reunião do Grupo Coordenador do Prêmio Qualidade CNJ – 2020/2021.** Teve por objetivo discutir a logística de trabalho, para cada eixo e indicadores, a fim de alcançar os melhores resultados possíveis na participação no Prêmio Qualidade do CNJ 2020/2021 – 21 de julho de 2020. O Grupo de Trabalho foi coordenado pelo Corregedor-Geral da JME – Des. Mil. Sergio Antonio Berni de Brum.



<https://www.tjms.jus.br/noticia/justica-militar-discute-indicadores-do-premio-cnj-de-qualidade-2020-23-07-2020>

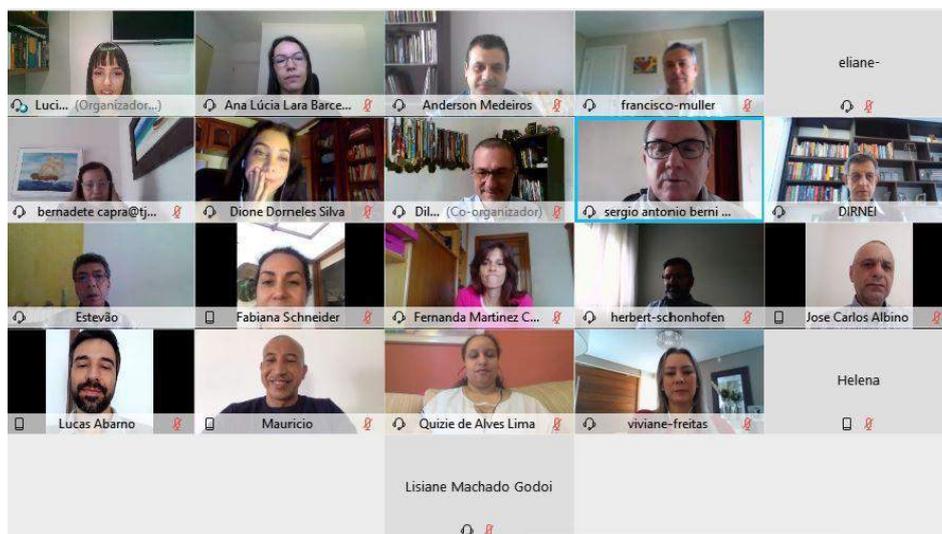
- **Reunião da Corregedoria com 1º Grau de jurisdição da JME/RS – 27 de agosto de 2020.** Teve por objetivo discutir, aprimorar e fazer um balanço das primeiras sessões virtuais após implantação no 1º Grau.



<https://www.tjms.jus.br/noticia/justica-militar-faz-balanco-da-utilizacao-de-videoconferencias-28-08-2020>

- **Reunião da Corregedoria com magistrados e servidores do 1º Grau – 30 de outubro de 2020.** Teve por objetivo discutir as metas do Poder

Judiciário, Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU, PjeCor, convênio para uso do sistema SASV do TJRS para realização dos atos antes deprecados, além de assuntos administrativos inerentes ao 1º Grau.



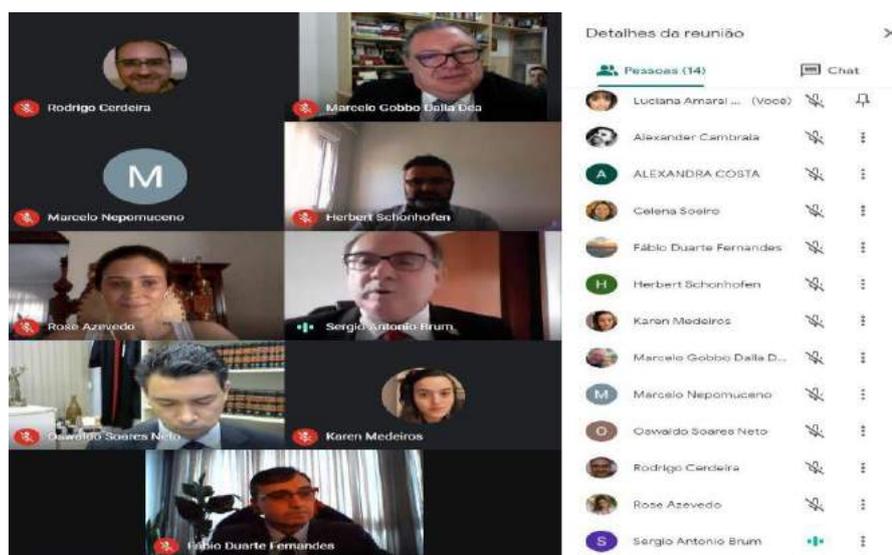
<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/corregedoria-reune-se-com-magistrados-do-1-grau-30-10-2020>

- Capacitação SEEU – Sistema de Eletrônico de Execução Unificado – 30 de novembro de 2020. Teve por objetivo capacitar magistrados, servidores, advogados, defensoria pública, e ministério público para uso da plataforma de controle informatizado da execução penal e das informações relacionadas ao sistema carcerário. O convênio do SEEU do CNJ em parceria com o TJPR no TJM foi coordenado pela Corregedoria-Geral. A capacitação foi ministrada pelo Dr. Márcio Barrim Bandeira, do TJPR.



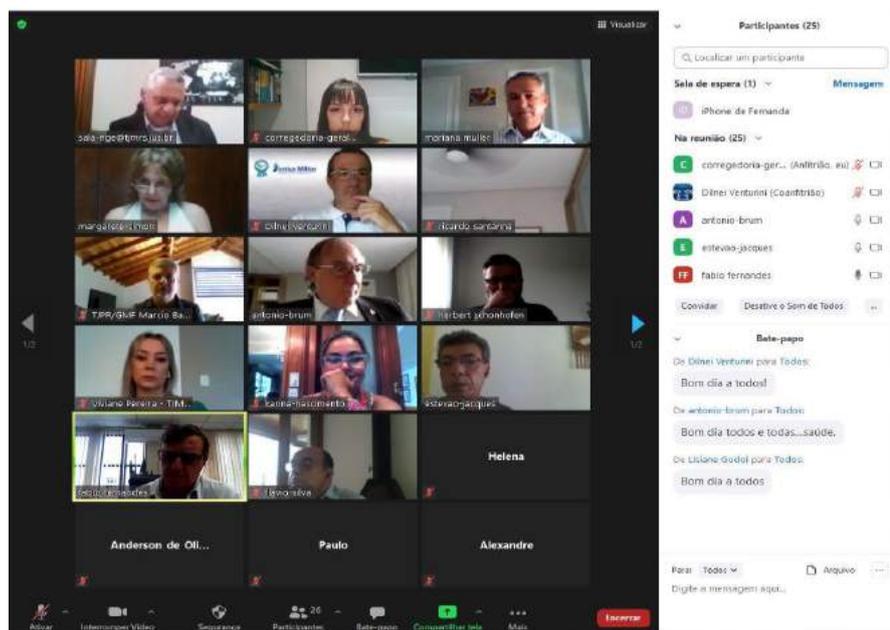
<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-executa-cronograma-de-capacitacoes-para-utilizacao-do-sistema-eletronico-de-execucao-unificado-02-12-2020>

- **Concluída a capacitação do SEEU – 04 de dezembro de 2020.** A reunião teve por objetivo agradecer o apoio do TJPR na capacitação dos operadores do sistema no TJM. O TJPR foi representado pelo Dr. Osvaldo Soares Neto – Juiz de Direito do TJPR, Dr. Marcelo Gobbo Dalla Déa – Desembargador do TJPR (Coordenador DMF do CNJ - Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário). O TJM foi representado pelo Des. Mil. Fabio Duarte Fernandes - Presidente do TJM, Des. Mil. Sergio Antonio Berni de Brum – Corregedor-Geral da JMERS e servidores da Corregedoria da JME.



<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/seeu-concluida-a-capacitacao-de-magistrados-e-servidores-da-justica-militar-estadual-07-12-2020>

- **Corregedoria reúne 1º grau de jurisdição para avaliação estratégica – 23 de fevereiro de 2021.** Teve por objetivo apresentar um panorama de trabalho realizado no ano anterior, bem como discutir as impressões e dificuldades na operação do SEEU, além de questões específicas referentes às Metas.



<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/corregedoria-da-jme-realiza-reuniao-de-avaliacao-estrategica-com-1-grau-26-02-2021>

- **Balcão Virtual – 14 de maio de 2021.** Encontro teve por objetivo discutir a dinâmica de funcionamento do Balcão Virtual, em atenção ao disposto na Resolução CNJ nº 372/2021 e Provimento nº 48/2021-CGJME, que regulamenta o Balcão Virtual no âmbito do 1º Grau de Jurisdição da Justiça Militar Estadual.



<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/tjmrs-lanca-balcao-virtual-14-05-2021>

- **1º Encontro dos Corregedores das Justiças Militares – 20 de maio de 2021.** Teve por objetivo discutir os assuntos inerentes às Corregedorias.



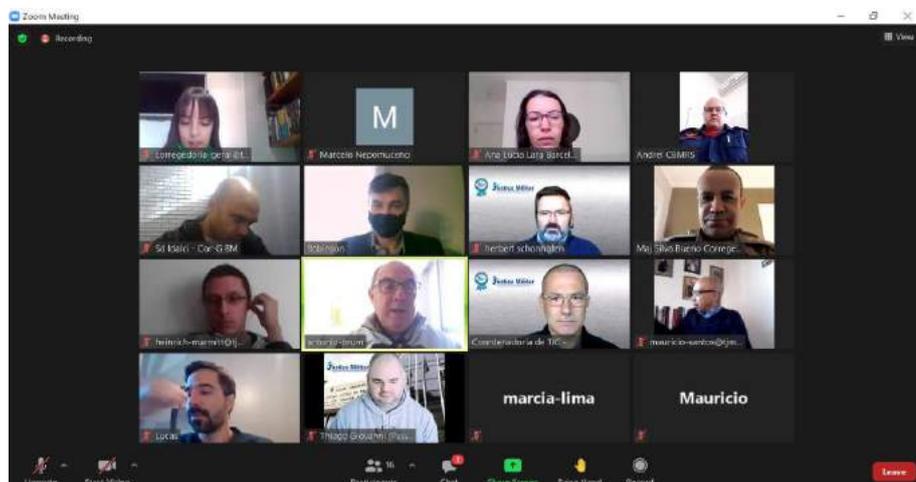
<https://www.tjms.jus.br/noticia/1-encontro-dos-corregedores-de-justicas-militares-24-05-2021>

- **3º Encontro da Corregedoria com magistrados e servidores do 1º grau – 28 de maio de 2021.** Teve por objetivo discutir as Metas Nacionais do Poder Judiciário e a LGPD. O encontro foi coordenado pelo Corregedor-Geral da JME/RS – Des. Mil. Sergio Antonio Berni de Brum e contou com palestra do Des. Mil. Amilcar Macedo acerca das necessidades de adequação dos tribunais.



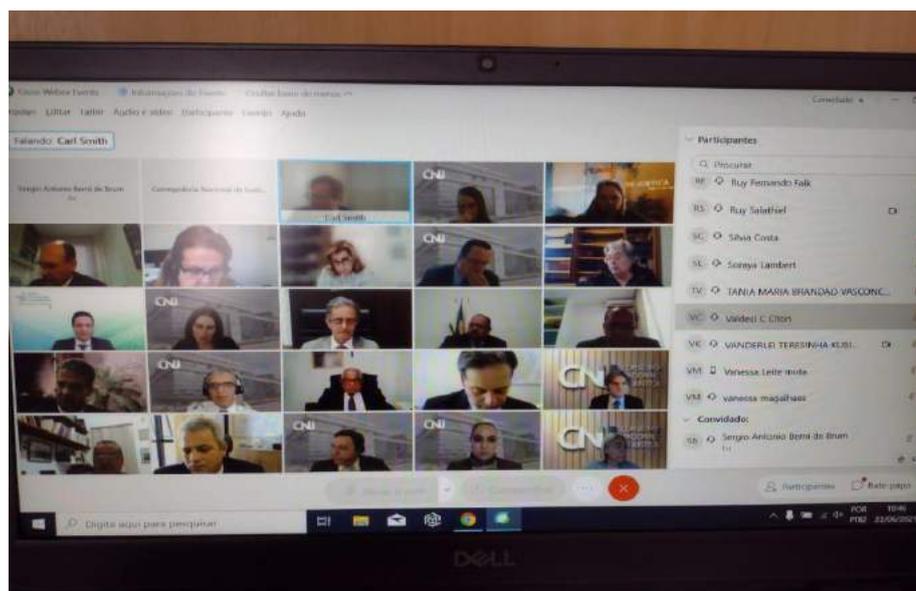
<https://www.tjms.jus.br/noticia/corregedoria-encontro-discute-metas-nacionais-do-judiciario-e-lgpd--01-06-2021>

- **Corregedorias discutem aprimoramento de sistemas – 18 de maio de 2021.** Teve por objetivo discutir, com as Corregedorias da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, melhorias na interoperabilidade dos sistemas Eproc e SGC (Sistema de Gerenciamento Correccional) da BM. O encontro foi coordenado pelo Corregedor-Geral da JME/RS – Des. Mil. Sergio Antonio Berni de Brum.



<https://www.tjms.jus.br/noticia/corregedorias-discutem-aprimoramento-de-sistemas-20-05-2021>

- **5º FONACOR – Fórum Nacional das Corregedorias – 22 de junho de 2021.** Teve por objetivo discutir os desafios enfrentados na execução das estratégias nacionais do poder judiciário. A Justiça Militar do Rio Grande do Sul foi representada pelo desembargador militar Sergio Antônio Berni de Brum, corregedor da JME.



<https://www.tjms.jus.br/noticia/jmrs-presente-no-v-forum-nacional-das-corregedorias-22-06-2021>

- **Reunião do Serviço de Informação ao Cidadão da JME – 25 de junho de 2021.** Teve por objetivo discutir e aprimorar o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) da JME/RS. A reunião foi coordenada pelo Corregedor-Geral e Ouvidor da JME – Des. Mil. Sergio Antonio Berni de Brum.



<https://www.tjms.jus.br/noticia/reuniao-discute-aprimoramentos-do-servico-de-informacao-ao-cidadao-da-jme-29-06-2021>

- **PETIC – Planejamento Estratégico de TIC – 17 de setembro de 2021.** O Comitê de Governança de TIC, sob a coordenação do Corregedor-Geral da JME realizou reunião com o objetivo de finalizar o PETIC 2021/2026 para aprovação do pleno do TJM.

<https://www.tjms.jus.br/noticia/planejamento-estrategico-de-tic-em-debate-na-jme-18-09-2021>

- **Reunião do Núcleo de Cooperação Judiciária da JME – 17 de dezembro.** Teve por objetivo discutir e avaliar a atuação do núcleo no ano de 2021. A reunião foi coordenada pelo Des. Mil. Sergio Antonio Berni de Brum – Corregedor-Geral da JME.



<https://www.tjmrs.jus.br/noticia/nucleo-de-cooperacao-judiciaria-avalia-atuacao-em-2021-20-12-2021>

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório apresentou as principais atividades desenvolvidas pela Corregedoria-Geral da JME no ano de 2021 e, tendo em vista o final da administração, trouxemos alguns tópicos da gestão do biênio 2020-2021.

O biênio 2020-2021 nos impôs constantes desafios, notadamente diante do fato que nossa administração transcorreu em um período pandêmico - declaração pública de situação de pandemia em relação ao novo coronavírus pela Organização Mundial da Saúde – OMS, em 11 de março de 2020 - exigindo, assim, constante adaptação e estudo, a fim de executar nossas atividades.

Desta forma, procuramos exercer nossas atribuições de forma colaborativa e proativa, facultando ao primeiro grau de jurisdição respostas rápidas e eficazes, que contribuíram para o reconhecimento do CNJ e conquista do Prêmio Qualidade 2020 e 2021 na Categoria Diamante.

O biênio demandou intenso trabalho e muito mais poderia ter sido feito, tanto na Corregedoria-Geral e Ouvidoria da JME, quanto nas inúmeras comissões do tribunal que participamos, coordenamos e presidimos, como forma de contribuir nas áreas de governanças, transparência, produtividade e gestão, em benefício da administração do tribunal e JME. Nesse ponto, consigno que todas essas ações foram executadas sem prejuízo da nossa função principal enquanto Desembargador Militar, que é de prestar a devida jurisdição junto ao tribunal.

Ao término do ano 2021 e do biênio da nossa administração, agradeço e comemoro com entusiasmo os nossos resultados. Os desafios, que não foram poucos, foram enfrentados com galhardia e os objetivos propostos foram alcançados. Registro e renovo, por fim, que a excelência dos trabalhos e atingimento das metas foram conquistadas com o importante e leal apoio dos(as) servidores(as) e colaboradores(as) da Corregedoria e dos(as) demais servidores(as) da JME que sempre abraçaram nossas demandas. Tenho certeza que nosso trabalho contribuiu com a gestão da Justiça Militar Estadual, especialmente nos resultados na produtividade, celeridade e transparência e, ao final, cumprimos nosso objetivo principal de alcançar maior efetividade na prestação jurisdicional, proporcionando aos próximos gestores um caminho sólido, visando à continuidade, aperfeiçoamento e ampliação de ações, características que têm marcado a administração desta centenária Corte Castrense.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2021.

**Desembargador Militar Sérgio Antônio Berni de Brum,
Corregedor-Geral da JME**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



OUVIDORIA GERAL DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Ouvidoria

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA OUVIDORIA
ANO DE 2021

Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2021.

INTEGRANTES

Desembargador Militar Sergio Antonio Berni de Brum

Ouvidor da Justiça Militar Estadual - Biênio 2020-2021

Herbert Schonhofen

Assessor de Desembargador - Secretário da Corregedoria - Biênio 2020-2021

Luciana Busin do Amaral de Carvalho

Oficial de Gabinete – Secretaria da Corregedoria - Biênio 2020-2021

1. APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Justiça Militar, antecipando-se ao cenário nacional no âmbito do Poder Judiciário, por meio da Resolução TJM nº 65/2009, de 17/09/09, instituiu a Ouvidoria da Justiça Militar do Estado, atribuindo ao Desembargador Militar, Corregedor-Geral, o exercício da função de Ouvidor.

A Ouvidoria tem por finalidade receber denúncias, sugestões, críticas e reclamações de jurisdicionados, advogados, servidores e cidadãos acerca das atividades jurisdicionais e administrativas prestadas pela Justiça Militar, buscando a eficiência na prestação jurisdicional e a excelência na gestão administrativa.

O CNJ, no ano de 2010, forte na Resolução CNJ 103/2010, dispôs sobre as atribuições da ouvidoria do CNJ e determinou a criação de ouvidorias nos tribunais.

Nesse biênio, apesar das dificuldades, aperfeiçoamos o serviço da ouvidoria, notadamente frente às determinações e orientações do CNJ.

Logo no início da nossa gestão, março do ano de 2020, ainda no início da pandemia, preocupados com a situação de emergência em saúde pública e o estabelecimento do Plantão Extraordinário do Poder Judiciário instituído pela Resolução nº 313, do CNJ, seguido por atos normativos do TJMRS no mesmo sentido, a ouvidoria construiu, forte na governança colaborativa e participativa, logísticas para o trabalho remoto a fim de manter os atendimentos aos cidadãos, conforme Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei 12.527/2011.

Durante o biênio, sempre estivemos atentos às demandas dos cidadãos em relação às críticas, denúncias, sugestões, reclamações e pedido de informações em relação aos trabalhos administrativos, bem como judiciais da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul e trabalhamos em conjunto com a Direção-Geral e outros setores de forma de manter o melhor atendimento às demandas da ouvidoria. Nesse tópico, trilhando o caminho de gestões anteriores, conseguimos obter nesses dois anos o Prêmio Qualidade Diamante do CNJ – TJM alcançou, na avaliação específica do segmento das justiças militares, a maior pontuação.

Ou seja, apesar da grande dificuldade inerente à impossibilidade do trabalho presencial no início da gestão, a ouvidoria se adaptou e exerceu suas atividades de maneira célere. Essa dinâmica de trabalho, que reflete nos resultados, só foi possível devido ao empenho e dedicação da nossa pequena equipe de trabalho, sem os quais não teríamos conduzidos a Ouvidoria da JME.

2. ATRIBUIÇÕES DA OUVIDORIA

A Ouvidoria da JME, órgão do Tribunal Militar do Estado do Rio Grande do Sul, tem a função ouvir com atenção e respeito às manifestações da comunidade acerca dos seus serviços, com jurisdição em todo o Estado, sendo exercido por um Desembargador Militar, denominado Ouvidor, eleito para um mandato de dois anos e tem por objetivo principal alcançar maior efetividade na prestação jurisdicional.

Nos termos do art. 4º da Resolução nº 065/2009 do TJMRS compete ao Ouvidor:

I - receber e registrar reclamações, denúncias, sugestões, críticas e outras manifestações que lhe forem dirigidas sobre as atividades da Justiça Militar;

II - diligenciar junto às unidades administrativas e jurisdicionais competentes da Justiça Militar, para que prestem informações e esclarecimentos a respeito das comunicações mencionadas no item I;

III - informar aos interessados as providências adotadas;

IV - garantir às partes a discricção e a fidedignidade dos assuntos que lhes forem transmitidos;

V - sugerir à Presidência do Tribunal medidas de aprimoramento da prestação de serviços administrativos e jurisdicionais.

3. MISSÃO

A Ouvidoria tem como missão colaborar para a ampliação do acesso aos serviços judiciários; alcançar a eficiência na prestação jurisdicional; promover a transparência, o planejamento e a excelência na gestão administrativa; além de buscar a gerência responsável dos recursos financeiros.

A Ouvidoria é, na verdade, um instrumento de intercomunicação colocado à disposição da comunidade e destinado a propiciar ao cidadão um canal direto de comunicação com o Tribunal de Justiça Militar para que possa exercer livremente seu direito de manifestação, com o encaminhamento de reclamações, críticas, comentários, elogios, pedidos de informação ou sugestões sobre as atividades desenvolvidas pela Justiça Militar Estadual.

Cumpre, igualmente à Ouvidoria, informar ao interessado as providências adotadas em razão de sua manifestação, excepcionados os casos em que a lei assegurar o dever de sigilo; definir e implantar instrumentos de coordenação, monitoramento, avaliação e controle dos procedimentos de ouvidoria; elaborar e encaminhar à Presidência do Tribunal de Justiça Militar relatórios referentes às reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões recebidas, bem como os seus encaminhamentos e resultados, propondo aos órgãos as providências que julgar pertinentes e necessárias ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela justiça castrense, visando ao adequado atendimento à sociedade e à otimização da prestação jurisdicional, contribuindo para a preservação e consolidação da imagem institucional.

4. COMPROMISSO

A Ouvidoria tem como compromisso promover a busca imediata da solução dos problemas apontados, no menor tempo possível, sempre respeitados os prazos processuais previstos em lei, retornando o contato para informar ao cidadão o encaminhamento que for dado à sua manifestação, preservando o sigilo de seus dados pessoais.

5. PROCEDIMENTO

Recebida a manifestação, compete à Ouvidoria, nos casos em que se fizer necessário, requisitar informações e realizar diligências junto aos setores administrativos e órgãos auxiliares da Justiça Militar; analisar o conteúdo e encaminhar o assunto aos órgãos competentes, para as devidas providências, dando ciência do encaminhamento que for adotado ao interessado.

6. FUNCIONAMENTO

O cidadão pode fazer sua manifestação por carta, e-mail, fax, telefone, ou realizar agendamento para atendimento presencial na Ouvidoria, localizada no Tribunal de Justiça Militar.

Após o cadastramento da manifestação no sistema informatizado é aberto um expediente, o qual receberá um número de protocolo para devido acompanhamento. Em seguida, são realizadas as buscas e pesquisas necessárias ao pleno esclarecimento da situação apontada, e, não sendo possível a resolução do problema na própria Ouvidoria, será encaminhado o assunto ao órgão auxiliar diretamente responsável para a sua solução, de tudo dando-se ciência ao cidadão que fez a manifestação, razão pela qual é indispensável a sua identificação perante a Ouvidoria, não se admitindo o anonimato, até porque será garantida a preservação da identidade do interessado que o desejar.

7. CONTATO

A Ouvidoria funciona no horário de expediente administrativo do Tribunal de Justiça Militar, com sua estrutura direcionada essencialmente ao atendimento, recepção e encaminhamento das manifestações dos jurisdicionados, que poderão se utilizar de telefone, fax, e-mail, correspondência, mensagem de texto ou de imagem transmitida por aparelho telefônico móvel

(celular) ou qualquer outro meio de comunicação atualmente disponível ou que venha a ser instituído em razão dos constantes avanços tecnológicos.

Desde o ano de 2019 está sendo utilizado o Sistema Admin, que permite ao denunciante acompanhar as providências adotadas pela Ouvidoria, bem como o andamento com relação a sua denúncia, solicitação, reclamação etc.

Todos os links abaixo estão à disposição dos usuários para contatar com a Ouvidoria.

<https://www.tjmrs.jus.br/contato/ouvidoria>

<https://www.tjmrs.jus.br/contato/fale-conosco>

<https://www.tjmrs.jus.br/contato/localizacao>

<https://www.tjmrs.jus.br/contato/ouvidoria/denuncia>

<https://www.tjmrs.jus.br/conheca/institucional/guideacesso/informacoes>

<https://www.tjmrs.jus.br/novatransparencia/sistema-de-informacao-ao-cidadao>

8. DENÚNCIAS EM 2020/2021

DENUNCIAS 2020/2021			
Origem	Atendido	Pendente	Total
Site/e-mail 2020	13	00	13
Site/e-mail 2021	12	00	12
eAdmin 2020	02	00	02
eAdmin 2021	22	00	22
Total			49

9. ESPAÇO SINAL VERMELHO

De maneira inédita, o tribunal aprovou a proposta da Desembargadora Militar Maria Emília Moura da Silva, Coordenadora do Comitê de Incentivo à participação Feminina na JME, de ações de intervenção, apoio de cunho prático, à proteção às mulheres vulneráveis à violência doméstica que aconteçam no nosso ambiente laboral e extensível às servidoras militares e civis que estejam, de alguma forma, ligadas ao público alvo da jurisdição

estadual. Assim, em conjunto à Ouvidoria, em setembro do ano de 2021, foi criado o “Espaço Sinal Vermelho para a Violência Doméstica”. O espaço tem por objetivo o acolhimento e encaminhamento de denúncias de violência doméstica e familiar e está sendo executado pela Ouvidoria, com o apoio da assessoria militar do tribunal.



<https://www.tjms.jus.br/noticia/jme-disponiliza-espaco-sinal-vermelho-voltado-a-vitimas-de-violencia-domestica-27-08-2021>

- JME é destaque no site da AMB – setembro de 2021. A criação do Espaço Sinal Vermelho, iniciativa da Comissão de Incentivo à Participação Institucional Feminina do TJM, em conjunto com a Ouvidoria da JME, foi destaque no site da Associação dos Magistrados do Brasil.



<https://www.tjms.jus.br/noticia/sinal-vermelho-jme-e-destaque-no-site-da-associacao-dos-magistrados-do-brasil-03-09-2021>

10. PRINCIPAIS REUNIÕES E EVENTOS DA OUVIDORIA DO BIÊNIO 2020/2021

- **Encontro CNJ de Ouvidores do Poder Judiciário – 15 e 16 de dezembro de 2020.** Teve por objetivo a discussão sobre temas comuns ao aprimoramento das ouvidorias no país, além de temas pertinentes à dinâmica do Judiciário como um todo. A Justiça Militar do Rio Grande do Sul foi representada pelo Des. Mil. Sergio Antonio Berni de Brum – Ouvidor da JME, e pelos servidores Herbert Schonhofen e Luciana Carvalho.



<https://www.tjms.jus.br/noticia/cnj-realiza-encontro-de-ouvidorias-do-poder-judiciario-23-12-2020>

- **Reunião do Colégio Nacional dos Ouvidores Judiciais (COJUD) – 14 de agosto de 2020.** Teve por objetivo discutir a atuação das Ouvidorias Judiciais durante a pandemia. A Justiça Militar do Rio Grande do Sul foi representada pelo Des. Mil. Sergio Antonio Berni de Brum – Ouvidor da JME.



<https://www.tjms.jus.br/noticia/cojud-discute-acoes-das-ouvidorias-judiciais-durante-a-pandemia-18-08-2020>

- I Encontro de Ouvidores das Justiças Militares – 27 de junho de 2020. Teve por objetivo promover a troca de experiências entre as Ouvidorias, bem como discutir a uniformização de normativas em atenção ao Prêmio CNJ Qualidade 2020. A Justiça Militar do Rio Grande do Sul foi representada pelo Des. Mil. Sergio Antonio Berni de Brum e pelos servidores Herbert Schonhofen e Luciana Carvalho.



<https://www.tjms.jus.br/noticia/premio-qualidade-ouvidorias-das-justicas-militares-discutem-normativas-para-atendimento-da-portaria-88-2020-do-cnj-29-07-2020>

- III Encontro Nacional de Ouvidores Judiciais – 13 de março de 2020. Teve por objetivo discutir “O Papel da justiça frente ao Dinamismo e Modernidade da Sociedade Brasileira”. A Justiça Militar do Rio Grande do Sul foi representada pelo Des. Mil. Sergio Antonio Berni de Brum – Ouvidor da JME.



<https://www.tjms.jus.br/noticia/jmers-participa-do-iii-encontro-nacional-de-ouvidores-judiciais-17-03-2020>

- Reunião do Serviço de Informação ao Cidadão da JME – 25 de junho de 2021. Teve por objetivo discutir e aprimorar o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) da JME/RS. A reunião foi coordenada pelo Corregedor-Geral e Ouvidor da JME – Des. Mil. Sergio Antonio Berni de Brum.



<https://www.tjms.jus.br/noticia/reuniao-discute-aprimoramentos-do-servico-de-informacao-ao-cidadao-da-jme-29-06-2021>

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse biênio, apesar das dificuldades, aperfeiçoamos o serviço da ouvidoria, notadamente frente às determinações e orientações do CNJ.

Ainda no final da gestão, o CNJ editou a Resolução CNJ 432, de 27/10/2021, que dispõe sobre as atribuições, a organização e o funcionamento das Ouvidorias dos tribunais, da Ouvidoria Nacional de Justiça e dá outras providências, revogando a Resolução CNJ 103/2010, aprofundando, sobremaneira, a atuação e atribuição das Ouvidorias dos tribunais, classificando-as como órgãos autônomos, integrantes da alta administração dos tribunais, e essenciais à administração da Justiça.

A fim de se adequar a nova resolução, o tribunal terá de implantar significativas alterações, como: alterações regimentais, como no regulamento dos serviços auxiliares, resoluções e demais atos normativos;

adequações estruturais e prediais, além de estudos jurídicos de eventuais alterações legislativas, entre outros.

Nos termos do art. 2º da Resolução CNJ 432/2021, o Ouvidor dos tribunais e seu substituto serão eleitos pelo Pleno ou Órgão Especial, para o período mínimo de 1 (um) ano e máximo de 2 (dois) anos, permitida a reeleição e fica vedada a acumulação com cargos diretivos e de juízes auxiliares.

Desta forma, ao contrário dos nossos atos normativos vigentes, o Corregedor-Geral não poderá cumular a função de Ouvidor. Assim, de forma célere e proativa, o tribunal, na última eleição da administração no dia 06/12/2021, elegeu o Corregedor, Ouvidor e Ouvidor Substituto, de forma destacada, separada.

Esse relato final é de extrema importância, na medida em que a Ouvidoria, a partir de então, encontra-se totalmente desvinculada da Corregedoria-Geral e do apoio funcional desta, sendo considerada desde a edição da Resolução CNJ 432/2021, como **órgão autônomo, integrante da alta administração do tribunal, e essencial à administração da Justiça.**

Assim, o próximo biênio nos impõe muitos desafios para manter a excelência dos trabalhos, notadamente com as medidas administrativas inerentes às adequações e alterações necessárias a fim de cumprir as novas determinações do Conselho Nacional de Justiça.

Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2022.

**Desembargador Militar Sergio Antonio Berni de Brum,
Ouvidor da Justiça Militar Estadual/RS – Biênio 2020/2021**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

2021

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES



COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

Serviços de Orçamento, Licitações e
Contratos

01/01/2021



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**



Ficha Técnica

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA - CADM

Margerete Simon
Coordenadora

Serviço de Orçamento - SEAORÇ

Diego Rodrigues Velho
Gladimir Lemos Urrutia
Luís Carlos Boulanger da Luz

Serviço de Licitações - SERLIC

Ângela Maria Batista de Aguiar
Diego Rodrigues Velho
Luciano Bitencourt Alves

Serviço de Contratos - SERCON

Diego Rodrigues Velho
Rodrigo Freitas de Almeida



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**



Sumário

SERVIÇO DE ORÇAMENTO	4
Execução Orçamentária	4
Relatórios Legais e Gerenciais	9
Procedimentos de Encerramento	10
Gestão de Processos Eletrônicos – Setor de Orçamento	11
Elaboração da Proposta Lei Orçamentária.....	14
SERVIÇO DE LICITAÇÕES	16
Contratações Diretas	17
Pregões Realizados	19
LicitaCon e Portal da Transparência.....	21
Gestão de Processos Eletrônicos – Serviço de Licitações	22
SERVIÇO DE CONTRATOS	26
Organização e Apoio aos Fiscais de Contrato.....	28
Gestão de Contratos	29
LicitaCon e Portal da Transparência.....	30
Gestão de Processos Eletrônicos – Serviço de Contratos.....	30
PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES, COMITÊ, E GRUPOS DE TRABALHO	33
PROJETOS DESENVOLVIDOS.....	34
Implantação da Conta Vinculada.....	34
Criação e Participação na Comissão de Orçamento	35



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

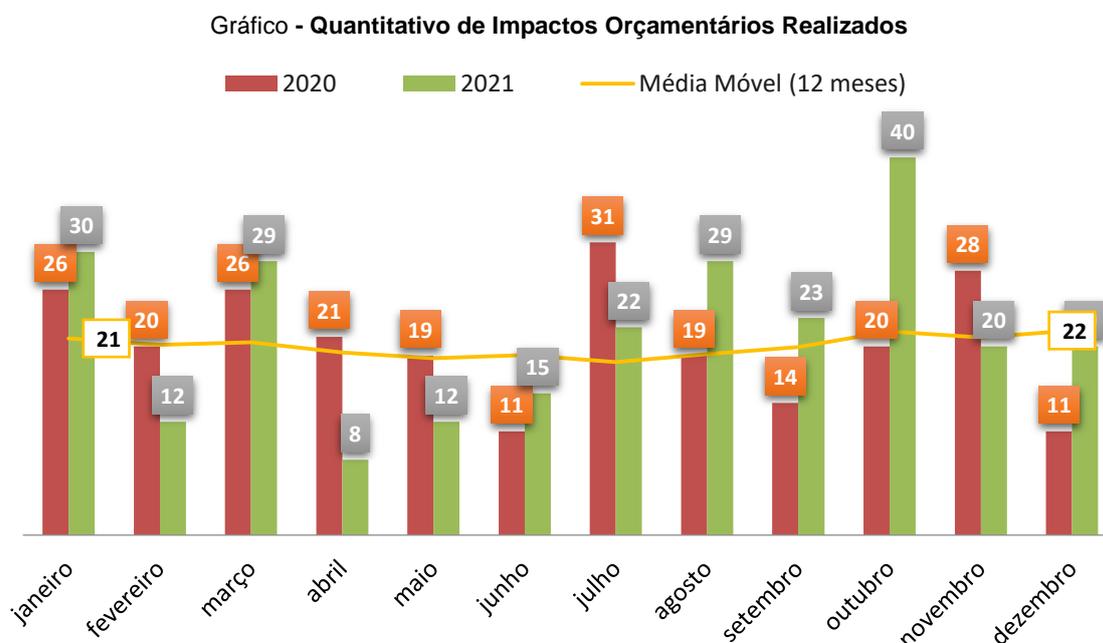


SERVIÇO DE ORÇAMENTO

O Serviço de Orçamento tem por incumbência, dentre outras funções especificadas no artigo 31 do Regimento Interno do TJM, o controle da execução orçamentária do Tribunal, realizando, com exceção da atividade de tesouraria e da execução orçamentária da folha de pagamento, toda tramitação orçamentária necessária à manutenção das atividades da Justiça Militar Estadual.

Execução Orçamentária

Abaixo segue acompanhamento mensal do quantitativo de solicitações de empenho e liquidação:



Fonte: SEFAZ/FPE

Em 2019, a Setor de Orçamento iniciou novo procedimento de individualização da Solicitação de Reservas Orçamentárias, que antes eram genéricas para tornar mais segura e eficiente a gestão orçamentária do Tribunal, sendo realizadas **260 Solicitações de Reservas Orçamentárias no ano de 2021**.

As solicitações de Reserva servem de sustentação para deliberação de despesas. A solicitação é ato que compreende as seguintes atividades:

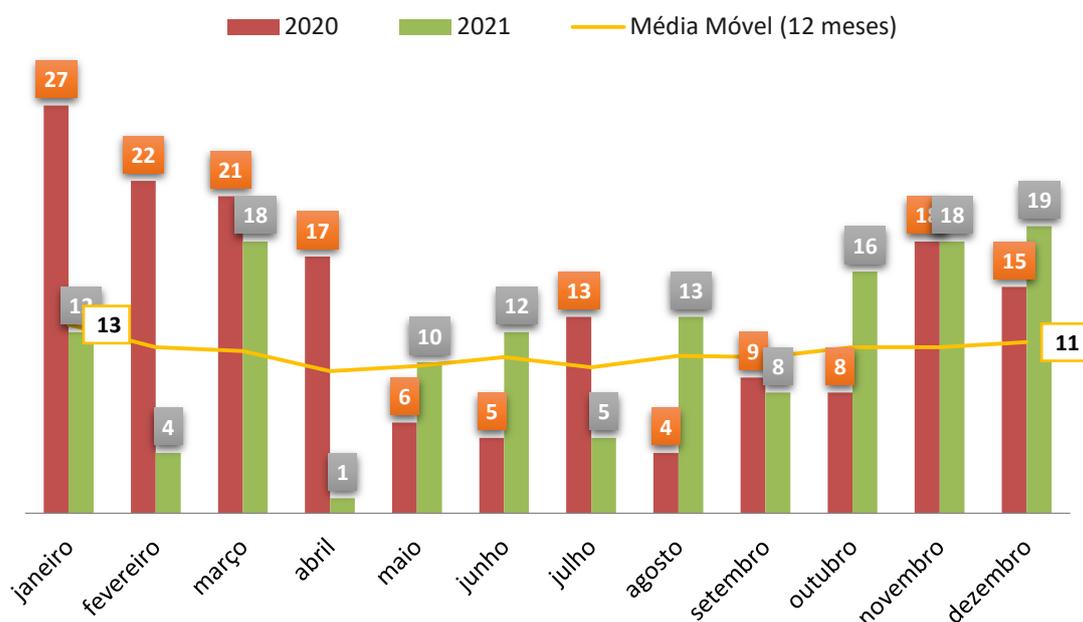


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



- Enquadramento da despesa na estrutura programática e funcional da despesa pretendida;
- Estimativa segura a razoável do gasto pretendido;
- Elaboração de informação técnica para evidenciar método de estimativo e impacto que o gasto estudado ocasionará no orçamento do ano vigente.
- Registro no sistema FPE e emissão de relatório, comprovando a reserva.

Gráfico - Quantitativo de Empenhos Realizados



Fonte: SEFAZ/FPE

Foram realizadas **136 Solicitações de Empenho no ano de 2021**, sendo todas atendidas pela Contadoria Geral do Estado do RS. As solicitações de empenho procedem à licitação, formalização contratual/aditivos ou compras diretas (com exceção do pronto pagamento) e compreendem as seguintes etapas:

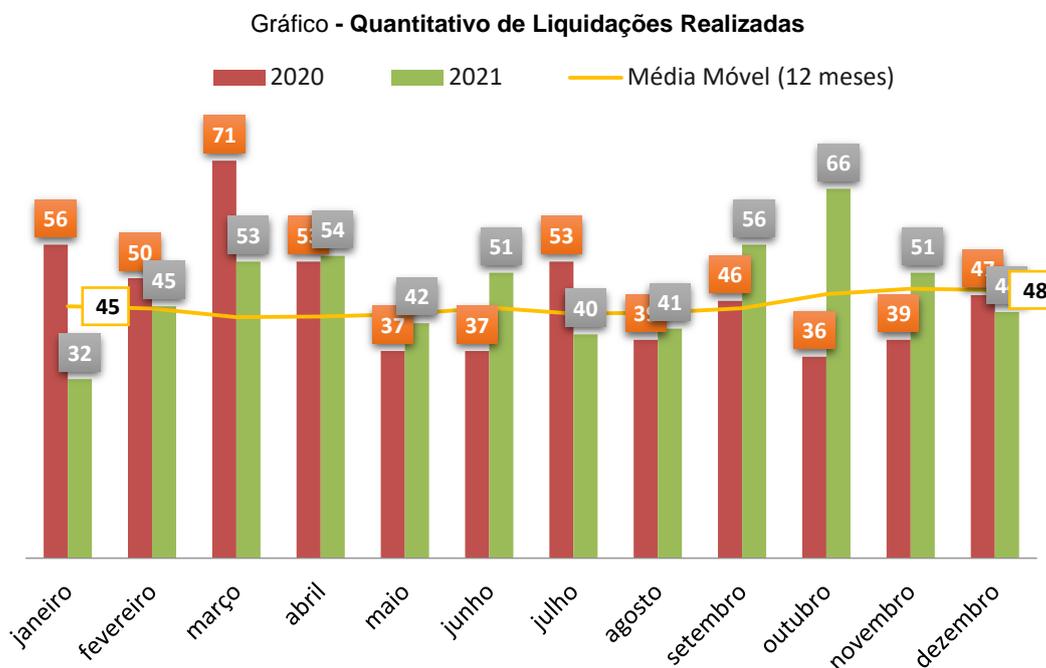
- Enquadramento da despesa na estrutura programática e funcional da despesa pretendida;
- Verificação de dotação orçamentária para a despesa pretendida (em caso de inexistência de recursos autorizados em montante suficientes, se é possível realização de créditos adicionais através de remanejamento);
- Análise da despesa contida no contrato para a definição do melhor tipo de empenho para a gestão orçamentária;
- Análise de situação da regularidade fiscal da empresa com a verificação das certidões negativas de débitos fiscais e trabalhistas;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



- Alimentação do sistema FPE para a formalização e emissão da nota de empenho pela CAGE/RS.



Fonte: SEFAZ/FPE

Foram realizadas **575 Solicitações de Liquidação no ano de 2021**, sendo atendidas pela Contadoria Geral do Estado do RS, pagas pela Tesouraria do Tribunal de Justiça do RS. As solicitações de liquidação procedem à execução do serviço e ou a entrega do material pelo fornecedor (com exceção das liquidações de pronto pagamento) e compreendem as seguintes etapas:

- Recepção do processo de “Pagamento a Fornecedores” com a nota fiscal, e o devido ateste da despesa pelo fiscal de contrato, buscando, se necessário, documentos e correções que total confirmação de que a despesa foi realizada conforme definições contratuais.
- Verificação da existência de empenho e do saldo de empenho, com sua complementação se necessário.
- Análise de situação da regularidade fiscal da empresa com a verificação das certidões negativas de débitos fiscais e trabalhistas. Se constatadas pendências fiscais, a informação é encaminhada ao Setor de Contratos para que se proceda à medida administrativa cabível (notificação, multa e/ou



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



rescisão contratual). Realiza-se o pagamento informando a situação à CAGE/RS, com juntada da notificação e ciência da empresa inadimplente, bem como parecer jurídico.

- Análise, destaque e elaboração de guias de recolhimento de tributos (ISSQN e INSS) para as retenções necessárias à nota fiscal, levando em consideração a legislação tributária aplicável à empresa, conforme sua localização, porte e natureza da atividade.
- Alimentação do sistema FPE para formalização e emissão da nota de liquidação pela CAGE/RS.

Abaixo elaboramos um Balanço Orçamentário, restando evidenciado, até a presente data, o respeito aos limites orçamentários da Lei 4.320/1964 e da Lei de Responsabilidade Fiscal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL



Tabela – BALANÇO ORÇAMENÁRIO ADAPTADO: DE 01/01/2021 a 31/12/2021

Em R\$

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL {a}	SUPLEMENTAÇÃO/ (REDUÇÃO) ORÇAMENTÁRIA {b}	DOTAÇÃO ATUALIZADA {c}	EMPENHADO {d}	LIQUIDADO {e}	PAGO {f}	SALDO DE DOTAÇÃO {g} = {c – d}
DESPESA CORRENTE (I)	44.480.150	4.286.300	48.766.450	48.270.580	42.200.528	42.080.262	495.870
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.755.439	2.912.702	42.668.141	42.369.890	39.390.920	39.321.056	298.251
REMUNERACAO DE PESSOAL-TJ	10.799.602	1.789.318	12.588.920	12.588.919	11.071.545	11.071.545	1
CP FAS/RS -INAT/PENS- JME	440.202	0	440.202	421.765	421.765	381.266	18.437
CP FAS/RS - ATIVOS - JME	366.437	(39.309)	327.128	327.128	327.128	299.556	0
OUTRAS CONTRIB PATR-TJM	676.521	(132.807)	543.714	543.714	504.983	504.983	0
INDENIZ RESTIT - TJM	300.000	1.306.373	1.606.373	1.606.373	256.155	256.155	0
GRATIF FOLHA PAGTO - TJM	2.758.368	(40.204)	2.718.164	2.718.164	2.718.164	2.718.164	0
FOLHA CC, FG E REPR - TJM	4.075.770	(100.269)	3.975.501	3.975.501	3.975.501	3.975.501	0
LIC PREMIO PECUNIA - TJM	400.000	97.261	497.261	497.261	497.261	497.261	0
CP FUNDOPREV CIVIL - JME	31.893	(11.641)	20.252	20.252	20.252	18.458	0
CP RPPS/RS - JME	7.631.858	(50.000)	7.581.858	7.563.704	7.491.058	7.491.058	18.154
CF RPPS/RS - JME	3.458.949	50.000	3.508.949	3.469.771	3.469.771	3.469.771	39.178
CP RPC RSPREV - JME	10.000	(10.000)	0	0	0	0	0
BENEF PREV INATIVOS - JME	8.321.179	200.000	8.521.179	8.298.698	8.298.698	8.298.698	222.481
PENSOES ESPECIAIS - TJM	484.660	(146.021)	338.639	338.639	338.639	338.639	0
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.724.711	1.373.598	6.098.309	5.900.690	2.809.608	2.759.207	197.619
MANUT ATIV DE GOV DE TIC	690.673	38.415	729.088	688.101	488.006	488.006	40.987
PROMOCAO DA SAUDE - JME	0	85.311	85.311	7.212	0	0	78.099
GESTAO DE PESSOAS E ACESS	57.288	(57.288)	0	0	0	0	0
SUSTENTABILIDADE SOCIOAMB	6.315	(6.315)	0	0	0	0	0
MANUT ATIV JURISD-TJM	2.191.806	(382.496)	1.809.310	1.756.287	1.125.176	1.075.597	53.023
AUX FUNERAL ATIVO - JME	20.000	(20.000)	0	0	0	0	0
AUX FUNERAL INATIVOS-TJM	70.000	(34.538)	35.462	35.462	35.462	35.462	0
INDENIZ RESTIT - TJM	200.000	1.781.668	1.981.668	1.981.668	50.425	50.425	0
TREINAMENTO DE PESSOAL	168.952	(2.280)	166.672	141.162	15.895	15.073	25.510
AUXILIO PESSOAL ATIVO TJM	1.319.677	(28.879)	1.290.798	1.290.798	1.094.645	1.094.645	0
DESPESA DE CAPITAL (II)	733.604	(1.029)	732.575	545.278	150.806	150.806	187.297
INVESTIMENTOS	733.604	(1.029)	732.575	545.278	150.806	150.806	187.297
MANUT ATIV DE GOV DE TIC	480.125	(63.267)	416.858	376.451	0	0	40.407
PROMOCAO DA SAUDE - JME	120.924	(27.978)	92.946	92.946	75.870	75.870	0
SUSTENTABILIDADE SOCIOAMB	2.164	(2.164)	0	0	0	0	0
MANUT ATIV JURISD-TJM	130.391	92.380	222.771	75.881	74.936	74.936	146.889
TOTAL GERAL (III) = (I) + (II)	45.213.754	4.285.271	49.499.025	48.815.859	42.351.334	42.231.069	683.167



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



Relatórios Legais e Gerenciais

Ao setor de orçamento incumbe ainda a tarefa de elaborar os relatórios gerenciais destacados na tabela abaixo:

Quadro 2 – Quadro de Relatórios periódico produzidos pelo Setor de Orçamento

Relatório	Divulgação	Base Legal	Periodicidade	Prazo
Dados de gestão orçamentária e financeira	Portal Transparência	Resolução 102/2009 - CNJ (Anexo I e II)	Mensal; e Anual: Restos a pagar não processados.	Vigésimo dia do mês subsequente.
Indicadores p/ avaliação do desempenho ambiental e econômico.	Portal Transparência (Publicado pela NGE)	Resolução 201/2015 – CNJ	Mensal	Definido pela NGE.
Mapa demonstrativo da execução orçamentária	Portal Transparência	Art. 9 da Resolução 195/2014 - CNJ	Anual	31 de janeiro do ano subsequente.
Proposta interna de QDD (Base na PLOA)	Portal Transparência (Disponibilizado conjuntamente com a PLOA)	Inciso I do Art. 4 da Resolução 195/2014 - CNJ	Anual	30 dias depois do início do trâmite PLOA no Poder Legislativo
QDD interno com base na LOA aprovada	Portal Transparência (Disponibilizado conjuntamente com a LOA).	Inciso II do Art. 4 da Resolução 195/2014 - CNJ	Anual	30 dias depois da publicação da LOA.
Demonstrativo da Despesa de Pessoal e Limite da Despesa de Pessoal - Relatório de Gestão Fiscal	<ul style="list-style-type: none">• SIAPC/TCE-RS• SICONFI• Portal Transparência• Diário Oficial de Justiça	Art. 55 LC 101/2001 (LRF) e	Quadrimestral	30 dias após término do quadrimestre.
Demonstração das Metas Financeiras	Parte integrante da Tomada de Contas (SIAPC/TCERS)	Alínea a do inciso II Resolução n. 1.052/2015 do TCE/RS	Anual	30 de abril do ano subsequente
Justiça em Números (Dados Financeiros)	Sistema CNJ (Alimentação feita pelo NGE)	Res. 004/2005; 015/2006; 076/2009 do CNJ	Semestral	1º Semestre: 20/fev 2º Semestre: 20/Ago
Relatório de Diárias e Passagens concedidas	Portal Transparência	Art. 3º, VI, da Resolução CNJ n. 102/2009.	Mensal	
Valores Pagos aos Contratados	Portal Transparência	Prêmio Qualidade CNJ	Mensal	



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**



Os relatórios elencados acima totalizam **58 (cinquenta e oito)** elaborados por ano. A confecção, em termos gerais, tem como fonte exclusiva os dados do sistema de finanças do estado (FPE) e a tratamento exaustivo das informações em planilha de Excel para adequação dos mais diversos normativos legais, para a consequente publicação em *Portable Document Format* (PDF). Diante do desafio, o setor busca constantemente aprimoramento no uso das ferramentas da CAGE de extração de informação, bem como contribui para inserção de demandas evolutivas nos mencionados sistemas para redução do tempo e elaboração de relatórios.

Procedimentos de Encerramento

Em razão PORTARIA CAGE Nº 36, DE 6 DE OUTUBRO DE 2020, que determina as datas-limite a serem observadas relativamente ao encerramento do exercício financeiro de 2021, através do **Ofício Circular nº 024/2020/SEAORÇ/TJM/RS** definimos os prazos administrativos a serem respeitados, enviado a todos os setores via correio eletrônico no dia 03 de Novembro de 2021.

O atendimento dos prazos é de extrema relevância para a organização dos setores que executam os trabalhos de encerramento. As demandas fora do prazo, além de atrapalharem a execução das rotinas essenciais de fechamento, que incluem a disponibilização de informações aos órgãos de controle, gera um desgaste ao setor demandado, que se vê obrigado a recusar a demanda ou a trabalhar acima da carga de trabalho possível para a realização de serviços com a qualidade mínima exigida.

Neste ano, o Cronograma de Encerramento foi atendido pelas áreas demandantes, com exceção de quatro processos (dois de pagamento a fornecedores, um ato de justificativa de compra direta e um para empenho), ocasionando trabalho adicional justificável aos períodos de pandemia, dentro da margem de segurança da capacidade de trabalho dos setores. O respeito ao cronograma de encerramento do exercício pelos demais setores da Justiça Militar desde 2019 até o presente ano vem gerando resultados positivos para administração, que assegura o atendimento de qualquer demanda urgente no período de encerramento, evitando prejuízos aos serviços de apoio as atividades jurisdicionais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

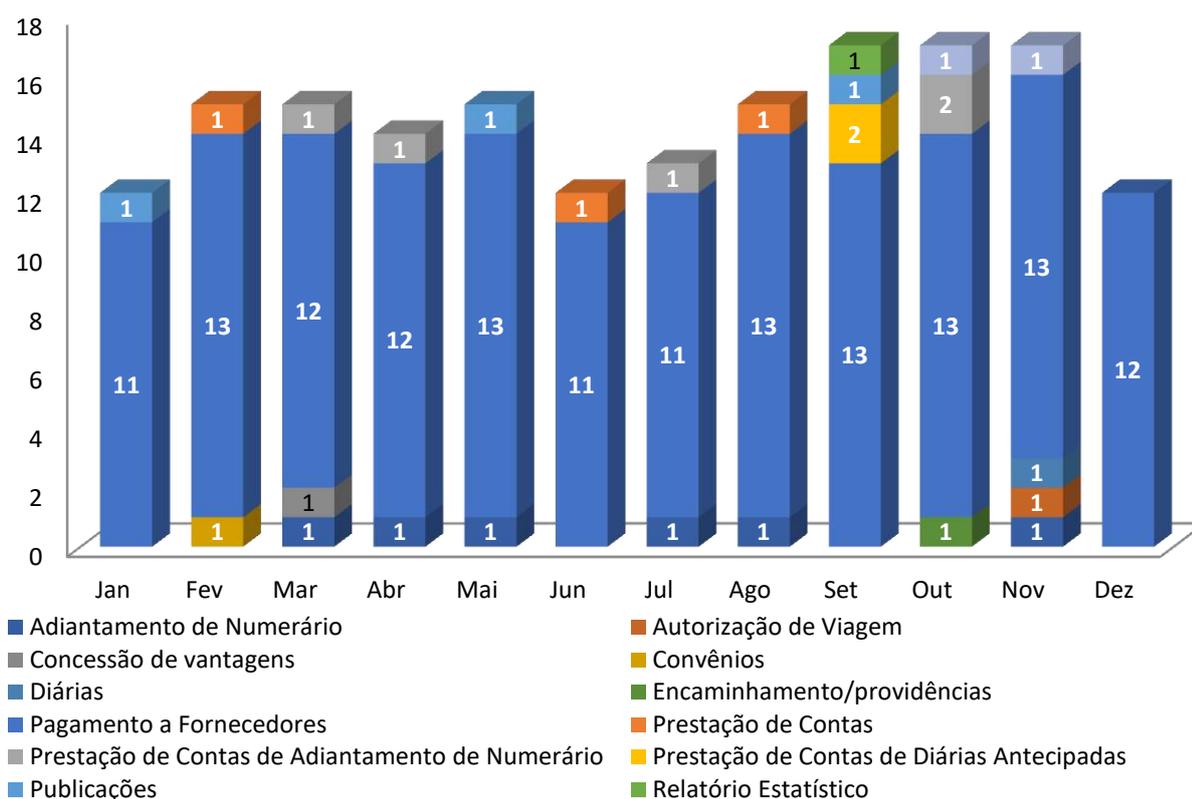


Gestão de Processos Eletrônicos – Setor de Orçamento

Em outubro de 2018, a unidade de Orçamento passou a tramitar todos seus processos exclusivamente pelo Sistema Eletrônico de Informação (SEI). A medida foi resultado de um esforço da equipe para que não só os setores internos ao tribunal utilizassem a ferramenta, mas também os setores envolvidos na tramitação dos processos da execução orçamentária: CAGE e PAGADORIA/TJRS.

Como resultado da implantação, se obteve uma drástica redução de custos processuais, com a eliminação dos gastos com pessoal, combustível e material para o deslocamento do processo, bem como maior agilidade nos processos e maior transparência, eliminando a possibilidade de extravio de documentos ou processos como um todo.

Abaixo segue dados de desempenho da gestão processual do setor de orçamento:



O acompanhamento de processos mensais gerados tem função de evidenciar quais processos são iniciados pelo Setor por tipo de processo. Com isso, é possível identificar se os processos estão sendo devidamente iniciados pelas áreas demandantes, ou se o Setor acabou absorvendo a atividade de gerar o processo. ○

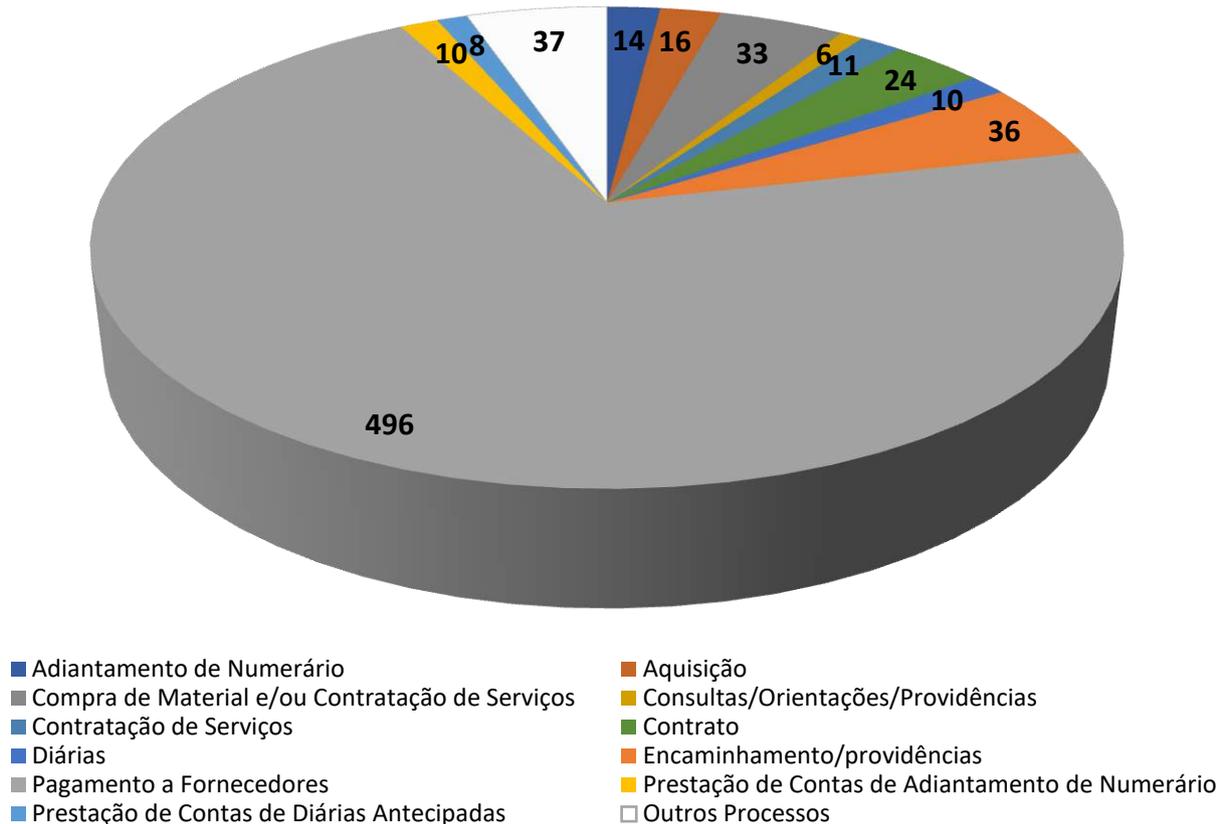


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



Serviço de Orçamento gerou 174 processos novos em 2021, em sua maioria são processos de pagamento de fornecedores, o objetivo do Setor é eliminar essa abertura de processos, pois elas devem acontecer com o fiscal de contrato, atualmente ainda temos pela frente o desafio de adaptar o fluxo de pagamento dos contratos com a PROCERGS para que este número reduza drasticamente.

Gráfico – Perfil de Processos que tramitam no Setor de Orçamento em 2021



Fonte: Sistema de Estatísticas SEI

Em 2021 tramitaram no Serviço de Orçamentos **701 um processos administrativos**, sendo a maioria deles o processo de **“Pagamento a Fornecedores”**, **correspondente a 70% dos processos**.

O gráfico de perfil de processos permite analisar quais são os tipos de processos que chegam ao setor, evidenciado a incerteza dos usuários do SEI na criação dos processos através da criação de processos com tipo genérico, como aqueles denominados “Encaminhamento/Providências”, “Protocolo Administrativo”, entre outros.

Hoje em dia, vencemos o problema da tipificação genérica no sistema Sei, com eliminação, praticamente, da tramitação de processos com denominação genérica,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



o que devemos focar agora é na eliminação de tipos de processo redundantes para que a informação fique cada vez mais clara e útil para dar suporte a tomada decisão.

Tabela – Evolução do Índice de Resolutividade e Tempo Médio dos Principais Processos Eletrônicos

Tipo	Entrada de Processos	Saída de Processos	Índice de Resolutividade	Tempo Médio
Adiantamento de Numerário	14	13	92,86%	5d 9h
Aquisição	16	16	100,00%	14d 14h
Compra de Material e/ou Contratação de Serviços	33	33	100,00%	11d 11h
Consultas/Orientações/Providências	6	5	83,33%	11d 1h
Contratação de Serviços	11	11	100,00%	20d 21h
Contrato	24	24	100,00%	15d 10h
Diárias	10	10	100,00%	1d 15h
Encaminhamento/providências	36	33	91,67%	23d 18h
Pagamento a Fornecedores	496	491	98,99%	6d
Prestação de Contas de Adiantamento de Numerário	10	10	100,00%	6d 1h
Prestação de Contas de Diárias Antecipadas	8	8	100,00%	3d 21h
Outros Processos	37	33	89,19%	---
TOTAL:	701	687	98,00%	14d 9h

Fórmula do Índice de Resolutividade: (Processos Concluídos) / (Processos Tramitados) x 100

Fonte: Sistema de Estatísticas Sei

O índice de resolutividade tenta ainda, como ferramenta rudimentar, mensurar a eficácia do setor de orçamento na resolução das demandas que são encaminhadas formalmente via processo. A meta interna do Setor estipula que, a cada 10 processos, nove (9) tenham resolução no período apurado, o que foi superado pelo setor que chegou ao índice de resolutividade de **98% em 2021**, representando uma consistência quando analisado com os anos anteriores: **97% em 2020; 98% em 2019 e 97% em 2018**.

Se o índice de resolutividade é ferramenta rudimentar para analisar a eficácia do setor na tramitação de seus processos, a estimativa de tempo médio, se mensurada com determinada frequência, pode ser adaptada como ferramenta de mensuração da eficiência. Em 2021 se identificou que um processo fica em média **14 dias e 9 horas** no Setor, e o processo que mais tramita, **“Pagamento a Fornecedores”** fica em **6 dias** no setor até sua conclusão.

Segue ainda a limitação técnica da mensuração de tal tempo médio pela existência de pouco processos de determinado tipo ou classificados de forma não padronizada, o que foi mitigado apresentado somente os principais processos do Setor de Orçamento, visto que o Setor de Orçamento já concentra esforços, desde 2018, para sua padronização.



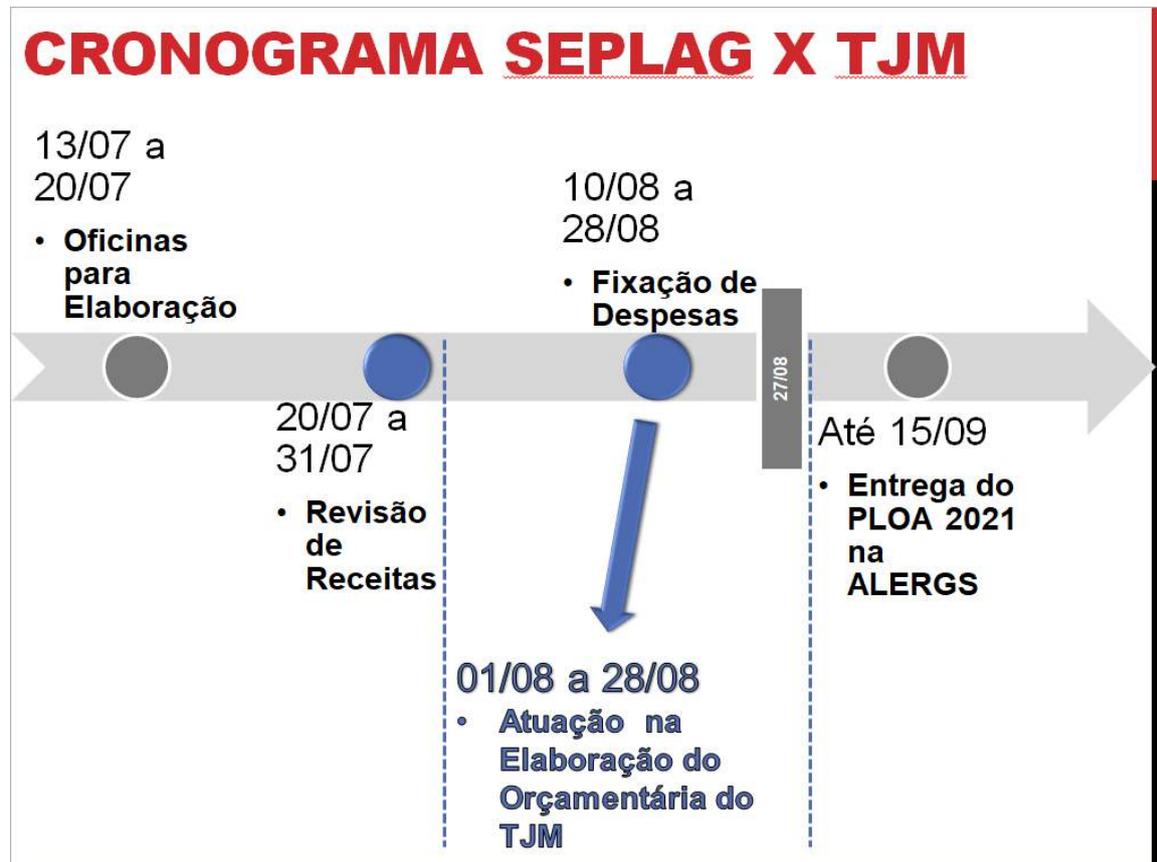
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



Elaboração da Proposta Lei Orçamentária

É de competência do Serviço de Orçamento coordenar a elaboração da proposta orçamentária e do plano de aplicação do orçamento no âmbito JME. Este orçamento desde 2019 é feito utilizando a técnica de base-zero com o objeto de permitir a alocação dos recursos de maneira muito mais eficiente, eliminando despesas e custos supérfluos.

Em julho/2021, iniciou-se o processo elaboração de Projeto de Lei Orçamentária para 2022, sendo coordenado pela Secretária Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), sendo apresentado o cronograma inicial de atividades para inserção de dados no Sistema de Planejamento e Orçamento (SPO), após tal oficina o Setor apresentou seu cronograma de atividades a Administração do Tribunal:





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



#	Ação/ Tarefa	Responsável	Prazo
0	Lançamento das Receitas e Definição de Restrições Orçamentárias	TJ/RS	31/07
1	Definição dos “Gestores de Projetos”	Reunião	Hoje
2	Fixação de Valores para Manutenção dos contratos continuados	SEAORÇ	21/08/2020
3	Recepção das Solicitações de Orçamentos dos “Gestores de Projeto”	“Gerentes de Projetos”	14/08/2020
3.1	Apresentação com orientações e Envio do formulário de solicitação aos Gerentes de Projetos.	SEAORÇ	03/08/2020
4	Avaliação e crítica das solicitações	Presidência e Direção	21/08/2020
4.1	Apresentação Preliminar dos Pedidos a Direção-Geral e Presidência	SEAORÇ	17/08/2020
4.2	Apresentação a Presidência com os cortes necessários em razão de restrição orçamentária <i>Opcional: Abertura da Reunião aos Gerentes de Projetos.</i>	DG e SEAORÇ	19/08/2020
5	Inserção dos dados no sistema SPG	SEAORÇ	28/08/2020

Quanto ao item 3 “*Recepção das Solicitações de Orçamentos dos Gestores de Projeto*” é válido destacar que desde de 2020, em razão pandemia, o setor criou um ferramenta online para concatenar os pedidos dos gestores de projeto através do Google Formulários. A ferramenta vem sendo aprimorada desde então e conta com um alto grau de adesão pelos seus usuários.

Na elaboração do orçamento de 2022 foram feitas as seguintes mudanças qualitativas:

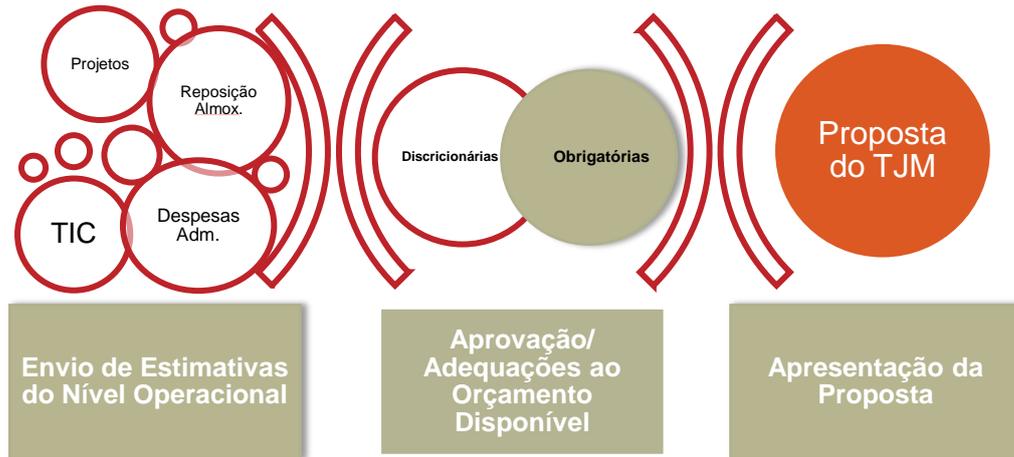
- Mudanças da Nomenclatura do IP 3902, MANUTENÇÃO ATIVIDADES DE GOVERNANÇA DE TIC → GESTÃO E APRIMORAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) – JME, em razão da padronização no Estado.
- Criação do IP BENEFÍCIO ESPECIAL - TJM para as despesas de inativos/ pensionistas do Regime de Previdência Complementar (RPC), cujos ingressos no serviço público tenha se dado até a data da publicação do ato de instituição do RPC/RS, sem perda do vínculo, e adiram ao RPC/RS.
- Criação do IP 0011 – Priorização do 1º Grau.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



Na elaboração do orçamento de 2022 para a parte monetária, a execução compreende realizar estimativas para contratos continuados, despesas indenizatórias eventuais e adiantamento de numerário. Após se aguarda o término do prazo de envio das solicitações orçamentárias realizando a divisão das despesas entre obrigatórias e discricionárias, conforme esquema abaixo:



Na conclusão dos trabalhos, foram solicitados **R\$ 6.808.638 (seis milhões oitocentos e oito mil e seiscentos e trinta e oito reais)** e **R\$ 500.273 (quinhentos mil e duzentos e setenta e três)** do Fundo de Reparelhamento do Poder de Judiciário na elaboração da proposta orçamentária do TJM para o exercício de 2022, tendo todos os pedidos atendidos pela Lei Orçamentária Anual enviada ao legislativo (*desconsiderando o pagamento de folha, aposentadoria e seus encargos, não executadas pela JME*).

SERVIÇO DE LICITAÇÕES

O Serviço de Licitações & Contratos tem por incumbência, dentre outras funções especificadas no artigo 29 do Regimento Interno do TJM, a coordenação operacional do planejamento, execução e monitoramento das Aquisições do TJMRS, a realização da gestão contratual e a orientação dos fiscais de contratos administrativos, e alimentação das informações sobre licitações e contratos para órgãos de controle externo e ampla divulgação no portal transparência.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



Todos os procedimentos de contratação de empresas para fornecimento de bens e serviços (específicos ou de natureza continuada) são realizados pelo Setor de Licitações e Contratos. No início do ano de 2020, o Setor de Licitações & Contratos, juntamente com a Direção-Geral, concentrou esforços para evoluir a ferramenta de Planejamento de Compras para o exercício de 2020. Abaixo segue análise quantitativa de tal planejamento:

Contratações Diretas

No exercício financeiro de 2021, foram realizados pela Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul 27 (vinte e sete) processos de contratação, sendo 10 (dez) processos licitatórios, 15 (dezessete) contratações diretas e 2 (duas) adesões à Ata de Registro de Preços – ARP.

No tocante às Dispensas de Licitação, apenas 1 (um) processo representara as contratações de pequeno valor, enquadradas no art. 24, II da Lei nº 8.666/93 realizadas por método de cotação eletrônica, sendo as demais moldadas às disciplinas dos incisos XIII e XXII do artigo 24 da Lei de Licitações e Contratos.

Tabela - Detalhamento das contratações por dispensa de licitação de 2021

Nº	Objeto	Valor Contratado	Contratado
1/2021	Acesso à rede INTERNET por meio de endereços IP fixos para as redes locais.	616.028	PROCERGS
2/2021	Aquisição de recargas para os extintores existentes nas dependências da Sede e Auditorias do Tribunal de TJM/RS em Porto Alegre/RS.	1.221	Le Veículos e Extintores LTDA.
3/2021	Fornecimento de serviço de Correio, Agenda, Catálogo Corporativo e Mensagem Instantânea, utilizando o aplicativo denominado Expresso.	57.343	PROCERGS
5/2021	O fornecimento de SRE – Serviço de Rede Especializada e EML - Emulação de Terminal.	662.526	PROCERGS
6/2021	Acesso à rede INTERNET por meio de endereços IP fixos para as redes locais na velocidade de 30Mbps.	1.318.108	PROCERGS
Valor Total (R\$)		2.655.226,08	

No que tange às contratações por Inexigibilidade de Licitação, 3 dos 10 processos ensejaram o enquadramento no art. 25, II da Lei nº 8.666/93, sendo utilizadas para a contratação de serviços técnico previsto no art. 13, inciso VI da mesma lei, visando o treinamento e o aperfeiçoamento de servidores (ação de capacitação). Os demais quais foram enquadrados nas disposições do inciso I, do art. 25 da Lei nº



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



8.666/93, referente à impossibilidade de competição, por se tratarem de fornecimento exclusivo.

Tabela Detalhamento das contratações por inexigibilidade de 2021

Nº	Objeto	Valor Contratado	Contratado
1/2021	Serviços de manutenção mensal do Software PERGAMUM - Sistema Integrado de Bibliotecas.	13.362	ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA
3/2021	Assinatura nas modalidades impressa e digital do periódico Correio do Povo, por um período de 12 meses.	911	EMPRESA JORNALÍSTICA CALDAS JUNIOR LTDA
5/2021	Palestra "PRÁTICAS RESTAURATIVAS: Um olhar neurocientífico"	4.700	GUILHERME MARCOS NOGUEIRA
6/2021	Contratação de 02 vagas no curso LLM em Proteção de Dados: LGPD & GDPR, em conformidade com os documentos que instruem o presente processo.	12.102	FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RS – FMP
7/2021	Inscrição de 04 servidores no curso Segurança Pública, Justiça Penal e Guerras Culturais.	2.160	AJURIS – Escola Superior da Magistratura
8/2021	Serviços Orientações por escrito, Pesquisa Brasil: Inteligência online em compras, RJML de Licitações e Contratos Digital e Web Licitações e Contratos Administrativos.	13.500	MENDES & LOPES PESQUISA, TREINAMENTO E EVENTOS LTDA.
9/2021	Renovação dos serviços Zênite Fácil e Pareceres Zênite por escrito.	16.430	Zênite Informação e Consultoria S/A
10/2021	Renovação dos periódicos Revista Brasileira de Direitos Humanos e Revista Brasileira de Direito Previdenciário	2.520	LEX EDITORA S.A.
11/2021	Assinatura, por um período de 12 meses, do software Banco de Preços versão Plus.	9.875	NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA
12/2021	Inscrição de 3 servidores no curso Nova Lei de Licitações - O mega desafio trazido pela Nova Lei de Licitações e Contratos,	3.797	Instituto Nacional de Licitação HQZ Ltda.
Valor Total (R\$)		79.357	

A adesão à Ata de Registro de Preços - ARP é o procedimento administrativo por meio do qual um órgão ou entidade da administração que não tenha participado do certame licitatório pode utilizar o registro de preços do órgão gerenciador da ata, desde que devidamente justificada a vantagem. Para que a adesão ocorra são necessárias a **anuência do órgão gerenciador e aceitação do fornecedor beneficiário da ARP**.

Assim o Tribunal tramitou 02 (duas) aquisições de equipamentos de informática por adesão a ata de registro, aproveitando os preços comprovadamente mais baixos nestas atas, em razão de escala prevista na aquisição por grandes órgãos da administração pública ser mais vantajosa do que aquela possivelmente obtida em certame próprio com expressivamente menores quando comparado com o previsto nestas atas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



Tabela 1 - Detalhamento das contratações por adesão ata de registro de preço de 2021

Objeto	Valor Contratado	Vencedor
Aquisição de 30 computadores notebooks	188.000	GLOBAL DISTRIBUIÇÃO DE BENS DE CONSUMO LTDA
20 (vinte) Computadores Desktop HP EliteDesk 805 G6, com garantia de 3 anos on-site.	162.300	
Valor Total (R\$)	350.300	

Pregões Realizados

No exercício de 2021 foram realizados procedimentos licitatórios e contratações diretas no TJM-RS. Os procedimentos licitatórios realizados são predominantemente na modalidade de pregão eletrônico.

Os detalhes dos procedimentos realizados encontram-se descritos na tabela a seguir:

Pregão Eletrônico Realizados em 2021

Nº PE	OBJETO	LOTE	VALOR ESTIMADO (R\$)	VALOR REAL (R\$)	CREDOR
1/2021	Prestação de serviços de desinsetização, desratização, limpeza e desinfecção de reservatórios de águas, nas dependências do TJMRS e 2ª Auditoria Militar da JME/RS.	(LOTE ÚNICO)	10.220	3.000	AMBIENTALMAX SOLUCOES LTDA
3/2021	Aquisição de Equipamentos de Informática, Audio, Vídeo e Telecomunicações (insumos de Tecnologia da Informação).	LOTE 01: Aquisição de Fones de ouvido (tipo headset) e Microfones de mesa para o incluindo transporte, material para instalação.	5.690	9.199	DADB REPRESENTAÇÕES, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME
		LOTE 02: Aquisição de Mesa de Som para o Tribunal de Justiça Militar e Auditorias da JME/RS.	3.074	Lote Fracassado: Fornecedores desclassificados	
		LOTE 03: Aquisição de Projetor para o Tribunal de Justiça Militar e Auditorias da JME/RS.	4.949		
		LOTE 04: Aquisição de Cabo UTP CAT6E (Caixa 305 metros).	794		Sem interessados
		LOTE 05: Aquisição de Alicates de Crimpar.	51	Lote Fracassado: Fornecedores desclassificados	
		Lote 06: Aquisição de Cabo para microfone (rolo 100m).	283		
		Lote 07: Aquisição de Conectores (Conector XLR fêmea 3 pinos com trava e Conector P10).	180		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



		Lote 08: Aquisição de baterias de reposição para nobreaks	14.329	13.999	SÓ BATERIAS - COMÉRCIO DE BATERIAS LTDA
		Lote 09: Aquisição de Webcam.	7.365	4.388	ERIK LUIZ FARIAS CARVALHO
4/2021	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços gerais de limpeza e higiene, para as dependências da sede da Auditoria de Santa Maria da JME-RS. (LOTE ÚNICO)		108.000	83.073	GILMAR DA SILVA PEREIRA (Nome Fantasia: South Soluções)
5/2021	Contratação De Empresas Para O Fornecimento De Eletrodomésticos E Insumos Hidráulicos E Fornecimento De Calhas E Torneiras De Acessibilidades.	Lote 01: Aquisição de refrigerador.	2.899,00	Sem interessados	
		Lote 02: Aquisição de 01 (um) fogão a gás para Auditoria Militar de Santa Maria.	400		
		Lote 03: Aquisição e fornecimento de torneiras de lavatórios de pressão com temporizador.	4.259		
		Lote 04: Contratação de empresa (s) especializada (s) no fornecimento e instalação de Calhas	4.904		
9/2021	Contratação de empresas especializadas para fornecimento, instalação e transporte de protetores em acrílico transparente. (LOTE ÚNICO)		150.954	5.870	Empresa José Renato de Abreu Fraga Junior
10/2021	Fornecimento/aquisição de materiais de Higiene e Limpeza, de Insumos e equipamentos de proteção individual para demanda diária e uso de forma preventiva para o enfrentamento a COVID 19.	LOTE 01: Fornecimento de materiais (EPIS - máscaras, luvas e etc.) para uso de forma preventiva para o enfrentamento a COVID 19.	220.082	9.792	ILSON GLEI CARVALHO
		LOTE 02: Aquisição de material de higiene e limpeza.	222.416	Lote Fracassado: Fornecedores desclassificados	
11/2021	Prestação de serviços gerais de limpeza e higiene para o prédio da Auditoria Militar de Passo Fundo/RS, totalizando 40 horas semanais de atividades, de segunda à sexta-feira. (LOTE ÚNICO)		59.940	51.600	FAME SERVIÇOS DE LIMPEZA LTD
13/2021	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de comunicação de dados para a interligação redundante da Sede do Tribunal de Justiça Militar (TJM/RS) às auditorias regionais com tecnologia SD-WAN, incluindo serviço de conexão à Internet.	LOTE 01: Prestação de serviços de comunicação de dados para a interligação redundante com tecnologia SDWAN, incluindo serviço de conexão à Internet.	549.614	251.712	ALGAR Soluções em TIC S A
		LOTE 02: Câmera de captação de imagem e som em 360°, com instalação, configuração e testes do sistema on-site,	30.322	28.565	WECOM COMERCIO, DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO S.A.
14/2021	Prestação de Serviços de TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC) e telefones fixos instalados nas dependências do TJM/RS e Auditorias. (LOTE ÚNICO)		21.494		Sem interessados
19/2021	Serviços de monitoramento eletrônico de alarme e de Circuito Fechado de Televisão CFTV, para Auditoria Militar de Passo Fundo/RS (LOTE ÚNICO)		21.300		Licitação em Andamento

Foram dez (10) editais publicados, totalizando 23 (vinte e três) lotes, sendo adquiridos 10 até a presente data. As aquisições adquiridas foram estimadas em R\$



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**



977.817 (novecentos e setenta e sete mil e oitocentos e dezesseis reais) e conseguiram ser efetivadas R\$ 541.198 (quinhentos e quarenta e um mil e cento e noventa e oito reais), sendo gerada uma economia de 44,65% (quarenta e quatro vírgula sessenta e cinco por cento).

LicitaCon e Portal da Transparência

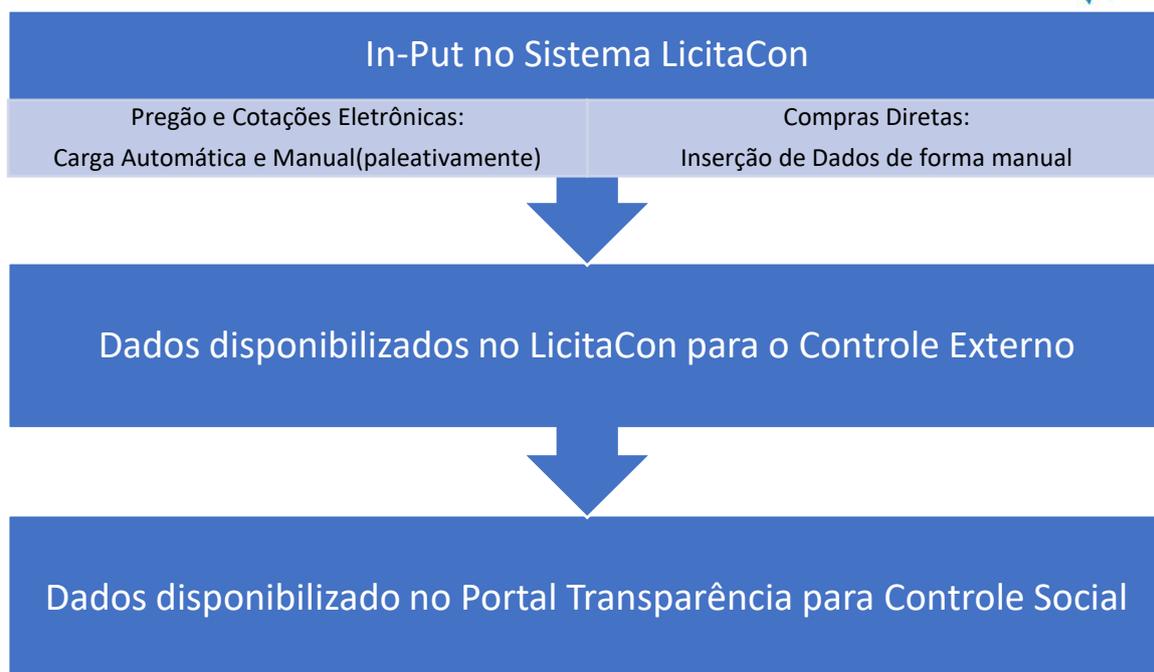
Todos os procedimentos licitatórios e contratos administrativos realizados pelo Tribunal devem ser relatados em dois sítios distintos: o sistema **LicitaCon**, do Tribunal de Contas do Estado e o **Portal da Transparência** do Tribunal de Justiça Militar.

Para alimentar o sistema LicitaCon, existem duas modalidades: via **sistema WEB**, na qual as informações são inseridas manualmente pelo operador e via **e-Validador**, na qual o sistema cria pacotes de informação coletadas do sistema de licitações Pregão *Online Barrisul* que são enviadas e processadas pelo LicitaCon para alimentar seu bando de dados.

O sistema WEB é utilizado para o cadastro das compras feitas sem licitação como dispensas, inexigibilidades, adesão a atas de registro de preço e licitações compartilhadas em que a JME não é o gestor da licitação.

O sistema e-Validador é uma forma mais prática de fornecer informações ao Licitacon, porém, em razão de algumas dificuldades técnicas ocorridas em 2021, algumas informações referentes a licitações foram também, em parte, inseridas manualmente via sistema WEB.

Para a inserção de dados no Portal da Transparência do *site* do TJM, a partir de 2019, o Setor de Licitações & Contratos se utiliza de hiperlinks que levam o usuário do Portal Transparência do TJM diretamente o sistema LicitaCon Cidadão do TCE, tendo amplo acesso às licitações e contratos cadastros naquele sistema. Tal medida eliminou o retrabalho ocasionado pela necessidade de alimentar dois sistemas distintos, o fluxo de trabalho fica resumido conforme abaixo:



No Serviço de Licitações, existe a rotina semanal de alimentação destas informações para atendimento da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13/2017 – TCE/RS¹, bem como servir de base para o trabalho da gestão de contratos, que também tem a determinação de alimentar as informações contratuais no LicitCon, sendo obrigatório o cadastro da licitação ou compra direta que originou o contrato.

Gestão de Processos Eletrônicos – Serviço de Licitações

A partir de Janeiro de 2019, a Unidade de Licitações & Contratos passou a tramitar todos seus processos exclusivamente pelo Sistema Eletrônico de Informação (SEI). Como resultado da implantação se obteve a redução drástica de custo processual, com a eliminação dos gastos com pessoal, combustível e material para o deslocamento do processo, bem como maior agilidade nos processos e maior transparência, eliminando a possibilidade de extravio de documentos ou processos como um todo.

A partir de Novembro de 2021 houve a criação uma unidade específica no sistema Sei para o Serviço de Contratos com o objetivo de atender as especificidades

¹ Dispõe sobre os prazos e demais regras técnicas relativas à alimentação do Sistema de Licitações e Contratos - LicitCon pelos órgãos e entidades jurisdicionados do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.



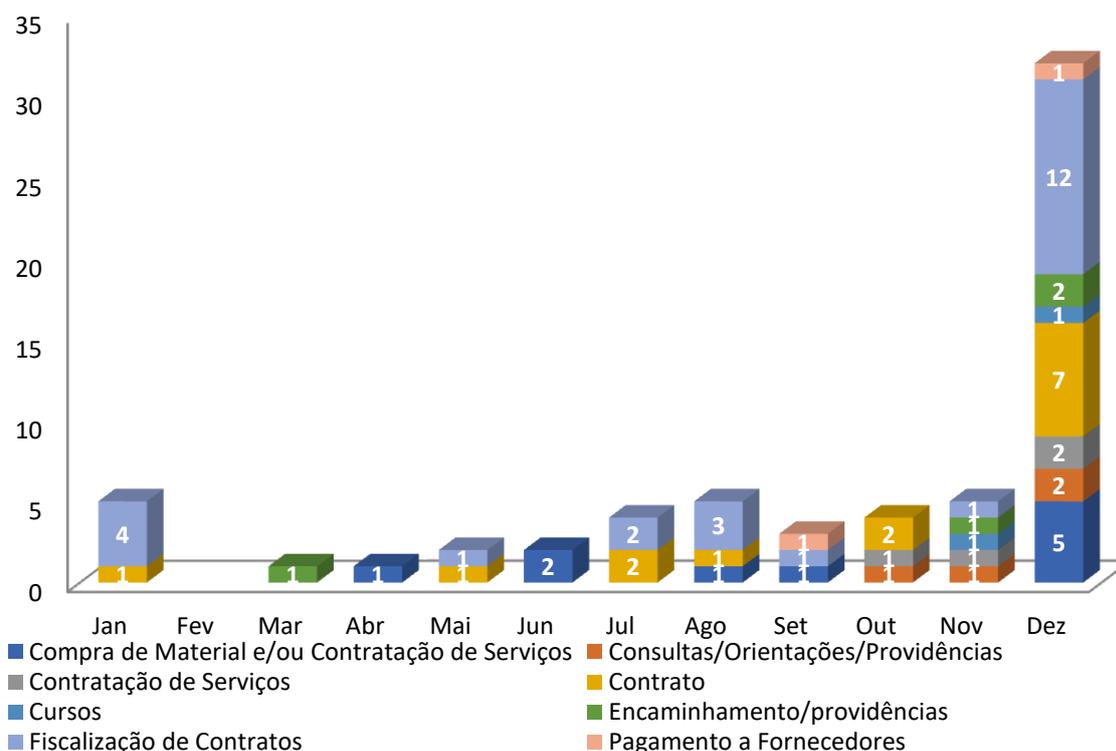
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



de controle das atividades realizadas, tornando as informações, de ambos os setores, mais uteis ao processo de tomada de decisão.

Abaixo segue dados de desempenho da gestão processual do Serviço de Licitações:

Gráfico - Processos Gerados em 2021



Fonte: Sistema de Estatísticas SEI

O acompanhamento de processos mensais gerados tem função de evidenciar quais processos são iniciados pelo Setor por tipo de processo. Com isso, é possível identificar se os processos estão sendo devidamente iniciados pelas áreas demandantes, ou se o Setor acabou absorvendo a atividade de gerar o processo. Ao contrário do ano anterior que o Setor absorveu a atividades de abrir os processos do plano de contratações de 2020, este ano foi devolvido às unidades supridoras a responsabilidade da abertura de processos de contratação, no entanto houve casos excepcionais que o setor voltou a executar esta atividade, com o objetivo de renovar alguma contratação que não poderia sofrer solução de continuidade.

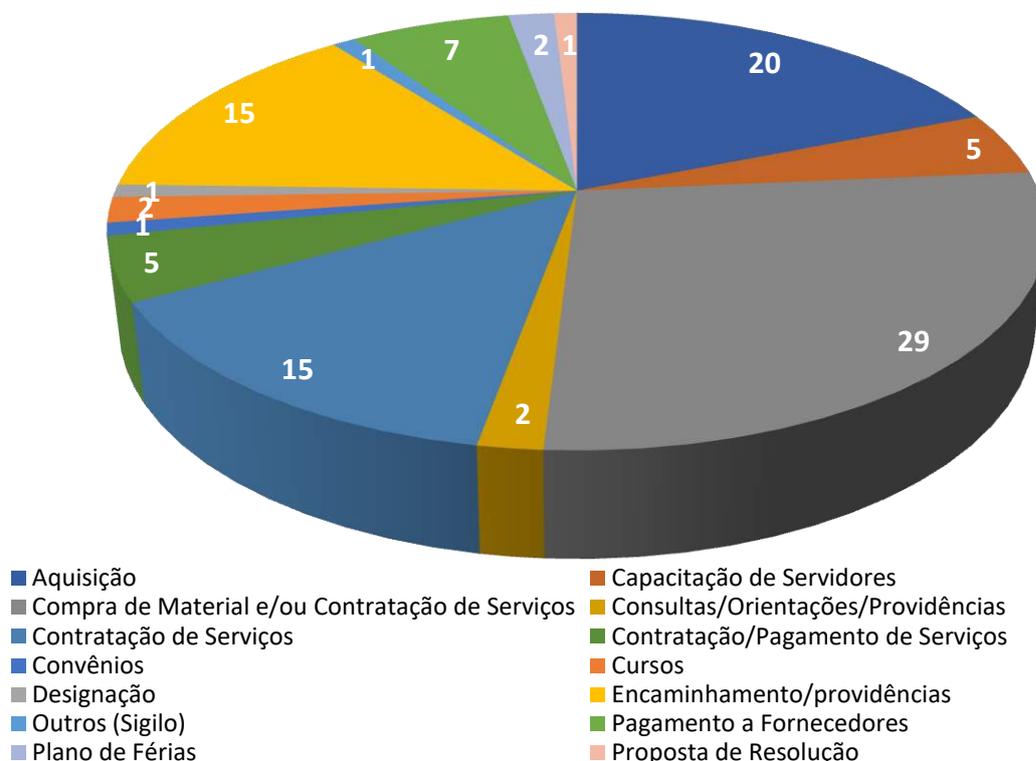
O processo mais aberto foi o tipo Fiscalização Contratual, que no próximo exercício será gerenciado pela Unidade Sei do Serviço de Contratos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



Gráfico – Perfil de Processos que tramitaram no Serviço de Licitações²



Fonte: Sistema de Estatísticas Sei

O gráfico de perfil de processos permite analisar quais são os tipos de processos que chegam ao setor, evidenciado as denominações redundantes de processos que tramitam no setor de licitações. Processos de licitações são abertos pelas unidades através de quatro tipos de processos diferentes: Aquisição; Contratação e Pagamento de Serviços; Compra de Material e/ou Contratação de Serviços (denominação que estipulada para ser adota em detrimento das outras); e Contratação de Serviços.

Seguimos com o problema de redundância de tipo de processo para as licitações ou contratações diretas. Fica para 2022 a tarefa de delimitar a possibilidade da criação de alguns tipos de processo redundantes no Sistema Sei.

² Foram retirados do gráfico apresentado os processos que sua gerencia migraram para o Serviço de Contratos: (23) Processo do Tipo Contrato e (16) Processos do Tipo Fiscalização de Contratos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



Tabela – Índice de Resolutividade dos Processos Eletrônicos e Tempo Médio de Tramitação do Serviço de Licitações em 2021³

Tipo	Tramitados	Concluídos	Índice de Resolutividade	Tempo Médio
Aquisição	20	16	80,00%	81d 5h
Capacitação de Servidores	5	5	100,00%	16d 11h
Compra de Material e/ou Contratação de Serviços	29	26	89,66%	30d 11h
Consultas/Orientações/Providências	2	1	50,00%	21d 5h
Contratação de Serviços	15	13	86,67%	52d 8h
Contratação/Pagamento de Serviços	5	4	80,00%	75d 19h
Convênios	1	1	100,00%	22h
Cursos	2	2	100,00%	17d 9h
Designação	1	1	100,00%	13d 21h
Encaminhamento/providências	15	14	93,33%	35d 9h
Outros (Sigilo)	1	1	100,00%	1h
Pagamento a Fornecedores	7	6	85,71%	57d 4h
Plano de Férias	2	2	100,00%	74d 6h
Proposta de Resolução	1	1	100,00%	5d 17h
TOTAL:	106	93	87,74%	32d 14h

Fórmula do Índice de Resolutividade: $(\text{Processos Concluídos}) / (\text{Processos Tramitados}) \times 100$

Tempo Médio: Corresponde a média do tempo acumulado de cada processo que tramita no setor

Fonte: Sistema de Estatísticas Sei

O índice de resolutividade objetiva, ainda como ferramenta rudimentar, mensurar a Eficácia do Setor de Licitações & Contratos na resolução das demandas que são encaminhadas formalmente via processo. A meta informal estipulada é de que, a cada 10 processos, 9 tenham resolução no período apurado; se entende como fora do desejado, mas dentro de um limite aceitável, a resolução de 8 entre 10 processos, o que foi atingido pelo Setor, que conclui seu índice resolutividade total em **87,74%**, estando dentro de um limite aceitável para 2021.

Vale frisar que tal índice ainda só serve como ferramenta de apoio a uma análise preliminar da eficácia operacional do setor, uma vez que existem diversos fatores que prejudicam a composição do número, como a inexistência de fluxos precisos sobre os processos de pregão/dispensa/inexigibilidade.

Se o índice de resolutividade é ferramenta rudimentar para analisar a eficácia do setor na tramitação de seus processos, a estimativa de tempo médio pode nos dar uma previsão de quanto tempo dura uma contratação de seu planejamento até a efetiva escolha do fornecedor. Ademais, se mensurada com determinada frequência e

³ Foram retirados do gráfico apresentado os processos que sua gerencia migraram para o Serviço de Contratos: (23) Processo do Tipo Contrato e (16) Processos do Tipo Fiscalização de Contratos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



critérios previamente estabelecidos, pode ser adaptada como ferramenta de mensuração da eficiência.

SERVIÇO DE CONTRATOS

A gestão dos contratos de prestação de serviços continuados se faz, atualmente, de forma centralizada, ficando ao encargo do Serviço de Contratos o acompanhamento da maioria das etapas da relação contratual.

Até o ano de 2021, todas as etapas de contratações de compras e serviços, desde a elaboração do processo de aquisição/ contratação, até o acompanhamento dos serviços contratados durante toda a sua vigência, compunham as atribuições de um setor único: o Serviço de Licitações e Contratos.

O setor era assim estruturado em razão de que, até então, os servidores que compunham sua equipe eram responsáveis por executar todas as funções inerentes às diversas etapas de elaboração e controle de contratações.

Ao avaliar-se a complexidade das demandas de cada fase, foi decidido que o fluxo de trabalho seria mais eficiente se cada servidor se dedicasse exclusivamente a um único momento do longo processo de aquisições e serviços: a pré-contratação (licitação) e a pós-contratação (fiscalização).

Dessa forma, foi criado o Serviço de Contratos que, ainda que se mantenha intimamente vinculado ao Serviço de Licitações – que é responsável por todas as etapas que antecedem suas atividades – possui endereço de email e unidade administrativa dentro do SEI apartados, evitando sobrecarga dos sistemas e overlap de tarefas.

Compete ao Serviço de Contratos a elaboração de Termos de Contrato, seja com base nas minutas que integram os editais convocatórios, seja em razão da necessidade de formatação de um novo ajuste visando suprir demanda de compra ou serviço.

Além da confecção dos contratos, também é responsabilidade do setor providenciar a sua formalização, por meio de **cadastro de fornecedores** junto ao sistema SEI, **conferência de documentação instrutória**, tais como certidões negativas e declarações, e **acompanhamento de assinaturas**, formatação das **súmulas** correspondentes a serem publicadas no DJE, além da abertura e acompanhamento de **processo eletrônico de fiscalização contratual** para o Fiscal designado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



Depois de efetivadas as contratações, o setor tem a responsabilidade de acompanhar os prazos contratuais, iniciando os procedimentos de **aditivação**, quando cabíveis, ou notificando a Administração da necessidade de instruir **procedimento licitatório para nova contratação**. Também são elaborados os termos de **Apostilamentos** para a manutenção do equilíbrio econômico entre as partes.

Além das suas atividades específicas, também cabe ao Setor **dar suporte ao fiscal do contrato**, estabelecendo a interface junto às empresas prestadoras de serviço para o esclarecimento de dúvidas, condução de tratativas, solicitação de adequações na execução das tarefas e demais iniciativas solicitadas pelas partes.

Quando são verificadas **irregularidades na execução contratual**, tais como descumprimento de cláusula ou realização parcial/ ineficaz de tarefas, o fiscal manifesta-se, relatando o fato ao Serviço de Contratos, que elabora o documento pertinente, seja uma comunicação, notificação ou a penalidade contratual prevista para o caso em tela, recebendo a defesa apresentada, caso haja, e encaminhá-la em tempo hábil para análise e parecer jurídico. O mesmo se verifica quando é constatada a situação de inadimplência fiscal ou trabalhista da empresa pelo Setor de Orçamentos no momento de efetuarem-se os pagamentos, que notifica o Serviço de Contratos para as providências cabíveis.

Quando da aproximação do fim do prazo contratual, o Setor encaminha comunicado ao Fiscal do contrato, instruindo como proceder para dar início **ao processo de prorrogação**, acompanhando o seu andamento, em especial quanto aos prazos serem observados. Ao receber a solicitação de renovação, com o aceite da empresa fornecedora, orçamentos de outras empresas para demonstrar a vantagem econômica na manutenção do contrato vigente, documentos de regularidade fiscal e trabalhista da empresa, declarações legais, atestados de fornecimento e exclusividade, quando necessários, e demais elementos pertinentes, o setor compila e avalia a validade da documentação e formata o **Termo Aditivo**, que é, então, submetido à apreciação da Assessoria Jurídica para, posteriormente, ser encaminhado para assinatura das partes, juntamente com súmula, a ser publicada no veículo oficial.

Anualmente, ou na periodicidade estabelecida nos termos do Instrumento Contratual, também são feitos os Apostilamentos ao contrato, que têm por fim atualizar o valor pago pela prestação dos serviços de modo a manter o equilíbrio econômico entre as partes contratantes, de forma a não inviabilizar a continuidade do objeto pactuado.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**



O Apostilamento requer, além da previsão contratual que estabelece sua forma e índice a ser utilizado, o **cálculo de atualização de valores**, que pode ser solicitado à empresa para validação pelo Serviço de Contratos ou calculado diretamente por este, com posterior conferência pelo Serviço de Orçamento, quando houver necessidade, em especial nos casos de renovação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva, que requerem a verificação de valores e índices constantes da Planilha de Cálculos e Formação de Preços apresentada pela empresa.

Também compete ao Serviço de Contratos a guarda dos processos físicos referentes a contratações, vigentes e concluídos, para eventuais consultas que sejam solicitadas pela Administração.

Organização e Apoio aos Fiscais de Contrato

Desde o final do ano de 2019, com criação do Ato Normativo 009/TJM e consequente e necessária definição de atribuições aos fiscais de contrato, estamos concentrando esforços para dar mais suporte aos fiscais de contrato do TJM. Com este objetivo, estamos orientando a criação de processos específicos para fiscalização contratual, a fim de manter registrada, de forma cronológica, toda a fiscalização, dando suporte tanto ao fiscal, na execução do seu trabalho, quanto para o Ordenador de Despesas, na tomada de decisões mais fundamentadas sobre penalizações.

Abaixo seguem todos os fiscais de tribunal pelas suas áreas de gestão contratual.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**



Tabela 2 - Quantitativo de Contratos Fiscalizados por Área e Fiscal

Área Gestor e Fiscal de Contrato	Qtd.
Assessoria Militar	3
Gilson Wagner Oliveira Alves	2
Paulo Ricardo Machado Campos	1
Auditoria de Passo Fundo	5
Ana Lúcia Lara Barcelos	5
Auditoria de Santa Maria	5
Anderson Medeiros De Oliveira	1
Quizie De Alves Lima	4
Biblioteca	1
Francine Feldens	1
Coordenadoria Administrativa	6
Carla Regina De Souza Risch	1
João Gilberto Arbogast Fontoura	3
Mauro Marchiori Schmidt	1
Onildo Carvalho Da Silva	1
Coordenadoria de TIC	13
Juarez Bamberg Da Silva	1
Dilnei Venturini	2
Eduardo De Borba Severo	3
Heinrich Félix Marmitt	3
Juarez Bamberg Da Silva	3
Marcos Hiroto Takeda	1
Total Geral	33

Gestão de Contratos

Em termos quantitativos o Serviço de Licitações & Contratos minutou e tramitou no ano de 2021:

- **10 (dez) Contratos** novos;
- **10 (dez) Termos Aditivos** a contratos já vigentes;
- **20 (vinte) Súmulas de Contratos**, para os contratos novos termos aditivos a serem publicados no DJE
- **5 (cinco) Apostilamentos** para correção de valores de contratos vigentes



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



LicitaCon e Portal da Transparência

Todos os procedimentos licitatórios e contratos administrativos realizados pelo Tribunal devem ser relatados em dois sítios distintos: o sistema **LicitaCon**, do Tribunal de Contas do Estado e o **Portal da Transparência** do Tribunal de Justiça Militar.

Para alimentar-se o sistema LicitaCon, existem duas modalidades: via **sistema WEB**, na qual as informações são inseridas manualmente pelo operador e via **e-Validador**, na qual o sistema cria pacotes de informação coletadas do sistema de licitações Pregão *Online Barrisul* que são enviadas e processadas pelo LicitaCon para alimentar seu bando de dados.

O sistema WEB é utilizado para o cadastro e relação de contratos administrativos mantidos pelo Tribunal e contém todas as informações pertinentes quanto a objeto, valores, origem, prorrogações, apostilamentos, interrupções, reinícios, publicações e demais incidentes relevantes.

O sistema e-Validador é uma forma mais prática de fornecer informações ao Licitacon, porém, em razão de algumas dificuldades técnicas ocorridas em 2018, as informações referentes a licitações foram também, em parte, inseridas manualmente via sistema WEB.

Para a inserção de dados no Portal da Transparência do *site* do TJM, a partir de 2019, o Setor de Licitações & Contratos se utiliza de hiperlinks que levam o usuário do Portal Transparência do TJM diretamente o sistema LicitaCon Cidadão do TCE, tendo amplo acesso às licitações e contratos cadastros naquele sistema. Tal medida eliminou o retrabalho ocasionado pela necessidade de alimentar dois sistemas distintos.

Gestão de Processos Eletrônicos – Serviço de Contratos

A partir de Novembro de 2021 houve a criação uma unidade específica no sistema Sei para o Serviço de Contratos com o objetivo de atender as especificidade de controle das atividades realizados, tornando as informações, tanto do Serviço de Licitações quanto do Serviço de Contratos, mais uteis ao processo de tomada de decisão.

Apesar de termo um período curto de amostragem de 2021 (um pouco mais de um mês), é pertinente a apresentação dos dados que já possibilitam algumas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

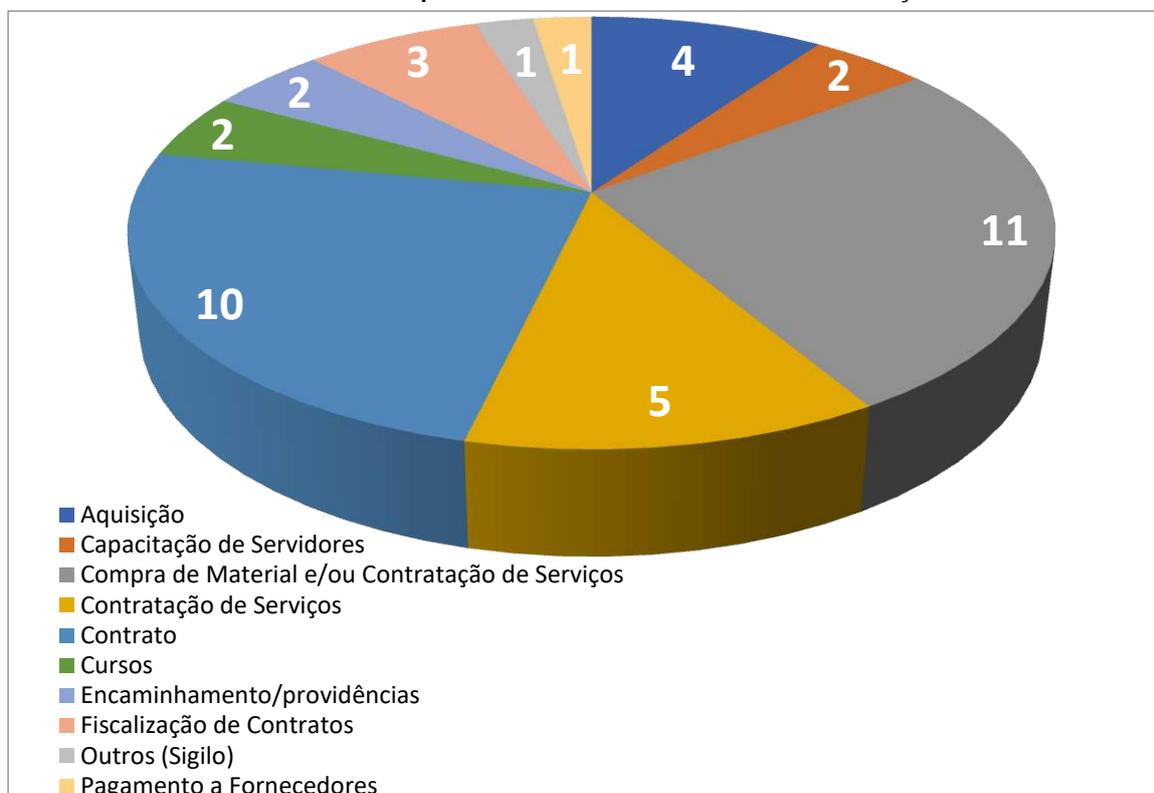


conclusões interessantes. Abaixo segue dados de desempenho da gestão processual do setor de contrato:

Quanto a processos gerados, a unidade gerou somente dois (2) processos do tipo “compra de materiais/ contratação de serviços”, sendo ainda um dado muito pequeno para se ponderar qualquer análise.

Os processos de contratos são aqueles que, pelo entendimento do fluxo de processos apresentados, são de competência única e específica do Setor de Licitações & Contratos, tendo sua origem das licitações e compras diretas em que é necessária a elaboração contratual, conforme Art. 62. da Lei 8.666/1993.

Gráfico – Perfil de Processos que tramitaram em 2021 no Setor de Licitações & Contratos



Fonte: Sistema de Estatísticas Sei

O gráfico de perfil de processos permite analisar quais são os tipos de processos que chegam ao setor, evidenciado as denominações redundantes de processo, problema já identificado em outros relatórios anuais. Fica para 2022 a tarefa de delimitar a possibilidade da criação de alguns tipos de processo redundantes no Sistema Sei.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



Tabela – Índice de Resolutividade dos Processos Eletrônicos e Tempo Médio de Tramitação

Tipo	Tramitação	Fechados	Índice de Resolutividade	Tempo Médio
Aquisição	4	2	50,0%	15d
Capacitação de Servidores	2	1	50,0%	14d 10h
Compra de Material e/ou Contratação de Serviços	11	6	54,5%	18d 9h
Contratação de Serviços	5	2	40,0%	18d 8h
Contrato	10	5	50,0%	17d 18h
Cursos	2	2	100,0%	7d 18h
Encaminhamento/providências	2	2	100,0%	21h
Fiscalização de Contratos	3	2	66,7%	13d 11h
Outros (Sigilo)	1	1	100,0%	3h
Pagamento a Fornecedores	1	1	100,0%	4h
TOTAL:	41	24	58,5%	10d 15h

Fórmula do Índice de Resolutividade: (Processos Concluídos)/ (Processos Tramitados) x 100

Tempo Médio: Corresponde a média do tempo acumulado de cada processo que tramita no setor

Fonte: Sistema de Estatísticas Sei

O índice de resolutividade objetiva, ainda como ferramenta rudimentar, mensurar a Eficácia do Serviço de Contratos na resolução das demandas que são encaminhadas formalmente via processo. A meta informal derivada dos outros setores é que, a cada 10(dez) processos, 9(nove) tenham resolução no período apurado; se entende como fora do desejado, mas dentro de um limite aceitável, a resolução de 8 entre 10 processos, no entanto, se identificou que faz parte da rotina da gestão contratual a manutenção de processos abertos, o que justifica o percentual do indicador geral ter sido de 58,5%, uma vez que tais processos são aqueles que, pelo entendimento do fluxo de trabalho definido, são de competência única e específica do Serviço de Contratos, tendo sua origem das licitações e compras diretas em que é necessária a elaboração contratual, conforme Art. 62. da Lei 8.666/1993.

Se o índice de resolutividade é ferramenta rudimentar para analisar a eficácia do setor na tramitação de seus processos, a estimativa de tempo médio, se mensurada com determinada frequência, pode ser adaptada como ferramenta de mensuração da eficiência, ou como base para estimativa de prazo para assinatura de um contrato. Por fim, há de se considerar a complexidade dos processos e as diversas e extensas atividades realizadas neles: minutas versões finais de contratos, aditivos e apostilamentos, análise de documentos entre outros; o que faz com que sua tramitação se estenda por mais tempo que processo de outros setores.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**



PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES, COMITÊ, E GRUPOS DE TRABALHO

Os grupos de trabalho, comissões e comitês descritos nesta seção são aqueles que atividade suas atividades não tem relação direta com Setor de Orçamento e os Serviços de Licitações e Contratos, sendo, portanto, atividades adicionais aquelas de responsabilidade das Unidades.

No ano de 2021, os setores e serviços estiveram representados nos seguintes grupos de trabalho, comissões e comitês:

- **Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação** (Portaria N.º 044/2020) – Diego Rodrigues Velho, Contador.
- **Comissão de Implantação e Monitoramento do Planejamento Estratégico da JME/RS 2021-2026** (Portaria N.º 096/2020) – Diego Rodrigues Velho, Contador.
- **Comissão para Elaboração e Acompanhamento da Tramitação de Anteprojeto para de Lei do Plano de Carreiras, Cargos, Funções e Remunerações dos Servidores do Poder Judiciário – Justiça Militar do Estado** (Portaria N.º 126/2020) – Diego Rodrigues Velho, Contador.
- **Grupo Coordenador do Prêmio Qualidade CNJ - 2021 - na JME-RS (Portaria N. 029/2021)** – Diego Rodrigues Velho, Contador (participante dos eixos temáticos Transparência e Governança)
- **Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ)**, (Portaria nº 073/2021) – Ângela Maria Batista de Aguiar, Pregoeira e Diego Rodrigues Velho, Contador e Chefe de Equipe.
- **Comissão de Inventário do Material de Consumo, o Inventário dos Bens Patrimoniais** (Portaria nº 100/2021) – Diego Rodrigues Velho, Contador e Chefe de Equipe.
- **Comissão de Avaliação do Estágio Probatório** (Portaria n.º 108/2021) – Diego Rodrigues Velho, Contador e Chefe de Equipe, na qualidade de suplente.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**



PROJETOS DESENVOLVIDOS

Nesta seção apresenta-se a síntese dos principais projetos desenvolvidos e realizados em 2021.

Implantação da Conta Vinculada

Objetivo Geral: Aderir Resolução 169/2013 CNJ que determina retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Atividade: Buscar soluções ao sistema FPE; adequar fluxo de pagamento atual e criar controle de saldos para as retenções que vierem a ocorrer em conta vinculada.

Equipes Envolvidas: Serviço de Orçamento/C.ADM; Direção-Geral; Seccional CAGE/RS do Poder Judiciário; Equipe Governamental do Banco do Brasil (BB); PROCERGS; Divisão de Tecnologia da CAGE/RS.

Histórico Anterior a 2021: Após identificação de possibilidade adequação do sistema FPE ao Termo de Cooperação BB x TJM no início do ano 2020, foi demandado à Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande adaptações ao termo de cooperação que viabilização integração emissão de Ordens Bancárias (OBN) do Banco do Brasil dentro do sistema de Finanças Públicas do Estado (FPE).

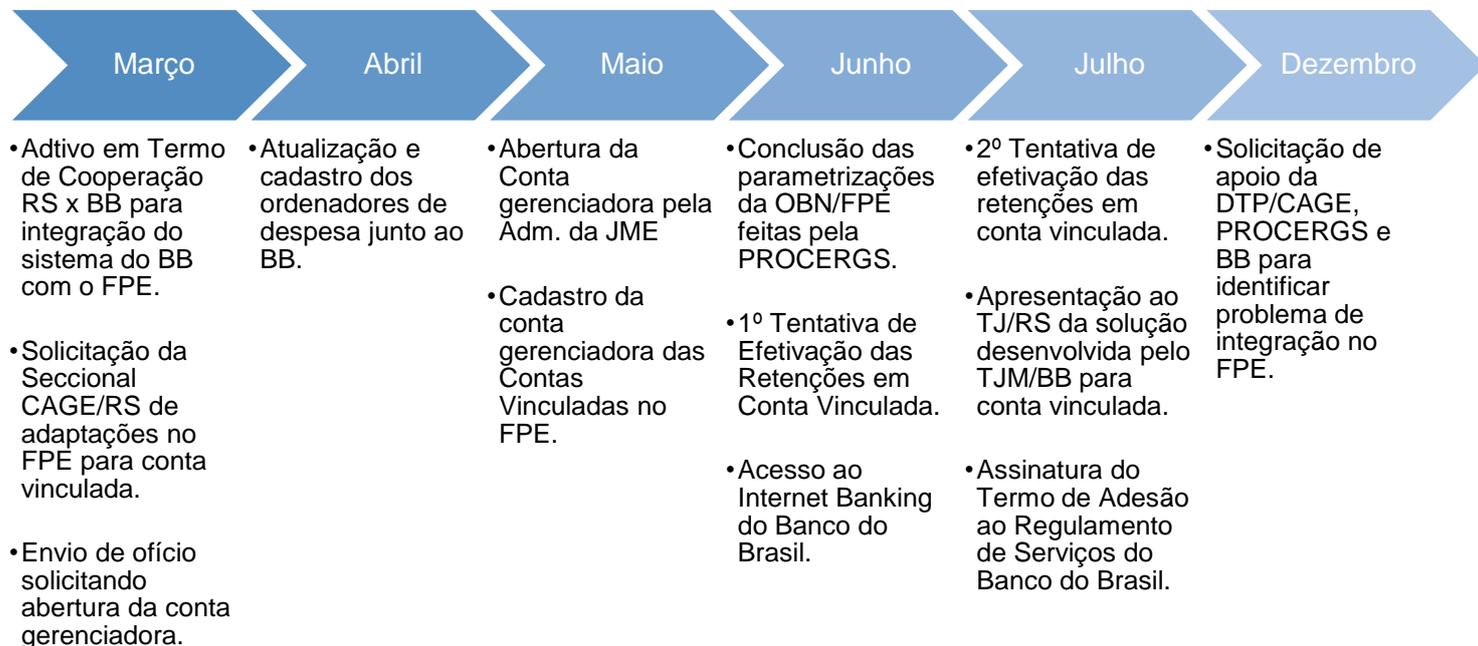
Abaixo inserimos a síntese de uma linha do tempo de atos realizados no ano de 2021 para implantação do referido projeto.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



Atualmente, identificado que o sistema não está fazendo as retenções devidas, mesmo após todo cadastro orientado pelo CAGE e pela PROCERGS, foi encaminhado a todos os envolvidos um passo-a-passo das etapas operacionais na tentativa de retenção com objetivo de juntar as análises técnicas para diagnosticar e propor uma solução para o problema do sistema.

Criação e Participação na Comissão de Orçamento

Objetivo Geral: Aderir Resolução 194 e 195/2014 CNJ que dispõe, entre outros assuntos, sobre a criação do Comitê Orçamentário de primeiro grau e do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, facultada a criação único comitê para com as duas atribuições.

Atividade: Criar dentro da estrutura de Justiça Militar o comitê orçamentário e de atenção ao primeiro grau nos moldes determinados pela Resoluções do CNJ.

Equipes Envolvidas: Serviço de Orçamento/C.ADM; Direção-Geral; Gabinete da Presidência; e Núcleo de Gestão Estratégica.

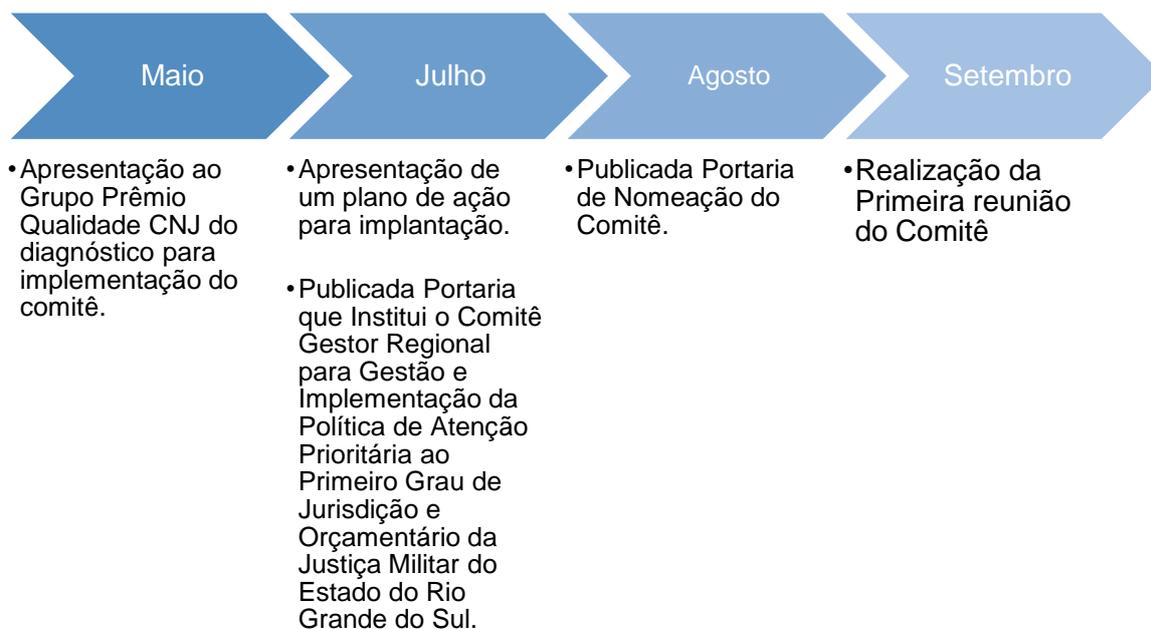


ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR



Histórico Anterior a 2021: Constatado que a Portaria 107/2015 já não atendia as determinações do CNJ, foi minutado uma proposta de resolução, com parecer favorável do jurídico, foi remetido a Presidência para deliberação.

Abaixo inserimos a síntese de uma linha do tempo de atos realizados no ano de 2021 para implantação do referido projeto.



Diante do exposto o projeto está concluído tendo em vista a implantação e o devido andamento do Comitê Gestor Regional para Gestão e Implementação da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e Orçamentário, entende-se atingido o objetivo.

4) Setor de Material

Direção-Geral / Coordenadoria Administrativa / Serviço de Material

Servidores que compõem o Serviço de Material e Patrimônio:

- Cássio Garcia Lacerda
- Edmilson Germann Alves
- Onildo Carvalho da Silva
- Júlio César da Silva Santos
- João Gilberto Arbogast Fontoura

O Serviço de Material é responsável por orçar, adquirir, armazenar, controlar e distribuir os bens permanentes e de consumo, visando a suprir as necessidades da Justiça Militar Estadual.

Atende o Tribunal Militar, a 1ª e a 2ª Auditorias da Capital e as Auditorias de Santa Maria e de Passo Fundo. Também é responsável pelo acompanhamento de obras, serviços de manutenção, conservação e limpeza.

Efetua diariamente o controle dos bens patrimoniais e de consumo da JME, sendo também de sua responsabilidade o balancete mensal dos bens de consumo e o inventário anual, documentos estes encaminhados para a CAGE.

Executa a descarga de materiais que estejam inservíveis para JME, fazendo a doação, através de processo legal, de equipamentos e mobiliários para a Brigada Militar.

Ao longo do ano, auxiliou no processo de aquisição de material permanente solicitado pelos diversos setores do Tribunal e suas Auditorias.

Na esfera de sua competência desenvolveu atividades com vistas a organizar, controlar e manter o estoque de material permanente e de consumo necessário aos setores do Tribunal e das Auditorias, além de realizar outras funções que lhe foram determinadas pela autoridade competente.

O Setor de Material elaborou e encaminhou os seguintes pedidos de compra de material e bens permanentes na forma da legislação vigente durante o ano de **2020**:

Atividades desenvolvidas pelos servidores do serviço de Material;

Almoxarifado	
Material	Verificação do estoque e necessidade de compras, confecção de pedidos
	Cotação junto à empresas, formalização de mapa comparativo de preço e termo de referencia
	Montagem de processo de aquisição com confecção de memorando, anexação de propostas, termo e mapa
	Recebimento do material e verificação de data de validade, condições físicas, quantidades e armazenamento
	Distribuição conforme solicitação dos setores através de requisição (THEMA),
	Dossiê de fechamento do mês, (balancete)
	Entrega de material nos setores (água, mat. Expediente e etc)
	Contato com empresas quando necessário a troca do material danificado, verificação de nota e encaminhamento para liquidação através de memorando, lançamento em estoque e codificação (THEMA)
Motorista	Buscar e levar autoridades no aeroporto e demais locais solicitados, viagens.
	Compra de material de pequeno valor (pronto pagamento), confecção de carimbos, material convites e etc.
Eventos	Retirada de longarinas e reposição, colocação e retirada de cadeiras no local do evento, busca de púlpito e
	Entrega, recepção e orientação de convidados,
Pronto pagamento	Aquisição de matérias, atestado, controle do numerário, tabela de controle do numerário, memorando e
	Anexação de notas fiscais, controle do processo e depósito do numerário restante.
Serviço	Escala de sobre aviso 12hs e escala de plantão de 24hs no setor de segurança do TJM, escala de eventos (aniversário, julgamentos e etc)

RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2021

Processos gerados no sistema SEI:

Processo	Tipo	Mês	Ano
9.2021.0700.000088-0	Contratação de Serviços	1	2021
9.2021.0700.000097-0	Contratação/Pagamento de Serviços	1	2021
9.2021.0700.000011-2	Contratação/Pagamento de Serviços	1	2021
9.2021.0700.000013-9	Encaminhamento/providências	1	2021
9.2021.0700.000048-1	Encaminhamento/providências	1	2021
9.2021.0700.000067-8	Encaminhamento/providências	1	2021
9.2021.0700.000072-4	Encaminhamento/providências	1	2021
9.2021.0700.000085-6	Encaminhamento/providências	1	2021
9.2021.0700.000090-2	Encaminhamento/providências	1	2021
9.2021.0700.000091-0	Encaminhamento/providências	1	2021
9.2021.0700.000063-5	Pagamento a Fornecedores	1	2021
9.2021.0700.000078-3	Pagamento a Fornecedores	1	2021
9.2021.0700.000142-9	Aquisição	2	2021
9.2021.0700.000123-2	Contratação/Pagamento de Serviços	2	2021
9.2021.0700.000191-7	Contratação/Pagamento de Serviços	2	2021
9.2021.0700.000101-1	Encaminhamento/providências	2	2021
9.2021.0700.000111-9	Pagamento a Fornecedores	2	2021
9.2021.0700.000115-1	Pagamento a Fornecedores	2	2021
9.2021.0700.000202-6	Pagamento a Fornecedores	2	2021
9.2021.0700.000274-3	Compra de Material e/ou Contratação de Serviços	3	2021
9.2021.0700.000240-9	Contratação/Pagamento de Serviços	3	2021
9.2021.0700.000340-5	Contratação/Pagamento de Serviços	3	2021
9.2021.0700.000207-7	Encaminhamento/providências	3	2021
9.2021.0700.000301-4	Encaminhamento/providências	3	2021
9.2021.0700.000307-3	Encaminhamento/providências	3	2021
9.2021.0700.000317-0	Encaminhamento/providências	3	2021
9.2021.0700.000215-8	Pagamento a Fornecedores	3	2021
9.2021.0700.000239-5	Pagamento a Fornecedores	3	2021
9.2021.0700.000308-1	Pagamento a Fornecedores	3	2021
9.2021.0700.000309-0	Pagamento a Fornecedores	3	2021
9.2021.0700.000313-8	Pagamento a Fornecedores	3	2021
9.2021.0700.000347-2	Contratação/Pagamento de Serviços	4	2021
9.2021.0700.000364-2	Contratação/Pagamento de Serviços	4	2021
9.2021.0700.000429-0	Contratação/Pagamento de Serviços	4	2021
9.2021.0700.000478-9	Contratação/Pagamento de Serviços	4	2021
9.2021.0700.000380-4	Encaminhamento/providências	4	2021
9.2021.0700.000436-3	Encaminhamento/providências	4	2021
9.2021.0700.000369-3	Pagamento a Fornecedores	4	2021
9.2021.0700.000544-0	Adiantamento de Numerário	5	2021
9.2021.0700.000479-7	Contratação/Pagamento de Serviços	5	2021
9.2021.0700.000528-9	Contratação/Pagamento de Serviços	5	2021
9.2021.0700.000613-7	Contratação/Pagamento de Serviços	5	2021
9.2021.0700.000483-5	Encaminhamento/providências	5	2021
9.2021.0700.000566-1	Encaminhamento/providências	5	2021
9.2021.0700.000605-6	Encaminhamento/providências	5	2021

9.2021.0700.000484-3	Pagamento a Fornecedores	5	2021
9.2021.0700.000517-3	Pagamento a Fornecedores	5	2021
9.2021.0700.000518-1	Pagamento a Fornecedores	5	2021
9.2021.0700.000598-0	Pagamento a Fornecedores	5	2021
9.2021.0700.000647-1	Adiantamento de Numerário	6	2021
9.2021.0700.000675-7	Aquisição	6	2021
9.2021.0700.000691-9	Aquisição	6	2021
9.2021.0700.000696-0	Aquisição	6	2021
9.2021.0700.000713-3	Aquisição	6	2021
9.2021.0700.000689-7	Compra de Material e/ou Contratação de Serviços	6	2021
9.2021.0700.000664-1	Contratação/Pagamento de Serviços	6	2021
9.2021.0700.000692-7	Contratação/Pagamento de Serviços	6	2021
9.2021.0700.000708-7	Contratação/Pagamento de Serviços	6	2021
9.2021.0700.000725-7	Contratação/Pagamento de Serviços	6	2021
9.2021.0700.000632-3	Diárias	6	2021
9.2021.0700.000620-0	Encaminhamento/providências	6	2021
9.2021.0700.000627-7	Encaminhamento/providências	6	2021
9.2021.0700.000622-6	Pagamento a Fornecedores	6	2021
9.2021.0700.000639-0	Pagamento de Diárias	6	2021
9.2021.0700.000635-8	Pagamento de Diárias	6	2021
9.2021.0700.000811-3	Adiantamento de Numerário	7	2021
9.2021.0700.000762-1	Contratação/Pagamento de Serviços	7	2021
9.2021.0700.000822-9	Contratação/Pagamento de Serviços	7	2021
9.2021.0700.000829-6	Contratação/Pagamento de Serviços	7	2021
9.2021.0700.000755-9	Encaminhamento/providências	7	2021
9.2021.0700.000738-9	Pagamento a Fornecedores	7	2021
9.2021.0700.000931-4	Adiantamento de Numerário	8	2021
9.2021.0700.000902-0	Aquisição	8	2021
9.2021.0700.000910-1	Aquisição	8	2021
9.2021.0700.000840-7	Contratação de Serviços	8	2021
9.2021.0700.000913-6	Contratação de Serviços	8	2021
9.2021.0700.000861-0	Contratação/Pagamento de Serviços	8	2021
9.2021.0700.000939-0	Contratação/Pagamento de Serviços	8	2021
9.2021.0700.000866-0	Encaminhamento/providências	8	2021
9.2021.0700.000862-8	Pagamento a Fornecedores	8	2021
9.2021.0700.000864-4	Pagamento a Fornecedores	8	2021
9.2021.0700.000865-2	Pagamento a Fornecedores	8	2021
9.2021.0700.000867-9	Pagamento a Fornecedores	8	2021
9.2021.0700.001094-0	Adiantamento de Numerário	9	2021
9.2021.0700.001036-3	Contratação de Serviços	9	2021
9.2021.0700.000993-4	Contratação/Pagamento de Serviços	9	2021
9.2021.0700.001005-3	Contratação/Pagamento de Serviços	9	2021
9.2021.0700.001069-0	Contratação/Pagamento de Serviços	9	2021
9.2021.0700.001096-7	Contratação/Pagamento de Serviços	9	2021
9.2021.0700.000969-1	Encaminhamento/providências	9	2021
9.2021.0700.000958-6	Pagamento a Fornecedores	9	2021
9.2021.0700.000981-0	Pagamento a Fornecedores	9	2021
9.2021.0700.001057-6	Pagamento a Fornecedores	9	2021

9.2021.0700.001224-2	Adiantamento de Numerário	10	2021
9.2021.0700.001118-1	Contratação/Pagamento de Serviços	10	2021
9.2021.0700.001225-0	Contratação/Pagamento de Serviços	10	2021
9.2021.0700.001120-3	Encaminhamento/providências	10	2021
9.2021.0700.001196-3	Encaminhamento/providências	10	2021
9.2021.0700.001197-1	Encaminhamento/providências	10	2021
9.2021.0700.001132-7	Pagamento a Fornecedores	10	2021
9.2021.0700.001144-0	Pagamento a Fornecedores	10	2021
9.2021.0700.001199-8	Pagamento a Fornecedores	10	2021
9.2021.0700.001270-6	Contratação/Pagamento de Serviços	11	2021
9.2021.0700.001331-1	Contratação/Pagamento de Serviços	11	2021
9.2021.0700.001364-8	Contratação/Pagamento de Serviços	11	2021
9.2021.0700.001241-2	Encaminhamento/providências	11	2021
9.2021.0700.001367-2	Encaminhamento/providências	11	2021
9.2021.0700.001238-2	Pagamento a Fornecedores	11	2021
9.2021.0700.001368-0	Requisição	11	2021
			2021
9.2021.0700.001401-6	Adiantamento de Numerário	12	
9.2021.0700.001419-9	Contratação/Pagamento de Serviços	12	202
9.2021.0700.001389-3	Encaminhamento/providências	12	2021
9.2021.0700.001432-6	Encaminhamento/providências	12	2021
9.2021.0700.001371-0	Pagamento a Fornecedores	12	2021
9.2021.0700.001399-0	Pagamento a Fornecedores	12	2021

Atividades específicas sob licitação: (Servidor Onildo, Arbogast, Edmilson)

EDITAL	PROCESSO	OBJETO	DATA
0002/2021	9.2020.0700.001192-4	Aquisição de recargas para os extintores existentes nas dependências da Sede e Auditorias do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul - TJM/RS em Porto Alegre/RS, de acordo com as condições contidas no Termo de Referência – Anexo I, do Termo de Cotação Eletrônica.	09/02/2021
0001/2021	9.2020.0700.001261-0	Contratação de empresa para prestação de serviços de Análise Ergonômica do Trabalho – AET na sede do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul - TJM/RS, e Auditorias da Justiça Militar/RS	26/04/2021
0004/2021	9.2021.0700.000228-0	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços gerais de limpeza e higiene, para as dependências da sede da Auditoria de Santa Maria da Justiça Militar do Rio Grande do Sul-RS.	28/05/2021
0009/2021	9.2021.0700.000689-7	LOTE 01- Contratação de empresas especializadas para fornecimento, instalação e transporte de barreiras sanitárias (protetores) em acrílico transparente para o Tribunal de Justiça Militar Estadual e Auditorias Militares da Justiça Militar do Rio Grande do Sul, na Av. Praia de Belas 799 e Rua Cel André Belo 72 em Porto Alegre/RS, conforme as especificações técnicas e quantidades constantes no anexo I do Termo de Referência do Edital.	31/08/2021
0001/2021	9.2020.0700.000805-2	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de desinsetização, desratização, limpeza e desinfecção de reservatórios de águas, visando cumprimento das boas práticas operacionais e obtenção de medidas de controle interno e externo de pragas nas dependências do Tribunal de Justiça Militar- TJMRS e 2ª	31/08/2021

		Auditoria Militar da Justiça Militar- do Rio Grande do Sul-RS, conforme quantidades e especificações técnicas do Anexo I do Edital.	
0006/2021	9.2021.0700.000182-8	Contratação de empresa concessionária ou autorizada pela ANATEL, para prestação de Serviços de TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), através de um (1) entroncamento E1 (30 canais, 2 Mb) e ramais de discagem direta (100 ramais, de 51 3214-1000 a 3214-1099), e de 11 linhas diretas para as chamadas originadas de telefones fixos instalados nas dependências do Tribunal de Justiça Militar e Auditorias em Porto Alegre, Santa Maria e Passo Fundo, para atender as demandas da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul.	21/09/2021
0011/2021	9.2021.0700.000894-6	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços gerais de limpeza e higiene, para as dependências da sede da Auditoria de Passo Fundo da Justiça Militar do Rio Grande do Sul-RS.	04/10/2021
0010/2021	9.2021.0700.000696-0	Contratação de empresa do ramo para fornecimento/aquisição de materiais de Higiene e Limpeza, de Insumos e equipamentos de proteção individual (álcool gel, mascaras e etc.), para demanda diária e uso de forma preventiva para o enfrentamento a COVID 19, visando atender as necessidades na Justiça Militar do Rio Grande do Sul.	07/10/2021
0014/2021	9.2021.0700.000182-8	LOTE 01- Contratação de empresa concessionária ou autorizada pela ANATEL, para prestação de Serviços de TELEFONIA FIXA COMUTADA (STFC), através de um (1) entroncamento E1 (30 canais, 2 Mb) e ramais de discagem direta (100 ramais, de 51 3214-1000 a 3214-1099), e de 11 linhas diretas para as chamadas originadas de telefones fixos instalados nas dependências do Tribunal de Justiça Militar e Auditorias em Porto Alegre, Santa Maria e Passo Fundo, para atender as demandas da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, conforme as especificações técnicas e quantidades constantes no anexo I do Termo de Referência do Edital.	03/11/2021
0003/2021	9.2020.0700.000462-6	Aquisição de Equipamentos de Informática, Áudio, Som, Vídeo e Telecomunicações (insumos de Tecnologia da Informação) visando atender as necessidades do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul – TJM/RS e Auditorias da Justiça Militar do Rio Grande do Sul.	19/11/2021
0013/2021	9.2021.0700.000933-0	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de comunicação de dados para a interligação redundante da Sede do Tribunal de Justiça Militar (TJM/RS) às auditorias regionais com tecnologia SD-WAN, incluindo serviço de conexão à Internet (...) e Contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de câmera de captação de imagem e som em 360° (trezentos e sessenta graus), com instalação, configuração e testes do sistema on-site (...), visando atender as necessidades do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul – TJM/RS e Auditorias da Justiça Militar do Rio Grande do Sul.	22/11/2021
0005/2021	9.2021.0700.000142-9	CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA O FORNECIMENTO DE ELETRODOMÉSTICOS E INSUMOS HIDRÁULICOS E FORNECIMENTO DE CALHAS E TORNEIRAS DE ACESSIBILIDADES PARA A JUSTIÇA MILITAR/RS, conforme especificações técnicas e quantidades do Edital e anexos.	25/11/2021

0019/2021	9.2021.0700.001058-4	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de monitoramento eletrônico de alarme e de circuito fechado de televisão CFTV, atendendo as necessidades de segurança da Auditoria Militar de Passo Fundo/RS.	11/01/2022
-----------	----------------------	---	------------

MATERIAL DE CONSUMO

Materiais fornecidos aos setores da Justiça Militar e Auditorias mediante requisição via sistema THEMA:

LOCAL	TOTAL	PRODUTO
COORD. DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	1	COLCHETE N 09
COORD. DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	1	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 48MM X 50M
COORD. DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	2	Papel A4 reciclado
COORD. DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	2	PILHA PALITO ALCALINA
COORD. DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	2	PILHA TAMANHO MEDIO (C)
COORD. DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	1	FITA ADESIVA
COPA BAR	5	AÇÚCAR REFINADO
COPA BAR	834	ÁGUA SEM GÁS 500ML
COPA BAR	10	CAFE TORRADO E MOIDO - Tipo Superioro 500g
COPA BAR	4	Copo plástico 80ml branco
COPA BAR	4	COPO PLASTICO CAFEZINHO 50ML (100 UN)
COPA BAR	6	COPO PLASTICO PARA CHA 200ML (100 UN)
COPA BAR	4	DETERGENTE NEUTRO P/ LOUÇA
COPA BAR	2	ESPONJA PARA LIMPEZA, DUPLA FACE
COPA BAR	5	FILTRO DE PAPEL, TAMANHO 102, CAIXA COM 30 UNIDADES.
COPA BAR	2	FILTRO DE PAPEL, TAMANHO 103, CAIXA COM 40 UNIDADES
COPA BAR	19	GUARDANAPO DE PAPEL GRANDE 30 X 29,5
COPA BAR	2	Papel higiênico branco, folha simples de alta qualidade, rolo de 10cm x 300m
COPA BAR	3	PAPEL TOALHA, BRANCO, MECHA 300MTS, EMBALAGEM COM 4 ROLOS.
GABINETE 303	2	Toner p/ impressora HP Laser jet pro 400 M401DNE, original da HP, com selo holográfico do fabricante. Ref. CF280A. capacidade de impressão de ate 2700 paginas. Cor preta.
GABINETE 307	2	COLA EM BASTAO
GABINETE 307	2	FILTRO DE LINHA PROFISSIONAL COM 5 TOMADAS FNT BIVOLT
GABINETE 307	1	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 48MM X 50M
GABINETE 307	9	Máscara em tecido com o logo do TJM, de uso individual

GABINETE 307	4	PILHA PALITO ALCALINA
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE	2	FITA ADESIVA
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE	30	ENVELOPE KRAFT 265 X 370
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE	100	ENVELOPE PARDO GRANDE, DIMENSÕES 410 X 310MM, EM PAPEL KRAFT, GRAMATURA MÍNIMA 80G/M², (PARA IMPRESSÃO DOS PJS 20 E 68)
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE	1	Etiqueta em papel couchê branco, 105mm x 129mm
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE	3	FILTRO DE PAPEL, TAMANHO 102, CAIXA COM 30 UNIDADES.
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE	1	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 48MM X 50M
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE	2	GRAMPEADOR DE MESA PARA GRANDES VOLUMES
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE	4	Papel A4 reciclado
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE	1	PAPEL TOALHA, BRANCO, MECHA 300MTS, EMBALAGEM COM 4 ROLOS.
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE	12	PILHA PALITO ALCALINA
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE	12	PILHA TAMANHO PEQUENO (AA)
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE	1	TONER E360H11L, PARA IMPRESSORA LEXMARK E-360 e E460.
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE	1	Toner p/ impressora HP Laser jet pro M201, original da HP, com selo holográfico do fabricante. Ref. CF283A. capacidade de impressão de ate 2200 paginas. Cor preta.
2ª AUDITORIA PORTO ALEGRE	10	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL
2ª AUDITORIA PORTO ALEGRE	2	LIVRO INDICE DE 50 FLS
2ª AUDITORIA PORTO ALEGRE	3	Papel A4 reciclado
2ª AUDITORIA PORTO ALEGRE	4	PILHA PALITO ALCALINA
2ª AUDITORIA PORTO ALEGRE	4	PILHA TAMANHO PEQUENO (AA)
2ª AUDITORIA PORTO ALEGRE	3	TONER E360H11L, PARA IMPRESSORA LEXMARK E-360 e E460.
2ª AUDITORIA PORTO ALEGRE	2	Toner p/ impressora HP Laser jet pro M201, original da HP, com selo holográfico do fabricante. Ref. CF283A. capacidade de impressão de ate 2200 paginas. Cor preta.
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	5	Blocos autoadesivos para recados, 38mm x 50mm, nas cores amarela, azul, verde e rosa, pacote com 04 blocos, contendo 100 folhas cada.
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	5	BORRACHA PARA LÁPIS
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	10	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	5	CANETA ESFEROGRAFICA PRETA
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	5	CANETA ESFEROGRAFICA VERMELHA
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	6	CANETA LUMI COLOR AMARELA
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	1	CLIPS EXTRA-GRANDE (6/0)
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	1	CLIPS GRANDE (4/0)
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	1	CLIPS TRANÇADO N 01

3ª AUDITORIA SANTA MARIA	5	COLA EM BASTAO
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	6	COLA PLÁSTICA
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	2	COPO PLASTICO CAFEZINHO 50ML (100 UN)
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	2	COPO PLASTICO PARA CHA 200ML (100 UN)
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	2	DESODORIZADOR DE AMBIENTE, FRASCO
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	300	DISCO CD-RW, 700MB
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	2	ESTILETE 18 MM, CABO PLASTICO
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	2	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 48MM X 50M
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	3	GRAMPO 26 X 6
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	2	LAPIS PRETO Nº2
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	10	Máscara em tecido com o logo do TJM, de uso individual
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	2	MULTI INSETICIDA EM SPRAY, PARA MOSQUITO E PERNILONGOS, FRASCO COM 300ML.
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	10	Papel A4 reciclado
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	16	Papel higiênico branco, folha simples de alta qualidade, rolo de 10cm x 300m
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	4	PAPEL TOALHA, BRANCO, MECHA 300MTS, EMBALAGEM COM 4 ROLOS.
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	8	PAPEL-TOALHA, MINI MECHA, COM 100MTS. PARA MAO, CAIXA COM 10 ROLOS.
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	2	PENDRIVE DE 16 GB, USB 3.2
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	16	PILHA PALITO ALCALINA
3ª AUDITORIA SANTA MARIA	5	UTILIZAR O CÓD. 27518 - FITA ADESIVA
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO	5	Blocos autoadesivos para recados, 38mm x 50mm, nas cores amarela, azul, verde e rosa, pacote com 04 blocos, contendo 100 folhas cada.
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO	10	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO	5	CANETA ESFEROGRAFICA PRETA
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO	5	CANETA ESFEROGRAFICA VERMELHA
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO	6	CANETA LUMI COLOR AMARELA
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO	1	CLIPS EXTRA-GRANDE (6/0)
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO	1	CLIPS GRANDE (4/0)
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO	1	CLIPS MÉDIO (2/0)
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO	5	COLA EM BASTAO
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO	6	COLA PLÁSTICA
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO	200	DISCO CD-RW, 700MB
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO	3	GRAMPO 26 X 6
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO	20	Refletor de Led Bivolt 200w
ARQUIVO JUDICIÁRIO	75	CAIXA ARQUIVO - UTILIZAR O CÓDIGO 33618
ARQUIVO JUDICIÁRIO	50	Caixa para arquivo morto, em papelão ondulado simples, SemiKraft, medidas mínimas de 35,5 x 13,5 x 24,5cm, peso mínimo da caixa 200g,
ARQUIVO JUDICIÁRIO	2	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL
ARQUIVO JUDICIÁRIO	2	CANETA ESFEROGRAFICA PRETA
ARQUIVO JUDICIÁRIO	1	COLCHETE N 05

ARQUIVO JUDICIÁRIO	1	COLCHETE N° 07
ARQUIVO JUDICIÁRIO	1	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 48MM X 50M
ARQUIVO JUDICIÁRIO	2	PILHA PALITO ALCALINA
ARQUIVO JUDICIÁRIO	2	PILHA TAMANHO PEQUENO (AA)
BIBLIOTECA	1	Papel A4 reciclado
BIBLIOTECA	1	PAPEL-TOALHA, MINI MECHA, COM 100MTS. PARA MAO, CAIXA COM 10 ROLOS.
BIBLIOTECA	6	PILHA PALITO ALCALINA
BIBLIOTECA	1	TONER E360H11L, PARA IMPRESSORA LEXMARK E-360 e E460.
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA	1	PAPEL TOALHA, BRANCO, MECHA 300MTS, EMBALAGEM COM 4 ROLOS.
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA	1	TONER E360H11L, PARA IMPRESSORA LEXMARK E-360 e E460.
COORDENADORIA DE INFORMÁTICA	2	FILTRO DE LINHA PROFISSIONAL COM 5 TOMADAS FNT BIVOLT
COORDENADORIA DE INFORMÁTICA	1	Máscara em tecido com o logo do TJM, de uso individual
CORREGEDOR-GERAL	1	Toner p/ impressora HP Laser jet pro 400 M401DNE, original da HP, com selo holográfico do fabricante. Ref. CF280A. capacidade de impressão de ate 2700 paginas. Cor preta.
CORREGEDORIA-GERAL	20	ÁGUA SEM GÁS 500ML
CORREGEDORIA-GERAL	1	COPO PLASTICO CAFEZINHO 50ML (100 UN)
CORREGEDORIA-GERAL	1	COPO PLASTICO PARA CHA 200ML (100 UN)
DIREÇÃO GERAL	1	KIT DE MANUTENÇÃO PARA IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS MODELO X644E
DIREÇÃO GERAL	1	TONER E360H11L, PARA IMPRESSORA LEXMARK E-360 e E460.
DIREÇÃO GERAL	1	Toner p/ impressora HP Laser jet pro 400 M401DNE, original da HP, com selo holográfico do fabricante. Ref. CF280A. capacidade de impressão de ate 2700 paginas. Cor preta.
DIREÇÃO GERAL	2	Toner p/ impressora HP Laser jet pro M201, original da HP, com selo holográfico do fabricante. Ref. CF283A. capacidade de impressão de ate 2200 paginas. Cor preta.
GABINETE 302	1	BORRACHA PARA LÁPIS
GABINETE 302	1	CANETA ESFEROGRAFICA AZUL
GABINETE 302	1	CANETA ESFEROGRAFICA VERMELHA
GABINETE 302	3	CANETA LUMI COLOR AMARELA
GABINETE 302	1	CLIPS GRANDE (4/0)
GABINETE 302	1	GRAMPEADOR DE MESA PARA GRANDES VOLUMES
GABINETE 302	1	GRAMPO 26 X 6
GABINETE 302	1	LAPIS PRETO N°2

[HTTP://www.tjms.jus.br](http://www.tjms.jus.br)

Avenida Praia de Belas, 799 – bairro Praia de Belas
Porto Alegre- RS – CEP 90110-001

GABINETE 302	1	Papel A4 reciclado
GABINETE 304	3	Máscara em tecido com o logo do TJM, de uso individual
GABINETE DA PRESIDÊNCIA	1	PAPEL A4 (PCTE 500 FOLHAS)
GABINETE DA PRESIDÊNCIA	1	Papel A4 reciclado
GABINETE DA PRESIDÊNCIA	1	Toner p/ impressora HP Laser jet pro 400 M401DNE, original da HP, com selo holográfico do fabricante. Ref. CF280A. capacidade de impressão de ate 2700 paginas. Cor preta.
LICITAÇÕES E CONTRATOS	1	Papel A4 reciclado
LIMPEZA	1	MULTI INSETICIDA EM SPRAY, PARA MOSQUITO E PERNILONGOS, FRASCO COM 300ML.
LIMPEZA	158	Papel higiênico branco, folha simples de alta qualidade, rolo de 10cm x 300m
LIMPEZA	75	PAPEL TOALHA, BRANCO, MECHA 300MTS, EMBALAGEM COM 4 ROLOS.
LIMPEZA	82	PAPEL-TOALHA, MINI MECHA, COM 100MTS. PARA MAO, CAIXA COM 10 ROLOS.
LIMPEZA	20	SABONETE LÍQUIDO EM SACHÊ PARA SABONETEIRA
MANUTENÇÃO	2	ASSENTO DE PLASTICO PARA VASO SANITARIO
MANUTENÇÃO	4	COPO PLASTICO CAFEZINHO 50ML (100 UN)
MANUTENÇÃO	4	COPO PLASTICO PARA CHA 200ML (100 UN)
MANUTENÇÃO	6	Enxaguante bucal 850 ml (USADO PELO TJM)
MANUTENÇÃO	2	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 48MM X 50M
MANUTENÇÃO	1	FITA ISOLANTE ANTI-CHAMA, 19MM X 20M
MANUTENÇÃO	1	Papel A4 reciclado
MANUTENÇÃO	18	PILHA PALITO ALCALINA
MANUTENÇÃO	4	PILHA TAMANHO PEQUENO (AA)
MANUTENÇÃO	1	Refletor de Led Bivolt 200w
MANUTENÇÃO	1	Tomada tripla fêmea
SECRETARIA DO PLENÁRIO	1	COLA EM BASTAO
SECRETARIA DO PLENÁRIO	1	Papel A4 reciclado
SECRETARIA DO PLENÁRIO	1	PAPEL-TOALHA, MINI MECHA, COM 100MTS. PARA MAO, CAIXA COM 10 ROLOS.
SEGURANÇA	1	Bandeira Nacional, dupla face, três panos, em 100% poliéster, medindo 1,35 x 1,93m, impressão digital, costuras duplas em nylon, reforçadas nas laterais e cantos com tarja na cor branca com ilhoses ni
SEGURANÇA	1	CANETA ESFEROGRAFICA PRETA
SEGURANÇA	1	COLA PLÁSTICA
SEGURANÇA	1	PAPEL A4 (PCTE 500 FOLHAS)
SEGURANÇA	3	Papel A4 reciclado
SEGURANÇA	12	PILHA PALITO ALCALINA
SEGURANÇA	3	Toner p/ impressora HP Laser jet pro 400 M401DNE, original da HP, com selo holográfico do fabricante. Ref. CF280A.

[HTTP://www.tjms.jus.br](http://www.tjms.jus.br)

Avenida Praia de Belas, 799 – bairro Praia de Belas
Porto Alegre- RS – CEP 90110-001

		capacidade de impressão de ate 2700 paginas. Cor preta.
SEGURANÇA	1	FITA ADESIVA

AQUISIÇÕES COM VERBA DE PRONTO PAGAMENTO

ITEM	OBJETO	DESTINO
1	Material para restaurar o tampo das mesas do Plenário da 2ª Auditoria Militar	2ª Auditoria
2	Massa corrida para uso na 2ª Auditoria Militar	2ª Auditoria
3	Aquisição de moldura para quadro.	TJM
4	Serviço de plotagem para PPCI	TJM
5	Conserto e manutenção de lâmpadas(reatores e fiação)	TJM
6	Conserto de vazamento no banheiro(vaso sanitário)	TJM
7	Conserto lâmpada freio veiculo oficial.	TJM
8	Conserto de vaso sanitário do banheiro masculino 2 andar.	TJM
9	Bucha de fixação para parede drywall para fixar quadro.	TJM
10	Compra de T 40mm e bucha solda longa para banheiro masculino térreo.	TJM
11	Aquisição de molduras para uso da presidência.	TJM
12	Compra de luva de 25mm e tomada dupla, manutenção plenário TJM.	TJM
13	Compra luva mista 25mm x ¾ manutenção plenário TJM.	TJM
14	Aquisição de três carimbos para 2ª Auditoria Militar.	2ª Auditoria
15	Compra de azulejo Formiguesa para reposição de peças quebradas.	TJM
16	Compra de dois disjuntores para substituição.	TJM
17	Compra de cano de esgoto para manutenção predial TJM.	TJM

BENS ADQUIRIDOS QUE RECEBERAM NUMERO DE PATRIMONIO

LOCAL	TOMBO	DATA	PRODUTO
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	15384	08/02/2021	NOTEBOOK HP 640 5G COM MOCHILA P/ NOTE KROSS ELEG
ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA \ SEGURANÇA	15200	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA \ SEGURANÇA	15199	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
GABINETE DIREÇÃO GERAL	15389	08/02/2021	NOTEBOOK HP 640 5G COM MOCHILA P/ NOTE KROSS ELEG
SECRETARIA DG	15606	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.

SECRETARIA DG	15691	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
SECRETARIA DG	15640	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
SECRETARIA DG	15621	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
COORDENADORIA DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	15215	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
COORDENADORIA DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	15212	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
COORDENADORIA DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	15213	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
COORDENADORIA DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	15214	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
COORDENADORIA DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	15619	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
COORDENADORIA DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	15383	08/02/2021	NOTEBOOK HP 640 5G COM MOCHILA P/ NOTE KROSS ELEG
COORDENADORIA DE INFORMÁTICA	15186	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
COORD.ADM\ PORTARIA	15201	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
COORD.ADM\ PORTARIA	15614	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
COORD. ADM\ DEPARTAMENTO PESSOAL	15399	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
COORD. ADM\ DEPARTAMENTO PESSOAL	15638	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
COORD. ADM\ DEPARTAMENTO PESSOAL	15697	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
ALMOXARIFADO	15269	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15268	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15267	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15266	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15265	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15264	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15263	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15262	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15261	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15260	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15259	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15258	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15257	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15256	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15255	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15254	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15253	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15252	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15251	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15250	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15249	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO

[HTTP://www.tjms.jus.br](http://www.tjms.jus.br)

Avenida Praia de Belas, 799 – bairro Praia de Belas
Porto Alegre- RS – CEP 90110-001

ALMOXARIFADO	15248	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15247	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15246	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15245	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15244	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15243	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15242	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15241	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15240	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15239	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15238	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15237	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15236	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15235	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15234	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15233	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15232	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15231	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15198	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15197	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15196	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15195	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15194	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15428	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15427	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15426	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15425	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15424	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15423	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15422	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15421	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15420	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15419	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15418	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15417	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15416	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15415	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15414	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15413	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15412	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15411	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15410	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15409	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15408	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15407	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15406	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15405	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15404	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO

[HTTP://www.tjms.jus.br](http://www.tjms.jus.br)

Avenida Praia de Belas, 799 – bairro Praia de Belas
Porto Alegre- RS – CEP 90110-001

ALMOXARIFADO	15403	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15402	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15401	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15300	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15299	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15298	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15297	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15296	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15295	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15294	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15293	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15292	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15291	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15290	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15289	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15288	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15287	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15286	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15285	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15284	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15283	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15282	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15281	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15280	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15279	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15278	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15277	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15276	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15275	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15274	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15273	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15272	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15271	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15270	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
ALMOXARIFADO	15397	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
ALMOXARIFADO	15611	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
ALMOXARIFADO	15612	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
ALMOXARIFADO	15615	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.

ALMOXARIFADO	15616	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
ALMOXARIFADO	15618	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
ALMOXARIFADO	15392	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
ALMOXARIFADO	15390	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
ALMOXARIFADO	15637	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
ALMOXARIFADO	15625	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
ALMOXARIFADO	15624	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
ALMOXARIFADO	15622	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
ALMOXARIFADO	15605	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
ALMOXARIFADO	15644	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
ALMOXARIFADO	15685	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
ALMOXARIFADO	15686	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
ALMOXARIFADO	15666	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
ALMOXARIFADO	15380	08/02/2021	NOTEBOOK HP 640 5G COM MOCHILA P/ NOTE KROSS ELEG
ALMOXARIFADO	15386	08/02/2021	NOTEBOOK HP 640 5G COM MOCHILA P/ NOTE KROSS ELEG
ALMOXARIFADO	15385	08/02/2021	NOTEBOOK HP 640 5G COM MOCHILA P/ NOTE KROSS ELEG
ALMOXARIFADO	15382	08/02/2021	NOTEBOOK HP 640 5G COM MOCHILA P/ NOTE KROSS ELEG
ALMOXARIFADO	15193	03/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
ALMOXARIFADO	15192	03/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
ALMOXARIFADO	15190	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
ALMOXARIFADO	15189	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
ALMOXARIFADO	15188	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
ALMOXARIFADO	15187	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
ALMOXARIFADO	15182	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
ALMOXARIFADO	15181	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
ALMOXARIFADO	15689	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
ALMOXARIFADO	15379	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
ALMOXARIFADO	15641	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
ALMOXARIFADO	15690	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
ALMOXARIFADO	15669	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
GABINETE 303	15677	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
GABINETE 304	15381	08/02/2021	NOTEBOOK HP 640 5G COM MOCHILA P/ NOTE KROSS ELEG

CORREGEDORIA-GERAL	15388	08/02/2021	NOTEBOOK HP 640 5G COM MOCHILA P/ NOTE KROSS ELEG
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ CARTÓRIO	15220	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ CARTÓRIO	15224	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ CARTÓRIO	15223	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ CARTÓRIO	15222	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ CARTÓRIO	15221	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ CARTÓRIO	15219	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ CARTÓRIO	15398	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ CARTÓRIO	15695	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ CARTÓRIO	15394	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ CARTÓRIO	15684	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ CARTÓRIO	15604	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ CARTÓRIO	15636	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
2ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ CARTÓRIO	15607	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
2ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ CARTÓRIO	15639	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
2ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ CARTÓRIO	15700	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
2ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ CARTÓRIO	15183	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ CARTÓRIO	15454	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ CARTÓRIO	15449	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ CARTÓRIO	15448	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ CARTÓRIO	15447	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ CARTÓRIO	15446	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ CARTÓRIO	15445	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ CARTÓRIO	15444	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ CARTÓRIO	15450	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ CARTÓRIO	15442	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ CARTÓRIO	15441	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ CARTÓRIO	15440	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ CARTÓRIO	15439	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ CARTÓRIO	15451	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ CARTÓRIO	15443	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ CARTÓRIO	15453	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ CARTÓRIO	15452	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ CARTÓRIO	15455	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ CARTÓRIO	15609	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.

3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ CARTÓRIO	15395	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ CARTÓRIO	15617	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ CARTÓRIO	15627	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ CARTÓRIO	15628	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ CARTÓRIO	15629	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO \ CARTÓRIO	15438	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO \ CARTÓRIO	15433	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO \ CARTÓRIO	15434	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO \ CARTÓRIO	15435	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO \ CARTÓRIO	15436	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO \ CARTÓRIO	15437	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO \ CARTÓRIO	15431	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO \ CARTÓRIO	15430	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO \ CARTÓRIO	15429	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO \ CARTÓRIO	15432	14/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO \ CARTÓRIO	15693	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO \ CARTÓRIO	15391	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO \ CARTÓRIO	15694	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO \ CARTÓRIO	15633	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO \ CARTÓRIO	15631	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO \ CARTÓRIO	15632	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ PLENÁRIO	15211	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ PLENÁRIO	15210	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ PLENÁRIO	15209	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ PLENÁRIO	15208	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ PLENÁRIO	15207	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ PLENÁRIO	15206	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ PLENÁRIO	15205	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ PLENÁRIO	15204	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ PLENÁRIO	15203	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ PLENÁRIO	15202	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ PLENÁRIO	15610	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ PLENÁRIO	15601	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
2ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ PLENÁRIO	15623	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
2ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ PLENÁRIO	15635	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210

2ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ GAB. DO JUIZ TITULAR	15393	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
2ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ GAB. DO JUIZ TITULAR	15602	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
2ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ GAB. DO JUIZ TITULAR	15185	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
2ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ GAB. DO JUIZ TITULAR	15184	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ GAB. JUIZ SUBSTITUTO	15225	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO 5mm PARA MÓVEIS.
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ PLENÁRIO	15613	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ PLENÁRIO	15396	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
3ª AUDITORIA SANTA MARIA \ PLENÁRIO	15630	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO \ PLENÁRIO	15400	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
4ª AUDITORIA PASSO FUNDO \ PLENÁRIO	15634	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ SALA OAB	15226	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
1ª AUDITORIA PORTO ALEGRE \ SALA DO MP	15227	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
INFORMÁTICA	15679	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
INFORMÁTICA	15675	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
INFORMÁTICA	15676	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
INFORMÁTICA	15674	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
INFORMÁTICA	15673	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
INFORMÁTICA	15682	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
INFORMÁTICA	15681	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
INFORMÁTICA	15698	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
INFORMÁTICA	15378	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
INFORMÁTICA	15696	02/03/2021	WEBCAM HD C270 LOGI TECH
MANUTENÇÃO DE INFORMÁTICA	15228	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
MANUTENÇÃO DE INFORMÁTICA	15229	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
MANUTENÇÃO DE INFORMÁTICA	15230	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
MANUTENÇÃO DE INFORMÁTICA	15387	08/02/2021	NOTEBOOK HP 640 5G COM MOCHILA P/ NOTE KROSS ELEG
NÚCLEO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E ESTATÍSTICA	15217	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
NÚCLEO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E ESTATÍSTICA	15216	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
NÚCLEO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E ESTATÍSTICA	15218	07/12/2021	BARREIRA EM ACRÍLICO
NÚCLEO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E ESTATÍSTICA	15620	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.

NÚCLEO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E ESTATÍSTICA	15608	09/02/2021	CPU DESK DELL 7070 I5 16GB W10P, COM MOUSE DELL USB MS116 BUNDLE E TECLADO DELL KB216 BUNDLE.
NÚCLEO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E ESTATÍSTICA	15626	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210
NÚCLEO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E ESTATÍSTICA	15603	11/02/2021	MONITOR DELL 22 P2219H 210

PROCESSOS DE PRONTO PAGAMENTO

GESTOR DA VERBA	PROCESSO
Cássio Garcia Lacerda	9.2021.0700.001224-2
Edmilson German Alves	9.2021.0700.001115-7
Edmilson German Alves	9.2021.0700.001094-0
João Gilberto Arbogast Fontoura	9.2021.0700.000934-9
João Gilberto Arbogast Fontoura	9.2021.0700.000931-4
Onildo Carvalho dos Santos	9.2021.0700.000816-4
Onildo Carvalho dos Santos	9.2021.0700.000811-3
Cássio Garcia Lacerda	9.2021.0700.000647-1
Edmilson German Alves	9.2021.0700.000544-0
João Gilberto Arbogast Fontoura	9.2021.0700.000418-5
Onildo Carvalho da Silva	9.2021.0700.000234-4

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS DA COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021

O Serviço de Recursos Humanos executou, durante o ano de 2021, todas as atividades de administração de recursos humanos de magistradas, magistrados, servidoras e servidores do Tribunal de Justiça Militar e das Auditorias Militares, em conjunto com a Coordenadora Administrativa, a Direção-Geral do TJM e a Direção de Gestão de Pessoas do TJRS, além de prestar suporte técnico e administrativo à Coordenadoria Administrativa e à Direção-Geral do TJM nas questões que lhes são afetas, bem como exerceu as competências estabelecidas no Regulamento dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar e consoante abaixo discriminado:

1. Estudou e informou a concessão de direitos e vantagens a magistradas, magistrados, servidoras e servidores do Tribunal de Justiça Militar e das Auditorias Militares,

2. Prestou auxílio à Coordenadora Administrativa e ao Diretor-Geral no andamento de Processos Administrativos no Sistema Eletrônico de Informações - SEI;

3. Elaborou e auxiliou na revisão de textos dos atos administrativos do Tribunal de Justiça Militar e na respectiva expedição;

4. Inseriu no site do Tribunal de Justiça Militar todos os atos administrativos expedidos, sendo 15 Resoluções, 46 notas de expediente e 115 Portarias;

5. Manteve arquivada e atualizada a documentação funcional referente a magistradas, magistrados, servidoras e servidores do Tribunal de Justiça Militar e das Auditorias Militares;

6. Forneceu, mediante despacho da autoridade competente, 18 certidões, 22 informações e auxiliou na revisão e expedição de 104 ofícios;

7. Preparou o Plano de Férias 2022 das servidoras e dos servidores do Tribunal de Justiça Militar e das Auditorias Militares e atualizou o Plano de Férias 2021 durante todo o ano, conforme as alterações solicitadas pelas chefias imediatas, totalizando 79 alterações;

8. Preparou o plano de férias para 2022 das magistradas e dos magistrados do Tribunal de Justiça Militar e das Auditorias Militares e atualizou o Plano de Férias 2021 durante todo o ano, conforme as solicitações;

9. Processou todas as informações referentes à efetividade das servidoras e dos servidores no Sistema de Recursos Humanos do Estado em trabalho conjunto com a folha de pagamento do DIGEP-TJRS;

10. Efetivou o processo de ingresso de um Desembargador Militar e de quatro novos servidores na Justiça Militar do Estado;

11. Efetivou a contratação e renovação/rescisão de Termos de Compromisso de Estágio de todos os quinze estagiários da Justiça Militar do Estado, mantendo contato direto com o Agente de Integração de Estágios – RENAPSI, bem como realizando o fechamento mensal da folha dos estagiários até 21 de agosto de 2021, quando do encerramento do contrato;

12. Na data de 21/08/2021 ocorreu a contratação do novo agente de integração, CIEE/RS, ocorrendo à migração dos estagiários para novo sistema, efetivando a contratação/renovação/rescisão de Termos de Compromisso de Estágio de todos os 15 (quinze) estagiários da Justiça Militar do Estado, mantendo contato direto com o Agente de Integração de Estágios – CIEE/RS.

13. Realizou o fechamento mensal da folha de pagamento dos estagiários da Justiça Militar do Estado;

14. Disponibilizou mensalmente no Portal da Transparência planilhas com as informações relativas à Gestão de Pessoas, de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Justiça, quais sejam: empregados de empresas contratadas em exercício no órgão, estrutura remuneratória de cargos efetivos, cargos em comissão, funções de confiança e membros de magistratura, membros

e agentes públicos, quantitativos de cargos e funções etc, totalizando 168 planilhas.

15. A servidora e o servidor do Serviço de Recursos Humanos foram nomeados para o Grupo Coordenador do Prêmio Qualidade CNJ 2021 na JME-RS, eixo governança;

16. Prestou auxílio ao Serviço de Assistência à Saúde Suplementar do TJRS durante a implantação do Sistema Salus, referente ao Auxílio-Saúde, bem como estudou e informou a concessão do referido auxílio às magistradas, aos magistrados, às servidoras e aos servidores do Tribunal Militar e das Auditorias Militares, auxiliando-os em seus requerimentos;

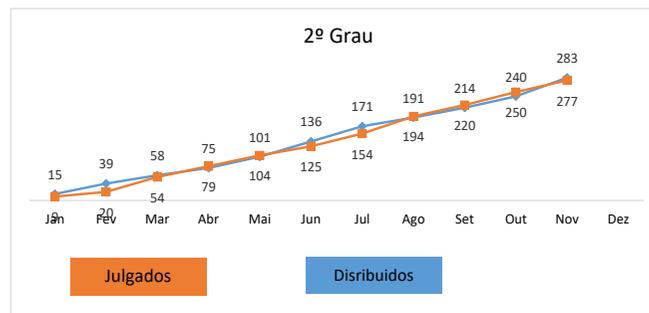
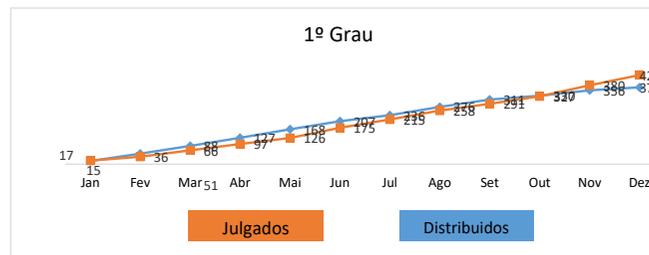
17. Executou demais trabalhos que foram determinados pela Coordenadora Administrativa e pelo Diretor-Geral do TJM.



**RELATÓRIO FINAL METAS NACIONAIS CNJ
JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL RS
2021**

META 1

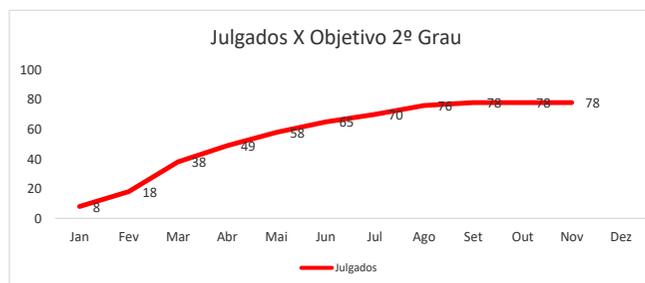
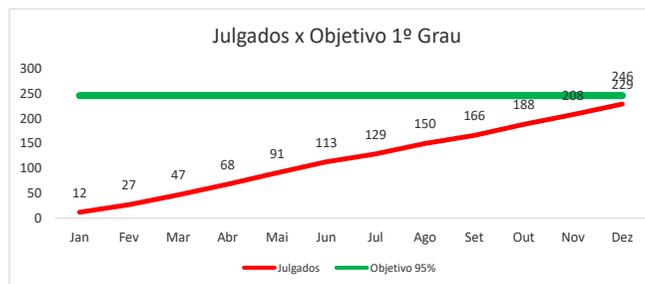
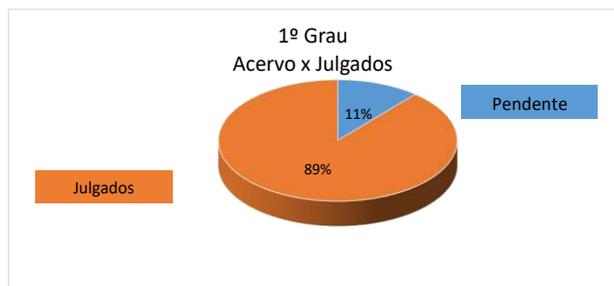
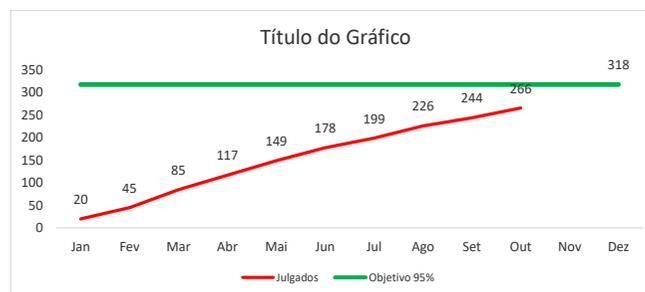
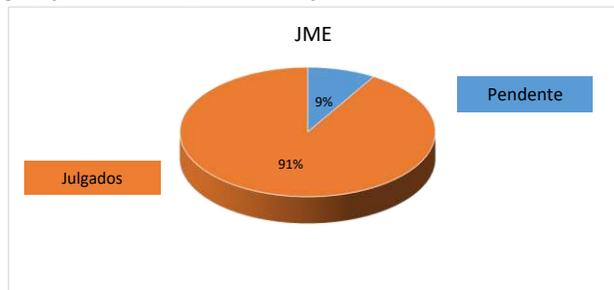
- Objetivo: Julgar em 2021 quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos ou sobrestados - Meta 1 da JME atingida 109 %



META 2

- Julgar, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nas Auditorias

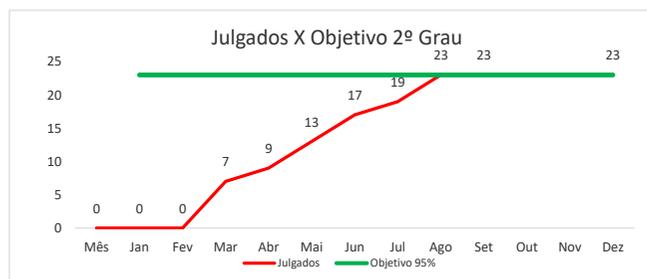
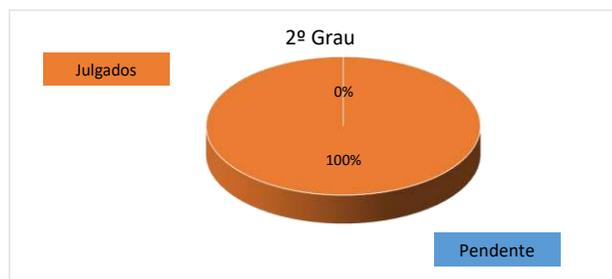
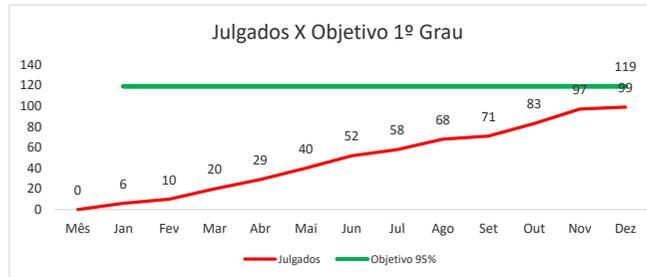
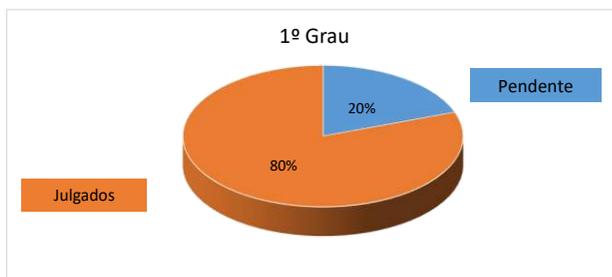
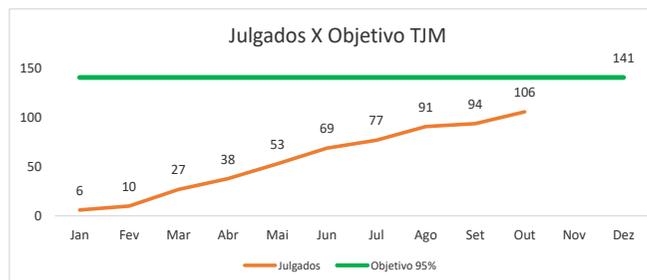
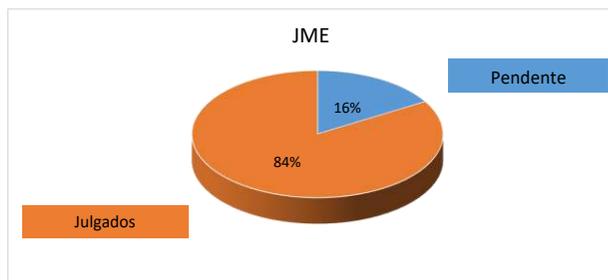
- Julgar, pelo menos, 95% dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 2º grau.



META 4

- Julgar pelo menos 95% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive, a Lei 13.491/17, distribuídas até 31/12/2019 no 1º grau.

- Julgar pelo menos 95% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive, a Lei 13.491/17, distribuídas até 31/12/2020 no 2º grau.



META 5

- Reduzir a Taxa de Congestionamento Justiça Militar da União e Justiça Militar Estadual: Reduzir, no mínimo, em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida na fase de conhecimento no 1º grau, em relação à 2019 que foi de 67,59%.

